

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LEONARDO GUEIROS DA SILVA

**OS ECOS DO SILÊNCIO NO DISCURSO MUDIÁTICO: QUANDO A LÍNGUA É
OBJETO DE NOTÍCIA**

Recife

2014

LEONARDO GUEIROS DA SILVA

**OS ECOS DO SILÊNCIO NO DISCURSO MIDIÁTICO: QUANDO A LÍNGUA É
OBJETO DE NOTÍCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Análises do Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a Evandra Grigoletto

Recife

2014

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586e Silva, Leonardo Gueiros da

Os ecos do silêncio no discurso midiático: quando a língua é objeto de notícia / Leonardo Gueiros da Silva. – Recife: O Autor, 2014.

129 p.

Orientador: Evandra Grigoletto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2014.

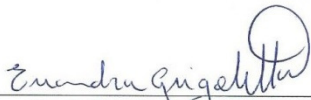
Inclui referências.

LEONARDO GUEIROS DA SILVA


**OS ECOS DO SILÊNCIO NO DISCURSO MIDIÁTICO: Quando a Língua
é Objeto de Notícia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do
Grau de Mestre em Linguística, em 26/2/2014.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr.^a Evandra Grigoletto
Orientador – LETRAS - UFPE



Prof. Dr.^a Fabiele Stockmans De Nardi
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
FALE - UFAL

**Recife – PE
2014**

Aos Gueiros, minha família: Cristina, Cleide e Genivaldo.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico de tamanho fôlego não é escrito por apenas duas mãos. Meu caminho teria sido mais espinhoso e cinzento se não fosse pela presença dos *meus*. Início, então, agradecendo a Evandra Grigoletto, minha mestra nos traçados da Análise do Discurso, pelo apoio de sempre, pela compreensão e confiança. Agradeço a ela por ter me mostrado que posso muito mais do que eu imaginava.

No espaço acadêmico, foram muitos amigos de caminhada. Agradeço a Paulinha e a Fernanda, pelas conversas calorosas e cordiais pelos corredores do CAC, por sempre, independente das circunstâncias, na reta final da produção deste trabalho, lançarem, com sorriso no rosto, um “vai dar tudo certo”. A Felipe Augusto, amigo com quem cresci nas trilhas do discurso; obrigado pelo apoio de sempre e por ter se disposto a ler meu trabalho na reta final de sua conclusão. Karla, Ritinha e Lílian, três luzes que, cada uma a seu modo, me ajudaram a superar problemas de toda ordem que me acompanharam na reta final do trabalho. Vocês foram muito importantes pra mim.

Aos amigos das Letras em épocas de graduação, em especial Camila, uma luz que brilha lá longe, mas que cá me ilumina.

Agradeço muitíssimo a Eduardo e Shenia, *os mais simpáticos*, pela amizade que se expandiu para além dos muros da universidade. Obrigado pelas conversas, pela entrega, cumplicidade e honestidade. Posso dizer, pensando neles, que fiz amizades para a vida toda. Obrigado por tornarem coloridos dias de nuvens cinzentas e carregadas.

Não esqueceria daqueles cuja história se (con)funde à minha: Júnior, Tony, Zé, Betão, Sabrina, Leandro e todos os demais com quem cresci compartilhando aspirações, sonhos e esperança de dias melhores.

Fabiele Stockmans de Nardi sempre me trouxe luzes ao longo do meu trajeto acadêmico. Agradeço a ela não apenas pelo suporte teórico sempre firme, esclarecedor e produtivo, mas, sobretudo, pela humanidade com que me tratou em todas as circunstâncias da esfera acadêmica. São pessoas assim que nos fazem acreditar que a academia pode, sim, ser um espaço de humanidade.

Agradeço à base familiar sem a qual eu não estaria hoje concluindo esta etapa da vida. Minha mãe, Cristina, por abraçar meu trabalho com sensibilidade, ainda que não entendesse nada do que eu dissertava – “Meu filho, como você é sabido!”. E aproveito para me desculpar por ter me aborrecido nas tantas vezes em que ela “atrapalhou”

minha concentração para, preocupada, oferecer um sanduíche de lanche da tarde. À minha tia Cleide, pela preocupação e apoio de sempre, ainda que não demonstrasse explicitamente. A meu irmão, meu orgulho, exemplo de dedicação, superação e verdade no que faz.

Agradeço, por fim, a Helson Flávio da Silva, por aceitar participar da banca, mas, sobretudo, por se dispor a ler parte da minha vida inscrita neste trabalho. Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, pelas horas de qualificação em aulas, e a CAPES, pelo auxílio financeiro sem o qual a pesquisa não teria sido produzida.

A todos, sem exceção, que foram importantes para mim durante a feitura do trabalho, mas que, por algum motivo concreto ou por esquecimento, não constam aqui materializados em palavras.

O silêncio é assim a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é 'um', para o que permite movimento do sujeito.

Eni Orlandi (2007, p.13)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os movimentos de silenciamento, em nível discursivo, exercidos pela mídia quando toma como objeto de notícia questões de língua e linguagem. Para tanto, fundamentamos a pesquisa na Análise do Discurso de linha francesa (AD), teoria preconizada pelo filósofo Michel Pêcheux. Pensamos no discurso midiático a partir da inscrição em condições de produção que projetam ao jornalista, sujeito que dá voz a esse discurso, o lugar de autoridade para emitir opiniões acerca de temáticas cuja especificidade não é de seu domínio. Sendo assim, ao tomar a língua como objeto de notícia, produz, em certas circunstâncias, o silenciamento do sujeito que fala a partir do lugar de cientista (o linguista). Observamos que o sujeito-jornalista movimenta-se através de diferentes modalidades de silenciamento, as quais fomentam nossa investigação do fenômeno. Partimos dos conceitos de silêncio e silenciamento com base em Orlandi (2007), para quem o silêncio é condição necessária para o discurso. Isto é, estamos sempre e necessariamente silenciando sentidos com os quais, enquanto sujeitos, não nos identificamos. A partir da reflexão da autora, identificamos no trabalho diferentes modalidades de silenciamento: o silenciamento pelo apagamento, pela autorização e pela desautorização. O *corpus* de pesquisa é constituído por sequências discursivas coletadas de textos publicados pela grande mídia brasileira num intervalo de dez anos (2002-2012). Os textos submetidos às análises envolvem três acontecimentos veiculados sobre língua: a instauração, sob lei, do Acordo Ortográfico entre os países cuja língua oficial é a portuguesa; a adoção, pelo MEC, em 2009, do livro didático de Língua Portuguesa *Por uma vida melhor*; e a atitude polêmica da banca de avaliação das redações do ENEM em sua edição de 2012. Constatamos que, embora carregue o respaldo e o teor científico, a voz do sujeito-linguista, quando expõe opiniões sobre língua na grande mídia, não provoca abalos às concepções do senso comum inscritas no discurso midiático. Dessa forma, buscamos desmembrar os processos discursivos que estão em funcionamento quando do silenciamento nessas condições.

PALAVRAS-CHAVE: Silenciamento. Discurso. Língua. Linguística. Mídia.

ABSTRACT

This work aims at analyzing silencing moves performed, on a discursive level, by media when it uses language issues as news object. To such purpose, this research is based on the episteme of the French Discourse Analysis approach (DA), a theory recommended by the philosopher Michel Pêcheux. Media discourse is analyzed based on its insertion in the conditions of production that project onto the journalists – subjects who voice such discourse – the place of authority that allows them to opine about themes whose specificity is not of their domain. Thus, when using language as news object, in certain circumstances, they cause the silencing of the person speaking from the scientific perspective (the linguist). It was noted that the subject-journalist moves through different modes of silencing – modes which encourage the investigation of the phenomenon. The concepts used here are the ones of silence and silencing present at Orlandi (2007), who understands silence as a necessary condition for discourse. That means people are always and necessarily silencing meanings with which, as subjects, they do not identify. From Orlandi's thinking, this study identified different silencing modes: the ones motivated by erasure, by authorization, and by unauthorization. The *corpus* is constituted by discursive sequences collected from texts published by Brazil's main media outlets in a ten-year period (2002-2012). The texts submitted to analysis include three language-related events: the instauration, by law, of the Orthographic Agreement in countries whose official language is Portuguese; the adoption of *Por uma vida melhor* ("For a better life"), in 2009, as didactic book by the MEC (Ministério da Educação – Ministry of Education) for the Portuguese Language course; and the controversy raised by the ENEM's (Exame Nacional do Ensino Médio – High School National Exam) examining board for the 2012 edition of the exam. Result shows that, when opining about language in media outlets, even if the subject-linguist has science as support, their voice seems to have no power to interfere in the commonsense conceptions present in the media discourse. Thus, we seek to examine the discursive processes functioning when there is silencing in such conditions.

KEYWORDS: Silencing. Discourse. Language. Linguistics. Media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO PELOS MEIOS MUDIÁTICOS	20
1.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO MUDIÁTICO E O EFEITO DE VERDADE	22
1.2 O MUNDO TEXTUALIZADO EM NOTÍCIA: DUAS PERSPECTIVAS	28
1.3 TRÊS FATOS NOTICIOSOS SOBRE LÍNGUA CONSTRUÍDOS PELA MÍDIA	31
2 UM OBJETO, MÚLTIPLOS OLHARES: REFLETINDO SOBRE LÍNGUA ..	40
2.1 O(S) OLHAR(ES) DA CIÊNCIA LINGUÍSTICA: AS LÍNGUAS PENSADAS AO LONGO DO SÉCULO XX	41
2.1.1 A PERSPECTIVA FORMALISTA DE TRABALHO COM A LÍNGUA: FERDINAND DE SAUSSURE E NOAM CHOMSKY.....	43
2.1.2 A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA: A LINGUAGEM EM USO.....	52
2.1.3 PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS E DISCURSIVAS	54
2.1.3.1 DA LÍNGUA AO ENUNCIADO: ÉMILE BENVENISTE E MIKHAIL BAKHTIN	55
2.1.3.2 DA LÍNGUA AO DISCURSO: A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA...63	
2.2 A LÍNGUA QUE É FALADA PELO E NO SENSO COMUM.....	66
2.2.1 A LÍNGUA SOBRE A QUAL O SENSO COMUM FALA	68
2.3 LÍNGUA, NORMA, ERRO, VARIAÇÃO, GRAMÁTICA: DESCONSTRUINDO A TRADIÇÃO; RECONSTRUINDO CONCEITOS	72
3 CONSTRUINDO O APARATO TEÓRICO: A ANÁLISE DO DISCURSO.....	76

3.1 NOS ENTREMEIOS DO DISCURSO: O SILÊNCIO E AS FORMAS DE SILENCIAMENTO.....	83
3.2 AS FORMAS DO SILÊNCIO: SILÊNCIO FUNDADOR E POLÍTICA DO SILÊNCIO.....	86
4 AS ANÁLISES	92
4.1 PREPARANDO O TERRENO PARA AS INVESTIGAÇÕES: A METODOLOGIA.....	92
4.2 SILENCIAMENTO OU APAGAMENTO?	96
4.3 O SILENCIAMENTO PELO APAGAMENTO E PELA CONTESTAÇÃO	98
4.4 O SILENCIAMENTO PELA (DES)AUTORIZAÇÃO.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

É regular, no âmbito dos estudos científicos da linguagem, o movimento de elencar como objeto primordial e passível à descrição as várias materialidades que, na relação dos indivíduos no seio social, produzem significação. A língua, em particular, é descrita pela Linguística a partir do olhar do analista sobre a sua materialidade concreta, cuja especificidade pode ser concebida por diversos ângulos. Quer se volte para o estudo das características particulares dos fonemas, por exemplo, quer se comprometa em observar como os sintagmas se relacionam para a construção da textualidade, é regular que a língua enquanto materialidade concreta se apresente como objeto teórico e analítico para o Linguista.

O presente trabalho, embora tome como ponto de partida a língua, segue outro rumo. Especificaremos. Orlandi (1996B) propõe que pensemos em duas instâncias de análise no campo da linguagem: a instância da *organização* e a instância da *ordem*. A primeira diz respeito ao modo pelo qual a língua se organiza enquanto conjunto formal. A segunda, por outro lado, diz respeito ao complexo processo de constituição dos sentidos que se configuram materialmente por intermédio da *organização*. Inscrevem-se na instância da *ordem*, nesse sentido, as contradições, o embate entre posicionamentos, a ideologia, as falhas, a falta. É nesse lugar da *ordem*, especificamente na esfera da falta, que inserimos a proposta do trabalho.

Propomos, portanto, ir além da *organização* sem, entretanto, desconsiderá-la. É por intermédio da *organização* que temos condições de observar os processos discursivos que nela se inscrevem, constituindo a *ordem* da linguagem. Nos limites do espaço da ordem, observaremos a instância do silêncio, isto é, a parcela da linguagem que cala (ou seria *que é calada?*); interessa-nos observar, nesse fio, a falta, em sua imanência contraditória, como indício primordial do existir. Olhar para a falta enquanto significativa: o silêncio que suscita sentidos; o apagamento que ecoa memória.

O silêncio que aqui tomamos povoa todas as formas de linguagem. No âmbito das palavras, particularmente, concordando com Orlandi (2007, p.33), podemos dizer que “o silêncio fala por elas”. Passamos a pensar, dessa forma, na “falta” a partir de outra postura: migramos da noção de silêncio como ausência para a concepção de silêncio enquanto materialidade cujo domínio, essencialmente complexo, nos dá indícios de sentidos que, embora silenciados, borbulham fortemente no âmago da

aparente inexistência. Os sentidos silenciados, na verdade, pairam nos limites, nas brechas e nas fendas do dizer; e é pelo dizer, pela língua que se apresenta como materialidade do dizer, que o analista adentra pelos constitutivos espaços esburacados da língua, nas pistas do silêncio e do processo de silenciamento.

Podemos pensar, a partir dessa perspectiva, que há muitas formas de silenciar (ou de *pôr em silêncio*) que atravessam a história do homem. A censura é o mecanismo mais elucidativo desse funcionamento: proíbem-se determinados sentidos, em prol de outros, num movimento de não permitir que certos dizeres ecoem na conjuntura social. Saindo da esfera da interdição explícita, podemos também pensar no silêncio que povoa constitutivamente toda manifestação de linguagem, afinal, falamos e escrevemos sempre e necessariamente a partir de determinadas crenças, perspectivas, pontos de vista, posicionamentos ideológicos, etc. Sendo assim, nunca nosso dizer é o único possível. Produzir sentidos é, também, negá-los: negar a existência de outros sentidos que, embora tomemos como impossíveis, existem potencialmente.

Tal reflexão sobre o silêncio toca diretamente a noção de linguagem atravessada pela incompletude, pela heterogeneidade e pelo não fechamento. Afinal, se o próprio gesto de dizer pressupõe o não-dizer, não há como conceber a linguagem por uma perspectiva fechada à imanência do sistema semiológico.

A reflexão sobre a incompletude da linguagem, bem como a natureza do silenciamento presente não apenas na censura, mas em todo gesto de produzir linguagem, nos dá âncoras para refletir sobre o funcionamento do fazer jornalístico no âmbito da grande mídia. A prática exercida pela mídia, afinal, é constantemente atravessada pelo parecer editorial, o qual é constituído por diferentes posicionamentos que, no interior da organização do material a ser veiculado, constroem fatos noticiosos a partir da exclusão de determinadas nuances, para que o público apreenda a notícia a partir de um prisma particular. As notícias estão, nesse sentido, longe de ser representações do real. São, assim como toda narração/descrição de fatos, a reorganização da realidade a partir de uma posição ideológica particular.

Por intermédio dessa (re)organização específica do real, no âmbito da grande mídia, instalam-se silenciamentos e apagamentos: a mídia produz seu conjunto de notícias, colunas, entre outros, por intermédio dos interditos de tantas outras vozes, por vezes, como veremos, socialmente mais autorizadas a interpretar os fatos noticiados.

Tal fato ganha corpo, como bem pontuam Merton e Lazarsfeld (2000), a partir da credibilidade e do respaldo social que constituem o meio midiático e,

particularmente, a figura do jornalista, sujeito cujo papel social é o de “intérprete da realidade”. Regida por este imaginário social que aponta para a credibilidade e para a veracidade das informações veiculadas em seu espaço, a mídia seleciona, recorta e desloca dizeres, a fim de construir os fatos noticiosos a partir dos critérios internos ao posicionamento sócio-ideológico do corpo editorial. Nesse movimento, não seleciona apenas o que deve constituir os textos jornalísticos, mas também quem pode e deve ter voz para comentar, interpretar e discutir o material veiculado. Trata-se, portanto, de um gesto intimamente silenciador.

Partindo desses pressupostos, este trabalho tem como objetivo analisar as formas de silenciamento/apagamento que atravessam o discurso midiático, especificamente quando são veiculadas questões que envolvem noções do campo de estudo científico da linguagem – língua, gramática, leitura, escrita, ensino de línguas, entre outras questões. Partimos da hipótese de que há regularmente o silenciamento/apagamento de determinados dizeres da ciência linguística quando a mídia toma a língua como objeto noticioso.

A escolha de observar o silêncio e o apagamento nos fatos noticiados em torno de questões de linguagem carrega uma justificativa concreta. A partir de uma breve observação – a qual será adequadamente exposta e fundamentada ao longo do trabalho -, podemos notar que uma parcela mínima da sociedade tem conhecimento acerca do que se produz no campo dos estudos científicos da linguagem; não é partilhado no senso comum quais são os objetivos, os métodos e nem mesmo o objeto da ciência Linguística. Tal fato não ocorre apenas com o campo dos estudos da linguagem, mas parece se agravar mais fortemente nesse área, uma vez que se tem como objeto de estudo, na Linguística, algo intrínseco ao ser humano: a língua.

Tendo notado essa nítida distância entre as pesquisas e descobertas da Linguística e o que se diz sobre língua na sociedade em geral, notamos que a mídia acaba por contribuir significativamente para que esse quadro se mantenha estático. Como poderemos observar, é regular que, ao noticiar sobre língua, a mídia simplesmente silencia a voz da ciência linguística, sustentando suas interpretações, em geral, com base em imaginários (de língua, da linguística e do linguista) pautados pelo senso comum. Tais imaginários, inscritos nas condições de produção do discurso midiático, tornam aptos e autorizados a interpretar os fatos de língua jornalistas e escritores, silenciando, conseqüentemente, a perspectiva defendida pela linguística.

Acreditamos que o gesto de silenciamento observado é regido pelas relações sociais de poder – quem, afinal, está autorizado a falar sobre a língua? Nesse sentido, pensar na constituição da mídia, do jornalista, da linguística e do linguista, e como esses espaços e sujeitos são representados no âmbito social, é de fundamental importância para se refletir sobre os movimentos que produzem o silêncio no contexto em questão.

Partindo das hipóteses acima desenvolvidas, elaboramos os seguintes questionamentos norteadores do trabalho:

- (i) Como se constrói na/pela mídia o movimento de silenciamento e apagamento da voz do linguista?
- (ii) Que vozes são autorizadas/legitimadas a emergir no discurso da mídia quando a língua é objeto de notícia?
- (iii) Quais são as modalidades de silenciamento e apagamento que perpassam o discurso da mídia quando se traz a língua como objeto noticioso?
- (iv) Há diferenças entre o gesto de silenciar e de apagar na produção do discurso? Se sim, como se operam cada um desses movimentos e em que condições são produzidos?

Para responder aos objetivos e propósitos da pesquisa, filiamo-nos à vertente francesa da Análise do Discurso (AD), teoria inicialmente proposta, em 1969, pelo filósofo Michel Pêcheux.

Tendo como objeto de análise o discurso, a AD vai buscar compreender as relações de sentido que há nas práticas de linguagem. Dessa forma se, por um lado, o analista de discurso teoriza o discurso, por outro, só tem acesso ao seu objeto a partir do olhar para a materialidade de linguagem na qual se inscreve o discurso. É nesse sentido que a língua, particularmente, apresenta-se como a instância primordial para que se possa observar o discurso em funcionamento.

Ao propor a noção de discurso enquanto “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1969), o fundador da AD critica a perspectiva sistemática e formal do tratamento dado aos sentidos no processo interlocutivo, herança da tradição estruturalista de trabalho com a língua. Não há, para o autor, “sentidos entre interlocutores”, numa concepção estreita e homogênea da interlocução, mas sim “efeitos”, o que pressupõe a não estabilidade/previsibilidade dos sentidos e dos sujeitos. Sendo o sujeito, para Pêcheux, sócio-historicamente determinado e atravessado pela

ideologia, bem como os sentidos com os quais se relaciona e a partir dos quais se constitui, ligados à memória e ao interdiscurso, não há como se conceber o discurso sem pensá-lo como “efeito”.

A crítica inicial lançada por Pêcheux a partir da qual esboça a noção de discurso, é voltada para o esquema comunicacional de Jakobson (2005), para quem a comunicação acontece de maneira direta, sem falhas, unilateralmente. Em vez de pensar em emissor e receptor, tal como pensara Jakobson, Pêcheux propõe a noção de sujeitos do discurso, que funcionam como posições ocupadas pelos indivíduos na inter-relação por intermédio da linguagem. Assim, não há aquele que produz, em sua imanência, os sentidos, mas sim sujeitos que “jogam” no complexo processo de produção de sentidos. Tais sujeitos, entretanto, não são os indivíduos empíricos, de carne e osso, mas sujeitos do discurso, sócio-historicamente situados, que ocupam posições no processo de produção de linguagem.

Desse modo, ao conceber a linguagem como materialidade do discurso e, portanto, aberta à heterogeneidade, nosso trabalho com os fatos noticiados pela mídia, os quais são materializados através da língua (seja escrita ou falada), volta-se para a compreensão dos processos de significação que estão imbuídos naquela manifestação particular de linguagem, a qual se inscreve, também, em condições de produção particulares. Estão em jogo, nessas condições de produção, os imaginários socialmente construídos acerca do jornalismo, do jornalista, do linguista, e do objeto que está sendo noticiado – a língua.

É nessa perspectiva que pretendemos, a partir das regularidades, não observar verdades prontas e acabadas, como se o texto nos fornecesse interpretações já dadas, mas, sim, buscar compreender como as relações históricas condicionam a emergência e circulação de determinados sentidos. Afinal, há regularidades que apontam, no nosso caso específico, para o silenciamento da voz do linguista face ao discurso jornalístico. A teoria nos auxilia a buscar, a partir de tais regularidades, como se constrói historicamente tal gesto, a partir da análise das relações de força, dos imaginários cristalizados socialmente, da constituição dos sujeitos que silenciam e dos que são silenciados.

Para refletir sobre o silêncio e o silenciamento, bem como, em um segundo momento, propor apontamentos sobre o apagamento, apoiamo-nos em Orlandi (2007). A obra de maior importância sobre a temática do silêncio é *As formas do silêncio*, na qual a autora (op. cit) propõe a existência necessária do silêncio em toda manifestação

de linguagem. A partir daí, passa a categorizar as diferentes formas de silêncio, dividindo-o em *silêncio fundador* e *política do silêncio*. Trata-se, respectivamente, do silêncio enquanto instância primeira e necessária do significar e do gesto de silenciar, ou seja, do *pôr em silêncio*. Interessa-nos, como fim analítico, observar o funcionamento da política do silêncio que povoa o discurso midiático.

Com a finalidade de contextualizar o âmbito da grande mídia, partimos das reflexões de Kunczik (2002) e Erbolato (2008), buscando ultrapassar a ideia de jornalismo como imparcial, objetivo, intermédio da verdade absoluta. Partindo da noção de *discurso sobre* (MARIANI, 1998), entendemos o fazer jornalístico como uma interpretação (possível) face à realidade empírica. Essa interpretação, entretanto, apresenta-se como intermediária da realidade (apagando-se seu estatuto de “interpretação”), numa construção pautada pela obviedade, transparência e neutralidade. A partir da imersão do discurso midiático em um complexo contexto político, o qual condiciona a emergência da voz de uns e o silenciamento do dizer de outros, constrói-se o consenso social sobre a autoridade e a credibilidade arraigadas ao fazer jornalístico.

Nosso *corpus* de pesquisa é constituído por sequências discursivas coletadas de diferentes meios e divulgadores, quais sejam: Folha, Revista Veja, UOL, O Globo, Rede Globo, Estadão, Terra e IG.

Restringimos a coleta de material a partir de três acontecimentos, entre 2008 e 2012, que repercutiram socialmente e que tratavam de questões de língua. São eles: a aprovação do acordo ortográfico de 1990, o qual unificou o sistema ortográfico dos países de língua portuguesa e que entrou em vigor a partir do ano de 2008; a adoção, pelo Ministério da Educação, do livro didático de língua portuguesa *Por uma Vida Melhor*, de Heloísa Ramos, indicado para uso na educação básica brasileira; e os critérios avaliativos exercidos pela banca de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em sua edição de 2012.

Como se vê, todo o *corpus* de análise é alimentado por questões que envolvem língua (acordo ortográfico, livro didático de língua portuguesa e avaliação de textos), o que nos proporciona um material adequado para observar como a mídia se movimenta discursivamente sobre língua, produzindo os silenciamentos.

Organizamos as análises em momentos distintos. Primeiramente, refletimos, a partir de Orlandi (2007), sobre as especificidades, em termos de categoria de análise, dos movimentos de silenciamento e apagamento. Após, a partir dos dados analisados,

observamos diferentes modalidades e funcionamentos de silenciamento exercidos pela mídia quando toma a língua como objeto de notícia.

Dividimos a dissertação, após esta introdução, da seguinte forma: (I) contextualização do espaço da grande mídia, partindo das reflexões de teóricos da comunicação (Kunczik, 2002; Erbolato, 2008); as condições de produção do discurso midiático, partindo da perspectiva discursiva; explicação e exploração dos três fatos sobre língua noticiados pela grande mídia, os quais constituem o cerne do *corpus* analisado; (II) os diferentes modos de conceber a língua, partindo das perspectivas que atravessaram a ciência linguística, da sua constituição aos dias de hoje; a perspectiva de língua que circula no e pelo senso comum; a reconstrução de conceitos, dizeres e mitos sobre língua que assolam o senso comum e a grande mídia; (III) a exploração do arcabouço teórico da Análise do Discurso, pontuando com profundidade as noções de discurso, sujeito, ideologia, condições de produção, entre outras, as quais serão mobilizadas nas análises; reflexões sobre silêncio e silenciamento, a partir da perspectiva de Orlandi (2007); (IV) análise do corpus coletado, buscando explorar as diferentes modalidades de silenciamento observadas no material; e, por fim, (V) as considerações a que chegamos a partir das análises.

1. A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO PELOS MEIOS MIDIÁTICOS

Não se pode negar que a sociedade moderna mergulha em um vasto, complexo e, por vezes, contraditório espaço de informação. Não há como conceber o contexto atual das relações sociais, sobretudo no que toca à construção de opinião perante os acontecimentos que nos circulam, sem olhar para os meios midiáticos, que veiculam/interpretam a realidade, transformando-a em fato noticioso. As diferentes modalidades de reportar notícia propostas pela mídia atuam de modo tal na sociedade que acabam por (re)criar as experiências dos indivíduos perante o universo social no qual estão inseridos, bem como contribuem para manter ou deslocar determinados imaginários sociais fortemente arraigados a uma concepção de verdade quase que inquestionável.

Nunca a sociedade esteve tão íntima das informações veiculadas pelos meios midiáticos. Hoje, na era da tecnologia, a informação produzida pela mídia excede os limites do rádio e da TV, bem como ultrapassa, ainda, o jornalismo impresso. A internet já se mostra como parte fundamental da relação entre a sociedade e a informação. Os meios tradicionais de fazer jornalismo partilham espaço com os portais online, através dos quais a informação chega ao leitor em tempo real, com dados detalhados e aprofundados: vídeos, depoimentos, *links* para outras matérias relacionadas, abertura para interação com o leitor, entre outras particularidades, reorganizam o modo de se conceber a mídia na era da tecnologia. As redes sociais também são fortes aliadas da mídia na relação com o povo, afinal, a emergência dessa nova forma de relação interpessoal, seja pelo Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, entre outros, faz parte da identidade do sujeito moderno, antenado e conectado à era da internet. Em suma, podemos dizer que, se a mídia sempre exerceu forte influência nas relações sociais e na formação de opinião, o contexto de hoje se apresenta ainda mais propício à inscrição da mídia no cotidiano da sociedade.

Embora a mídia como um todo passe por uma fase de extrema pluralidade e flexibilidade, marca característica do século XXI, o fio que liga o fazer jornalístico de sua origem aos dias de hoje é mantido, ainda que com alguns deslocamentos. Segundo Kunczik (2002, p. 22), os precursores do que hoje entendemos por jornalismo foram “os bardos viajantes, que reportavam e comentavam os acontecimentos do dia nas feiras, mercados e cortes aristocráticas, assim como os mensageiros e os escrivãos públicos”.

Ou seja, o cerne do fazer jornalístico, da época dos bardos viajantes aos dias de hoje, marcado pela pluralidade da tecnologia, é a veiculação de informações, ou melhor, a interpretação da realidade; em outras palavras, a (re)construção do real através de um fato noticioso.

Com os primeiros indícios da formação do jornalismo *stricto sensu*, já no século XVI (KUNCZIK, 2002), a informação começou a ser tratada como meio de comercialização, ainda que sem todas as configurações do jornalismo moderno, o qual, para Kunczik (op. cit), apresenta como marca as seguintes características: (I) publicidade; (II) atualidade; (III) universalidade; (IV) periodicidade. Ou seja, o fazer jornalístico moderno, sob a perspectiva lançada pelo autor, configura-se sob a pretensão de globalizar a informação, abraçando as causas de toda e qualquer índole.

É interessante refletir acerca das características supracitadas, as quais delimitam a marcação do jornalismo moderno, sobretudo no que diz respeito ao item III (universalidade), que aponta para a possível abertura do jornalismo para todas as vozes e perspectivas, bem como para todas as possíveis temáticas que cercam o cotidiano, os mistérios e a existência humanos. É nesse viés que o jornalismo se propõe, pela universalidade, como exato e imparcial. A reflexão sobre a questão da universalidade e imparcialidade é oportuna e será melhor desenvolvida ao longo deste capítulo, afinal o presente trabalho investiga justamente a parcela que não adentra a tal “universalidade”, definida como pertencente ao discurso midiático.

Algumas questões tomam forma de imediato: afinal, quão “universal” é a voz que ressoa nos limites da produção midiática? Tais como definidas acima as quatro características do fazer jornalístico moderno, a mídia, além de imparcial, seria democrática, aberta e preocupada com a pluralidade de perspectivas? Observando, a partir de uma perspectiva discursiva, e analisando o modo pelo qual o discurso da mídia circula pela sociedade, a universalidade e a imparcialidade cedem lugar a determinados gestos de “censura” marcados por questões sociais, históricas e ideológicas.

A prática jornalística que atravessa os meios midiáticos, como veremos precisamente nos tópicos que seguem e nas análises do trabalho, é primordialmente regulada por questões que envolvem, em essência, o material através do qual a notícia é construída: a linguagem. Inscritos na perspectiva teórica que toma a linguagem como intrinsecamente heterogênea, ligada à memória e aos sentidos institucionalizados pelo viés da ideologia (PÊCHEUX, 1975 [2009]), não há como concebermos qualquer fato de linguagem como unívoco e transparente; portanto, em consequência, não há como

conceber, dessa forma, a prática jornalística, que toma forma na e pela linguagem, enquanto universal e, sobretudo, imparcial.

Dada a complexidade e profundidade da questão, dedicaremos o tópico a seguir à reflexão do modo de funcionamento da mídia na sociedade, pontuando questões que tocam no questionamento sobre a universalidade, a imparcialidade e a veracidade que atravessariam, como efeito, as práticas do fazer midiático.

1.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO MIDIÁTICO E O EFEITO DE VERDADE

Antes de mergulhar nas reflexões sobre as condições de produção do discurso midiático, tal como o concebemos neste trabalho, é interessante lançar um olhar, de antemão, a definições comumente difundidas acerca do fazer jornalístico, sobretudo no tocante à (ilusória) objetividade/imparcialidade presente nos textos veiculados no espaço da grande mídia. Erbolato (2008, p. 56), partidário desse posicionamento, afirma que a notícia, qualquer que seja:

deve ser publicada de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado. Quem colhe dados, observando o local ou entrevistando pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, deve agir com isenção de ânimo. Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter.

A citação de Erbolato nos aponta para o que comumente, sobretudo no âmbito do senso comum, se entende pelo fazer jornalístico: a relação direta e unívoca entre a realidade e o texto jornalístico e a neutralidade do jornalista (e do corpo editorial como um todo) perante seu objeto noticioso. Face a essas duas noções e à citação de Erbolato, lançamos dois questionamentos basilares: (I) quem seriam as “pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria” (op. cit) e a partir de que critérios são classificadas como tal?; (II) será que as notícias, colunas reportagens etc que circulam diariamente pela mídia transparecem, de fato, a “noção correta do assunto focalizado” (op. cit) ou são um dos tantos possíveis posicionamentos ideológicos? Os questionamentos nos servem para que possamos pensar nas concepções que sustentam o fazer jornalístico e para que instiguemos uma reflexão acerca do modo como tal prática é consensualmente concebida.

Adentrando na questão I, acima levantada, é interessante pensar nos critérios de seleção das “pessoas capacitadas”, as quais podem contribuir com a notícia a ser veiculada. Ora, o critério de “capacitação”, nesse caso, resulta em um gesto de silenciamento das tantas vozes possíveis, as quais seriam, por esse prisma, não-capacitadas. Como veremos adiante, nas análises, esse critério de “capacitação” de uns e “descapacitação” de outros acaba por silenciar vozes que estariam autorizadas (e teoricamente preparadas) a discutir determinados assuntos, dando autonomia e respaldo a sujeitos cuja formação não se sobressai à daqueles silenciados¹. Os critérios de julgamento quanto à “capacitação” são, portanto, frouxos, e estão ligados às relações de poder que funcionam na sociedade geral.

As vozes convocadas para compor a trama do discurso jornalístico são aquelas partidárias das aspirações sócio-ideológicas do corpo editorial de determinado meio midiático. Ou seja, as “pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria” são, na verdade, as vozes que representam o posicionamento particular do veículo midiático face aos objetos noticiados. Além disso, são, também, as vozes dos discursos que estão estabilizados consensualmente, os quais já se fixaram pelo efeito de transparência.

Quanto à questão II: caso se considere que, de fato, há a possibilidade de descrição das noções “corretas” acerca de dado acontecimento, como definiu Erbolato (2008), podemos dizer que tal posicionamento se apoia na crença da possibilidade de descrição “correta” (no sentido de “verdadeira”) dos fatos, o que nos remete à noção de linguagem transparente e unívoca, já que, uma vez dominada (a linguagem), o sujeito deteria as ferramentas necessárias para a reprodução fiel do mundo que o cerca.

Adotamos a postura que vai de encontro à noção de língua(gem) homogênea e atravessada pela completude, para pensar no fazer jornalístico enquanto representação fragmentada da realidade, que, por si só, é atravessada por complexos e contraditórios processos sócio-históricos. Se, por um lado, há, no meio jornalístico, a pretensão de objetividade, por outro, o que se produz, na verdade, é apenas um efeito. O mundo (que se faz na e pela linguagem) é ambíguo por si só. O jornalista trabalha na tentativa dessa eterna busca pela desambiguação do mundo (MARIANI, 1998). O texto jornalístico não nos dá livre acesso à realidade, pois, conforme Gregolin (2003, p. 97), o discurso que

¹ Veremos adiante como tal contexto se encaixa perfeitamente a diferentes momentos em que a mídia produz discursos sobre questões do campo da ciência Linguística.

emerge nesse espaço é caracterizado por “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”.

Tendo em vista as reflexões até então levantadas, julgamos importante trazer algumas considerações quanto à constituição específica do discurso midiático, considerando-o enquanto inscrito em práticas de linguagem específicas (embora já tenhamos levantado questões que dão condições iniciais para pensar em tais aspectos).

De início, eis a questão que fomenta as reflexões que seguirão: afinal, por que socialmente o discurso da mídia é aceito e acatado como a verdade quase incontestável, reprodução fiel dos fatos, meio pelo qual se tem acesso à informação confiável etc?

Para pensar (não responder, pois o debate continua...) sobre a questão supracitada, é oportuno pontuar que o modo de funcionar dos discursos produzidos no espaço da mídia (bem como em qualquer tipo de produção discursiva) carrega características intimamente ligadas a questões sócio-históricas, afinal, não é por acaso que a mídia goza de grande respaldo social. Sendo assim, o discurso produzido nessas condições, o qual, como vimos, ressoa, como efeito, a voz da verdade e da credibilidade, constitui-se como tal não por questões arbitrárias ou imotivacionais; pelo contrário, é resultado do modo pelo qual se construiu socialmente o imaginário do fazer jornalismo e, mais especificamente, do sujeito que nesse espaço se constitui, o jornalista.

Cabe-nos pensar em dois momentos de reflexão: em princípio, abordar a constituição do discurso midiático, apontando para as condições de sua produção, e, em seguida, tocar no questionamento acerca da constituição do sujeito-jornalista², aquele que fala em nome do veículo midiático que representa. A divisão é proposta por motivação meramente organizacional do fio da reflexão, uma vez que ambas as questões – discurso da mídia e sujeito-jornalista – estão intrinsecamente imbricadas.

Para refletir sobre o discurso midiático, pontuando sua constituição e circulação no âmbito social, tomaremos como norte as reflexões de Mariani (1998), para quem o fazer jornalístico se constrói sob a forma de um *discurso sobre* (MARIANI, 1998). Para a autora, pensar no discurso da mídia como um *discurso sobre* permite-nos refletir sobre as motivações que dão condições para a instauração da imagem do discurso midiático como universal (tal como apontamos acima, com base em Kunczik (2002)) e

² Adotamos, neste trabalho, a noção de sujeito pautada pela Análise do Discurso de linha francesa. Noções basilares com as quais trabalharemos, dentro da teoria, serão expostas com maior propriedade no capítulo 3.

supostamente imparcial. A modalidade do *discurso sobre*, pontua a autora, “produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um objeto imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p.60). Ou seja, o discurso midiático se constrói nos entremeios da ilusão de afastamento perante o objeto noticiado, uma vez que se fala *sobre*, criando-se a ilusão de distanciamento do jornalista face ao objeto. É justamente nesse movimento de produzir *sobre* que no “discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si” (MARIANI, 1998, p. 62). Transparece, dessa forma, a imagem fiel e imparcial de um objeto que foi intermediado pelo dizer da mídia.

Entretanto, a modalidade do *discurso sobre*, embora elucidativa à reflexão, não nos é suficiente para justificar o imaginário social da mídia enquanto veiculadora da verdades. Afinal, entram no bojo da questão a própria constituição histórica do fazer jornalístico, uma vez que a voz da mídia carrega em sua constituição a autoridade para reverberar acerca dos diversos assuntos cotidianos, questões próprias do campo científico (cf. GRIGOLETTO, 2005), mistérios da existência humana, entre outras questões. A posição de autoridade na qual se inscreve o dizer da mídia e a relação de força que perpassa sua constituição face à sociedade dão moldes às condições de produção e reprodução do discurso midiático. Assim, dentro desse contexto essencialmente histórico, social e ideológico, os *discursos sobre*, por intermédio da voz da mídia, “atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1998, p. 60).

É interessante e importante pontuar que o *discurso sobre*, tal como definido, se liga a um já-lá³ da formação social, ou seja, funciona a partir da ancoragem interdiscursiva a sentidos já institucionalizados no âmbito social. O *discurso sobre*, então, só faz sentido e provoca a estabilidade porque se liga a sentidos já enraizados no contexto social. A mídia, portanto, parte do consensual à conjuntura social (o que reforça o efeito de verdade e obviedade), sobretudo no tocante ao senso comum, para, a partir daí, construir o *discurso sobre*. Por outro lado, pela relação de força arraigada às condições do discurso midiático, o discurso produzido nesse espaço também instaura memória e cristaliza imaginários. Em outras palavras: “o discurso jornalístico contribui

³ Sentidos historicamente cristalizados em uma conjuntura social, sob efeito do funcionamento da ideologia, tal como propõe Pêcheux (2009).

na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro.” (MARIANI, 1998, p. 61)

Assim sendo, pelo fato de o discurso midiático projetar, digamos, novas tramas nos retalhos do imaginário social, podemos dizer que tal prática se apresenta como parte da constituição das referências do senso comum, ou seja, representa muitas das bases que sustentam as noções e percepções que circulam nesse espaço social. Desempenha, portanto, “um papel importante na produção/circulação de consensos de sentido” (MARIANI, 1998, p.66).

Nessa direção, é interessante mencionar a noção da mídia como formadora de opinião, sobretudo quando o que está em pauta são colunas jornalísticas. São emitidas, nesse gênero, opiniões, pontos de vista sobre um dado acontecimento de repercussão social, a partir dos julgamentos e critérios do jornalista. Ainda que esteja claro que se trata de um posicionamento particular (entre tantos outros), as condições de produção daquele discurso trazem para o sujeito o efeito da autoridade, da credibilidade e do respaldo, tornando o seu posicionamento o mais aceitável entre os demais.

As notícias transmitidas nos telejornais, bem como os comentários dos jornalistas acerca dessas notícias, tornam-se pauta de conversas no trabalho, entram nos círculos das conversas em bares e restaurantes, enfim, dão as coordenadas para que muitas pessoas se situem no mundo e, a partir daí, criem seus critérios de valor perante o turbilhão de informações que constituem a sociedade moderna.

Nessa direção, podemos pensar que o *discurso sobre*, nesse caso, não apaga/silencia apenas os demais possíveis pontos de vista sobre um determinado fato ou objeto, mas também apaga/silencia o próprio lugar da mídia como “possível” entre outros, criando uma relação direta, sem mediadores, entre a realidade e o fato noticioso. Daí a “objetividade”, a “imparcialidade” e, por consequência, as verdades veiculadas. Nesse processo, uma vez que se tratam de informações verídicas, exatas e quase que inquestionáveis, criam-se as evidências sobre os acontecimentos abordados.

São muitos os exemplos de acontecimentos noticiados pela mídia (alguns dos quais constituem nosso *corpus*) que projetaram a cristalização e a estabilidade de imaginários sociais. Podemos citar, por exemplo, a polêmica produzida pela mídia acerca do livro didático de Língua Portuguesa da coleção *Por uma Vida Melhor*, de autoria de Heloísa Ramos; a postulação do acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa e uma possível homogeneização do português brasileiro, europeu e africano; a aparente falta de comprometimento da banca de avaliação das redações do Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2012; só para ficar nos exemplos que compõem nosso material de análise. A partir dessa veiculação do material midiático acerca desses acontecimentos, determinados imaginários de língua, do linguista e da linguística foram (re)construídos no âmbito do senso comum, num movimento circular de constituição e sedimentação de sentidos.

Como se vê, a mídia, enquanto fundamental contribuinte das novas formas de percepção do imaginário social,

participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade. (GREGOLIN, 2003, p. 97).

É oportuno pontuar, como já levantado, que o discurso da mídia é materializado por um sujeito específico, o qual, digamos, atua como sujeito que dá voz e materializa o posicionamento dos jornais: o jornalista. É o jornalista que carrega a responsabilidade, pelo imaginário social, de administrar as verdades, possibilitando que o povo tenha acesso à realidade a partir do posicionamento mais fortemente ligado às “verdades”. O sujeito-jornalista, dessa forma, inscrito nas condições de produção já descritas acima, apresenta-se como o (re)organizador dos sentidos que transbordam da realidade empírica, os quais devem ser “domados” e veiculados ao povo.

Para fechar e sintetizar a reflexão sobre o discurso midiático dentro do fazer jornalístico, podemos nos apoiar em Mariani (1998, p. 63), que afirma:

O que constitui uma propriedade do discurso jornalístico então? É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades, no nosso entender, estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência.

Dito isso, podemos constatar que o jornalismo produzido pelos e nos meios midiáticos emergem das relações de poder que estão em jogo na sociedade, dos imaginários sedimentados e cristalizados na conjuntura e dos efeitos do traçado de memória que socialmente costumam a relação do sujeito com a linguagem. No bojo desse complexo processo, o sujeito-jornalista detém da autoridade e da credibilidade, que o tornam apto, nessas circunstâncias, a produzir e reproduzir posicionamentos particulares que chegam ao senso comum como uma verdade rígida, transparente e estabilizada.

1.2 O MUNDO TEXTUALIZADO EM NOTÍCIA: DUAS PERSPECTIVAS

Propomos este tópico em especial, após a definição do modo pelo qual entendemos a produção do discurso midiático dentro de suas condições de produção específicas, com o intuito de refletir acerca da constituição da notícia sob duas perspectivas: (I) enquanto gênero textual (cf. MARCUSCHI, 2008; BAKHTIN, 2003) pertencente à esfera do âmbito jornalístico (cf. BAKHTIN, 2003); e (II) enquanto “construção de fatos”, determinados por práticas discursivas.

Inicialmente, ainda que de forma bastante resumida, é interessante pensar na noção de gêneros textuais, de modo a nos dar suporte para reflexão sobre a notícia enquanto um gênero de circulação no contexto da grande mídia. Sendo a linguagem uma manifestação essencialmente vinculada às práticas sociais, as atividades exercidas pelo homem, por intermédio da linguagem, são, também, afetadas pelo social. Assim, toda prática de linguagem se inscreve em uma esfera específica de atividade e, em concomitância, produz determinados “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 2003, p.262). Conforme Marcuschi (2008), esses tipos relativamente estáveis indicam “instâncias discursivas” que organizam socialmente os gêneros textuais. Dessa forma, podemos pontuar, segundo o autor, as instâncias jurídica, religiosa, jornalística etc. Tais instâncias (ou esferas) não abrangem um gênero particular, “mas dão origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados” (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

No interior das instâncias/esferas sociais, os gêneros textuais se organizam enquanto componentes formais que atuam na sociedade a partir de funcionalidades específicas. São, nesse sentido,

os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

Ou seja, a emergência de um gênero textual, qualquer que seja, se vincula a motivações sociais, históricas e funcionais. Portanto, sua definição excede o aparato formal de sua constituição, sendo necessário considerar, também, os aspectos sociais e funcionais quando de sua teorização.

Podemos notar que a inter-relação entre os gêneros textuais e as esferas sociais é basilar para compreender ambos os conceitos, afinal, as esferas sociais estão diretamente ligadas à produção dos gêneros, enquanto que os gêneros retroalimentam os limites das esferas de atividade.

A notícia enquanto gênero textual (I) se caracteriza pela função primordial de informar à sociedade acontecimentos de interesse público. A informação é concisa e a linguagem direta, de modo a contribuir, ainda mais, para o efeito jornalístico de comprometimento com as verdades (tal como refletimos no tópico 1.1). Para tanto, organiza-se textualmente em função desse propósito. Seja veiculada pelo meio impresso, digital ou televisivo, a notícia, pela perspectiva do gênero textual, se enquadra nessas características, as quais se organizam com a finalidade de atender à máxima da informatividade.

É interessante apontar, ainda, que a notícia, em geral, tematiza algum fato do momento, ou seja, inscreve-se temporalmente na atualidade, trazendo como marca a questão da novidade, do inesperado, da ruptura com algum paradigma estável da sociedade⁴. Também se considera, quando da veiculação, o impacto social da notícia, a importância do acontecimento dentro de determinado contexto, o grau de polêmica que ela encarna. Ou seja, há critérios de noticiabilidade que determinam a inscrição ou não de determinado acontecimento social dentro do gênero notícia.

A segunda postura sobre a notícia, a qual adotamos como norte para este trabalho, ancora a definição de notícia à construção de fatos, excedendo o nível do

⁴ Vale a pena citar uma passagem de Chris e Harris (1993), que dizem: “quando um cachorro morde um homem, isso não é notícia. Mas, quando um homem morde um cachorro, isso é notícia” (p. 10) Em outras palavras, o inusitado é produtivo para a produção da notícia, uma vez que, ao quebrar com algum paradigma estável da sociedade (afinal, não é todo dia que se vê um homem morder um cachorro), chega aos olhos e ouvidos do leitor/ouvinte como interessante, importante ou até mesmo engraçado.

gênero textual. Encaramos tal perspectiva da notícia não a partir dos componentes formais que produzem o gênero (as regularidades estruturais), mas a partir da noção de “noticialização”. A notícia, por essa visão, é resultado do gesto interpretativo, de toda sorte, do sujeito-jornalista face aos acontecimentos que circulam a realidade social. Por isso, excede a questão do gênero textual.

Podemos pensar que o mundo, com suas contradições e sua complexidade, existe enquanto espaço simbólico. Antes da textualização no meio midiático, a realidade tem existência material definida (ainda que seja impossível concebê-la sem pensar na linguagem). Como debatemos no tópico 1.1, não há, no nosso entendimento, a reprodução direta e fiel da realidade quando da produção jornalística, e tal perspectiva nos serve para expandir a reflexão, pensando na notícia como construtora de “fatos”⁵ a partir de acontecimentos cotidianos. Ou seja, a noção de notícia que tomamos como norte do trabalho resulta do gesto, produzido pelo sujeito-jornalista, de produzir conteúdo no meio midiático através da (re)construção da realidade, transformando-a em fatos. A notícia, por essa direção, nada mais é do que um recorte da realidade, um fio, dentre tantos, da imensa trama de retalhos que é a realidade empírica. Assim, podemos dizer que a notícia se caracteriza pela prática de “colocação de discursos em palavras, enquanto gesto de interpretação marcado por paráfrases, deslizamentos, derivas, equívocos” (QUEIROZ, 2006, p.254). .

A incompletude, os deslizes, o equívoco, tal como colocados acima, são características da linguagem em si, e do discurso, que na e pela linguagem se concretiza. Sendo a notícia a materialização de um gesto interpretativo por parte do jornalista, via linguagem, podemos considerar que a produção midiática é, também, passível às incompletudes da linguagem. E podemos comprovar tal fato através de uma breve observação de como diferentes jornais abordam um acontecimento qualquer a partir de diferentes pontos de vista: um jornal enfatiza determinadas questões, silencia outras, modaliza determinados atos, convoca profissionais para comentar o ocorrido; outro, descrevendo o mesmo acontecimento, aborda o tema a partir de visão contrária, levando o fio da notícia para outras tendências, sensacionalismos, etc.

Considerando a notícia pelo viés da interpretação da realidade e construção de fatos, direcionamos a noção não apenas para o campo do gênero textual, tal como definido na primeira perspectiva, mas para o fazer midiático enquanto prática discursiva

⁵ Estamos utilizando a expressão “fato” para remeter a uma construção social, a partir de um posicionamento específico, de um acontecimento do mundo concreto.

particular, a qual, independente de gênero, segue as mesmas regularidades, inscreve-se em condições de produção similares. Estaremos considerando, neste trabalho, o discurso midiático como produção de notícias por essa perspectiva: observaremos reportagens, matérias, colunas, podcasts, a notícia *stricto sensu*, mas considerando todos esses gêneros como pertencentes à mesma regularidade do fazer midiático enquanto prática sócio-historicamente situada.

Tendo feito as considerações acerca da constituição do discurso midiático e da produção da notícia enquanto gesto essencialmente interpretativo, vamos agora atravessar contextualmente os três fatos noticiosos sobre língua que compõem a materialidade do nosso *corpus* investigativo.

1.3 TRÊS FATOS NOTICIOSOS SOBRE LÍNGUA CONSTRUÍDOS PELA MÍDIA

Pretendemos apontar, neste tópico, três fatos noticiosos sobre língua que foram construídos pela mídia entre 2008 e 2013. Os três fatos constituem o cerne do nosso *corpus* de análise, o que justifica sua explanação, pontuando o que circulou contextualmente acerca das polêmicas geradas pela mídia em torno de questões de língua. São os fatos noticiosos: a polêmica sobre adoção do livro didático *Por uma vida melhor*, aprovado pelo MEC; a contestação dos critérios de avaliação das redações do ENEM 2012; e, por fim, as manifestações da mídia acerca do acordo ortográfico entre os países cuja língua é a portuguesa.

O livro didático de Língua Portuguesa *Por uma vida melhor*, de autoria de Heloísa Ramos, da coleção *Viver, Aprender*, editora Ação Educativa, foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), projeto capitaneado pelo MEC e cujo propósito é avaliar, a partir das atuais ferramentas teórico-metodológicas dos diferentes campos do conhecimento que compõem o escopo curricular do ensino básico, a proposta geral dos livros didáticos que chegam ao mercado. Uma vez aprovado, o livro é indicado para o uso nas escolas públicas de todo o Brasil, por intermédio de uma cartilha contendo resenhas críticas, escritas por especialistas de cada área específica, que apontam os prós e os contras de todas as obras aprovadas.

Nota-se que, independente dos eventuais deslizes que as obras aprovadas pelo PNLD possam carregar, todos os livros que constam na cartilha são bons livros,

apropriados para o uso no ensino básico de todo o país. Cabe ao professor, munido da cartilha, averiguar quais são os deslizes apontados pela equipe do PNLD, interpretando tais informações a partir da realidade na qual está inserido, bem como o contexto escolar. Mas é importante frisar e ratificar: todos os livros aprovados pelo PNLD são adequados para o uso escolar, e tal parecer é apontado por especialistas de cada uma das áreas que compõem o currículo escolar básico.

No caso particular do livro *Por uma vida melhor*, o parecer de aprovação está condizente com as atuais reflexões da Linguística moderna e da pedagogia de línguas, as quais são sustentadas por pesquisadores de larga experiência no ramo da avaliação e análise de material didático.

É importante, ainda, pontuar que o livro *Por uma Vida Melhor* foi destinado para uso na modalidade de ensino do EJA – Educação de Jovens e Adultos⁶. Tal fato merece atenção particular, pois muito circulou pela mídia que o livro era destinado ao público infantil (o que era reforçado, inclusive, por imagens de salas de aula com crianças). A destinação à parcela EJA orientou determinadas posturas no conjunto da obra, as quais resultaram na produção de um material didático diferente daquele indicado às crianças do ensino fundamental.

O capítulo que gerou grande repercussão no meio midiático foi o primeiro capítulo da Unidade I, intitulado “Escrever é diferente de falar”. A proposta geral dessa passagem, e em especial do fragmento criticado pela mídia, é refletir sobre a condição heterogênea da modalidade falada da língua portuguesa. Assim, como indica o título que abre o capítulo, a autora propõe que o aluno reflita sobre as diferenças entre a língua falada, que é mais fortemente marcada por questões sociais, por isso a variação lhe é inerente, e a língua escrita, menos heterogênea, por se configurar a partir de normas ortográficas previamente estabelecidas.

É oportuno frisar que as críticas, em geral, repousaram majoritariamente em um fragmento de um capítulo do livro. Ou seja, considerou-se apenas uma parcela ínfima e descontextualizada da obra, num gesto de apagamento do projeto didático-pedagógico que atravessa o conjunto geral do livro. Vejamos o conteúdo do fragmento motivador das críticas:

⁶ Trata-se de uma modalidade de ensino, fundamental e médio, voltada para alunos que, por motivos diversos, não concluíram a educação básica no período etário recomendado. A faixa etária dos alunos, portanto, é bastante variável, oscilando entre 17 e 50 anos.

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) →

os (masculino, plural)
ilustrado (masculino, singular)
interessante (masculino, singular)
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

O fragmento do capítulo 1, acima visualizado, propõe que pensemos na língua falada como configurada a partir de determinadas regras intuitivas do falante (como, por exemplo, a marcação do plural apenas no determinante em “os livro”), as quais podem se modificar a partir da dinâmica social da língua em curso (ou seja, a partir das diferentes necessidades e demandas sociais). Defende, portanto, que a produção “os livro” não se enquadra na categoria de “erro”, podendo ser utilizada em determinadas circunstâncias. O grande problema é que a mídia em geral, demonstrando desconhecimento acerca dos atuais estudos em pedagogia de língua, pincela o fragmento acima para produzir suas críticas, as quais recaem nas já cristalizadas noções de língua “certa”, reflexo do português lusitano que estampa os exemplos da tradição gramatical há anos. Não leva em conta, como veremos adiante, que o livro criticado tem por objetivo, assim como deve ser, ensinar a norma culta, entretanto, pontuando que essa é uma das tantas manifestações de uso da língua em contextos reais de produção.

Diz Ramos, na apresentação da obra, que “a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário” (p.12).

Tendo desconhecimento das pesquisas contemporâneas sobre variação linguística e ensino de língua portuguesa, os meios midiáticos derramam sob o livro críticas na direção de que o material estaria ensinando os alunos a falar errado, não considerando que o se propõe é uma reflexão sobre a língua que o aluno já fala antes de entrar na escola (língua essa que, como deixa muito claro a autora, não é socialmente prestigiada, embora linguisticamente bem formulada).

É a partir da publicação, no portal IG, da notícia intitulada “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”⁷, assinada pela jornalista Thais Arbex, que a trama do discurso midiático sobre o caso começa a ser tecida. Pelo próprio título, notamos que a construção da notícia vai por uma direção que demonstra desconhecimento do projeto geral da obra, já que afirma que o livro “ensina aluno a falar errado”, quando, na verdade, reflete sobre a heterogeneidade da língua. Após a publicação de Arbex, outros divulgadores (CBN, Veja, O Globo, entre outros) também se manifestaram, apontando, com regularidade, para as mesmas interpretações da jornalista do IG.

O segundo acontecimento sobre língua que constitui nosso *corpus* é o caso de contestação, por parte da mídia e de grande parcela da sociedade, dos critérios avaliativos das redações do ENEM 2012. A contestação tomou forma a partir da divulgação, no portal online O Globo⁸, em março de 2013, de um texto que, embora apresentasse alguns desvios ortográficos, recebeu nota máxima na avaliação do ENEM. As críticas à banca julgadora foram lançadas de imediato e se sustentaram na defesa de que um texto com nota máxima deveria ser perfeito, bem acabado e, sobretudo, linguisticamente impecável. O caso ganhou repercussão nacional após ser veiculado, em rede nacional, pelo telejornal Jornal Nacional, da Rede Globo⁹.

Assim como no caso do livro didático de Heloísa Ramos, foi regular, na discussão empreendida pela grande mídia, o nítido afastamento, por parte dos jornalistas, dos especialistas empreendidos em estudos sobre produção e avaliação

⁷ Link: <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>, acesso em 04/05/2013

⁸ <http://oglobo.globo.com/educacao/enem-2012-textos-nota-1000-tem-erros-como-enchergar-trousse-7866485>, acesso em 18/09/2013

⁹ A notícia veiculada no Jornal Nacional pode ser visualizada, na íntegra, através do link: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/alunos-com-erros-graves-de-portugues-recebem-nota-maxima-no-enem/2467288/>, acesso em 04/09/2013

textuais. Criou-se, a partir da polemização do caso, uma trama de sentidos que apontavam, unilateralmente, para a reprovação ao processo avaliativo do ENEM, sem que fossem compreendidos os motivos que embasavam o julgamento da banca. Quando convocado, o discurso dos especialistas da área era constantemente questionado (basta notar que o caso continuou repercutindo...), fato que nos motiva a explorar, mais a frente, o que chamamos neste trabalho de silenciamento pela (des)autorização.

A defesa da banca avaliadora do processo, a qual é composta por doutores em Linguística/Língua Portuguesa, reproduz o que já consta no Manual do Candidato do ENEM e no Guia do Participante, documentos que norteiam as bases do procedimento de avaliação dos textos. Tomando como base esses documentos, é importante frisar que o julgamento de um texto se baseia em cinco critérios (competências), previamente estabelecidos, quais sejam: (I) domínio da norma padrão da modalidade escrita da língua portuguesa; (II) centralidade temática e domínio estrutural e retórico do texto dissertativo-argumentativo; (III) construção e defesa de um ponto de vista, através da seleção, relação, organização e interpretação de fatos, opiniões e argumentos; (IV) conhecimento dos recursos linguísticos necessários para a construção da argumentação; e (V) elaboração de uma proposta de intervenção para o problema sugerido, respeitando os direitos humanos. É atribuída uma nota de 0 a 200 pontos para cada uma das cinco competências. Como se vê, a avaliação é construída a partir de uma perspectiva global, o que permite que um texto apresente, por exemplo, desvios quanto aos recursos coesivos (competência IV), mas, ainda assim, caso contemple satisfatoriamente as demais exigências, consiga atingir uma nota satisfatória. É importante, também, mencionar que as competências avaliadas estão imbricadas, ou seja, o avaliador as articula de forma coerente, produzindo, assim, um julgamento global do texto; além disso, a avaliação particular de cada texto é norteada por critérios também particulares, já que cada um deles apresenta um conjunto específico de argumentos, defesas, teses, que estão ou não dentro das exigências estruturais da modalidade formal da língua e do tipo dissertativo.

Ainda que o texto apresente alguns desvios ortográficos, por exemplo, como consta nas redações divulgadas pelo O Globo, de acordo com o Guia do Participante 2012¹⁰, o avaliador pode, a depender da natureza do desvio, atribuir nota máxima à

10

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redacao_enem2012.pdf, acesso em 04/09/2013

competência I. Dessa forma, a polêmica gerada sobre o caso desconsidera dois pontos fundamentais: (I) as redações são avaliadas a partir de cinco critérios (cada um deles valendo no máximo 200 pontos), dos quais apenas um julga os desvios ortográficos; (II) ainda que apresente desvios ortográficos, o texto pode receber nota máxima na competência I, pois, de acordo com o Guia do Participante 2012, obtém 200 pontos o candidato que demonstre

(...) excelente domínio da norma padrão, não apresentando ou **apresentando pouquíssimos desvios gramaticais** leves de convenção da escrita. O que revela que **as exigências da norma padrão foram incorporadas aos seus hábitos linguísticos** e os **desvios foram eventuais** (Grifos nossos)

Podemos notar que, de acordo com as diretrizes inerentes ao processo avaliativo do ENEM (as quais se sustentam em pressupostos teóricos propostos pelos pesquisadores envolvidos com questões de produção textual e avaliação), o texto pode receber nota máxima, mesmo apresentando desvios “leves” no tocante às convenções da escrita. O ENEM parte de uma perspectiva qualitativa, ou seja, busca observar como o candidato se movimenta linguisticamente ao longo da redação, analisando, pela tessitura do texto, se há ou não indícios de domínio da modalidade formal da língua escrita. Para reforçar a afirmação, citamos um trecho da nota do INEP, em justificativa à polêmica gerada: “um texto pode apresentar eventuais erros de grafia, mas pode ser rico em sua organização sintática, revelando um excelente domínio das estruturas da língua portuguesa”¹¹. Desconsiderou-se, quando da veiculação e circulação da polêmica, os pressupostos basilares que sustentam a proposta do ENEM.

Ainda no âmbito do ENEM 2012, além da contestação quanto aos critérios envolvidos na avaliação dos textos que receberam nota máxima, houve também contestação de redações que, embora apresentassem fragmentos nitidamente irônicos, com pretensão de deboche, não receberam nota zero.

Foram dois textos: o primeiro apresentava, num fragmento desconexo, no meio do texto, a descrição de uma receita de macarrão instantâneo; o segundo, na mesa linha, narrava o hino do time de futebol Palmeiras. Os textos receberam, respectivamente, 560

¹¹ Conferir em: <http://oglobo.globo.com/educacao/enem-2012-textos-nota-1000-tem-erros-como-enchegar-trousse-7866485>, acesso em 04/09/2013

e 500 pontos, notas abaixo da média esperada para um estudante que terminou ou recém terminou o Ensino Médio.

O sentido recorrente que circulou pela mídia, ao retratar o fato, apontava para a impossibilidade, em quaisquer circunstâncias, da inclusão de fragmentos desconexos da temática solicitada (Processos migratórios para o Brasil no século XXI). Entretanto, consta como diretriz de avaliação do ENEM 2012 os casos de *fuga parcial* e *fuga total*. Há duas circunstâncias que podem ser enquadradas no primeiro caso – a fuga parcial: o candidato toca no assunto (processos migratórios para o Brasil), mas não chega ao tema (tais processos no contexto atual, ou seja, no século XXI); o candidato toca no tema, mas, ao longo do texto, perde o fio argumentativo, deslizando para outras questões não envolvidas com a temática solicitada. O caso da fuga total acontece quando o indivíduo foge completamente do solicitado, não tocando nem na temática central, nem no assunto global.

Os textos motivadores da polêmica apresentam, inicialmente, centralidade temática e seguem linearmente dentro do horizonte esperado. No meio do texto, entretanto, são inseridos os fragmentos impróprios (a receita de macarrão e o hino do time de futebol). Como se pode notar, tal fato está dentro do que a diretriz chama de fuga parcial. Nesses casos, a banca avalia o que o aluno produziu dentro da temática proposta, desconsiderando a parcela que foge da margem esperada. Portanto, os parágrafos que nitidamente pretenderam ironizar o processo ou o avaliador foram, de imediato, desconsiderados.

Os textos receberam notas abaixo de 600 pontos, pois, como dissemos acima, há cinco competências que são avaliadas, de forma imbricada, no processo de julgamento. A fuga parcial acaba por prejudicar a construção da argumentação (competência III) e a produção da tipologia dissertativa e centralidade temática (competência II), mas não compromete a proposta de intervenção, o domínio da modalidade formal da língua escrita ou a articulação do texto por intermédio dos recursos coesivos. Dessa forma, ainda que apresente fragmentos desconexos, há a possibilidade de a redação alcançar os 560 pontos, tal como foi julgado o texto que inseriu a receita de macarrão instantâneo.

O que levantamos como questão neste trabalho, é importante ressaltar, não é a discordância do dizer produzido pela mídia em relação ao que está pressuposto como matriz do ENEM. Por outro lado, queremos observar que, no grande debate sobre produção textual e processo de avaliação da escrita, horizonte que está dentro da discussão empreendida por linguistas e professores de língua vinculados a pesquisas na

área de Letras, os especialistas não foram convocados para comentar, argumentar e explicar os porquês que fundamentam a avaliação alvo de críticas e polêmicas. Essa é a questão que fundamenta nosso trabalho: observar que, embora estejam em pauta questões que dizem respeito ao especialista da linguagem, esse sujeito é apagado, silenciado; seu discurso, quando emerge, não ressoa, não provoca abalos, haja vista a grande repercussão social que o caso tomou.

O terceiro e último acontecimento noticiado pela mídia foi sobre o acordo (ou reforma) ortográfico(a). Trata-se de um acordo, proposto pela comunidade de países de língua portuguesa (CLP), assinado em 1990, cujo propósito é uniformizar a representação ortográfica dos oito países em que a língua nativa é a portuguesa – Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Engavetado por alguns anos, o acordo entrou em vigor em 2008, com prazo de adaptação previsto para janeiro de 2013, quando seria exigida a reforma obrigatoriamente¹². As mudanças acarretadas pelo acordo estão apenas no plano da escrita (acordo *ortográfico*, afinal), ou seja, no âmbito das convenções estabelecidas no conjunto da organização ortográfica da língua portuguesa.

Ao noticiar sobre a implementação do acordo, encontramos na grande mídia um direcionamento sobre o caso que, além de evidenciar desconhecimento elementar sobre língua falada e escrita, construiu um grande “caos linguístico” na cabeça do povo. Alguns dos materiais apontam para o acordo ortográfico como uma investida que estaria descaracterizando a nossa língua. A confusão se instaura a partir do momento em que não se compreende que a mudança está no nível da escrita, modalidade de representação da língua, e não na língua em si. A língua portuguesa falada no Brasil (ou em quaisquer outros países que falem o português) não sofreu nem sofrerá qualquer mudança com a implementação do acordo.

A discussão na mídia tomou rumos tão distintos do que essencialmente se deveria debater que, tendo convidado escritores, jornalistas e pedagogos, debateram-se questões de mudança linguística, variação e identidade, quando, na verdade, o português falado no Brasil vai continuar com o “a gente” convivendo com o “nós”; Portugal com

¹² Movido por pressões editoriais, o Governo brasileiro adiou, no corrente ano de 2013, a obrigatoriedade da nova ortografia para 2016. Segundo o Jornal do Senado (cf. link), há um projeto em andamento, defendido por Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS), que visa ampliar o prazo de adaptação para até 2020. Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/06/10/norma-adiou-para-2016-obrigatoriedade-de-mudancas-na-ortografia-da-lingua>

as mesóclises mais vivas do que nunca, bem como com o “vós” ainda usual. Não mudaremos a pronúncia de *linguiça* ou *linguística* pela queda do trema, bem como continuaremos pronunciando “*ideia*” com o /e/ aberto.

Como se vê, os três acontecimentos construídos pela mídia emergem da grande disparidade que há entre o que efetivamente se trabalha nos grandes centros de pesquisa linguística das mais conceituadas universidades nacionais e internacionais e o que tradicionalmente se entende sobre o objeto da linguística¹³.

É nesse contexto que emergem os movimentos que pretendemos trabalhar nesta dissertação, afinal, se a voz do linguista não chega à sociedade, ainda que o debate envolva seu objeto de estudo e teoria, há um nítido (e sutil) gesto de silenciamento presente nos meios que se afastam desse campo do conhecimento. Não se verifica a ausência de médicos em assuntos ligados à medicina; não são encontradas matérias sobre alimentação em que um nutricionista esteja ausente; não é recorrente a opinião de jornalistas sobre construções civis. Por que o linguista carece de crédito quando, no espaço da mídia, fala sobre o objeto teórico que por anos se dedicou a estudar? Quem está autorizado, então, a refletir teoricamente sobre língua? Não nos compete lançar a voz da verdade à ciência linguística, mas, por outro lado, buscar observar como se processa discursivamente o silenciamento da sua voz, compreendendo as relações de poder e autorização que perpassam o material analisado.

¹³ Trabalharemos com as noções de língua propostas pela Linguística e aprofundaremos a reflexão sobre a língua abordada pela mídia no capítulo 2.

2. UM OBJETO, MÚLTIPLOS OLHARES: REFLETINDO SOBRE LÍNGUA

Este capítulo tem como propósito discutir teoricamente diferentes concepções de língua que circulam tanto no âmbito da ciência linguística, como no espaço da mídia. Como pudemos observar no capítulo anterior, há uma grande disparidade acerca do que se entende por língua nesses dois domínios. Cabe-nos, portanto, desdobrar o que efetivamente compõe a compreensão sobre esse objeto no âmbito midiático e científico.

Não pretendemos delimitar com objetividade qual é a concepção única, pronta e acabada, adotada no campo da Linguística, afinal, trata-se de uma ciência cujo objeto de reflexão é marcado por perspectivas variadas. Entretanto, ainda que heterogênea, podemos dizer que há um nó central que une as variadas perspectivas teóricas que compõem os estudos linguísticos: a postura investigativa, que tem por objetivo descrever os fenômenos observados a partir de regularidades encontradas no seu material de análise, sempre em ancoragem a um quadro teórico dado.

Buscaremos compreender, também, a partir da observação de regularidades, qual é a especificidade, em detalhes, da língua sobre a qual falamos a mídia e o senso comum.

Para iniciar a reflexão, trazemos as palavras de Ferdinand de Saussure, marco inicial da Linguística enquanto campo científico do conhecimento humano.

Alguém pronuncia a palavra nu: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente do Latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto. (SAUSSURE, 2006 [1916]. p. 15)

Dentre as tantas contribuições de Ferdinand de Saussure, é oportuno citar, antes de adentrarmos em questões teóricas mais específicas, aquela que diz respeito à sua concepção do fazer científico, especificamente no tocante às definições dos objetos teóricos e da abertura que cerca o trabalho do cientista. A citação acima nos remete ao que o mestre genebrino pensava sobre as possíveis interpretações de dado objeto, que, para ele, ganha existência a partir de um ponto de vista único, e não o contrário. Ou seja, não há a existência, em princípio, de um objeto antes de um ponto de vista, antes de um posicionamento particular face a uma realidade empírica. Pensar dessa forma nos

remete à abertura não apenas do fazer científico, mas também das interpretações e acepções que temos de tudo que nos cerca: o mundo transborda sentidos, os quais nos convocam a interpretá-los; e nem mesmo a ciência, como veremos, escapa dessa máxima, pois há divergências e convergências de pensamentos dentro do âmbito científico, que se constitui pelo incessante movimento de questionar.

Portanto, pegando gancho na reflexão de Saussure, podemos notar, através de um simples exercício de observação, que a realidade na qual estamos inseridos, e a partir da qual nos constituímos sujeitos, é definida, pensada e representada de maneira múltipla e heterogênea, uma vez que há uma série de fatores (posicionamentos ideológicos, crenças, valores, etc) que estão em funcionamento no gesto simbólico de (re)interpretação do mundo pelos sujeitos. E não poderia ser diferente com o objeto língua, que pode ser caracterizado de forma múltipla, seja pelo olhar científico ou pelo julgamento baseado no senso comum.

Torna-se necessário, nesse sentido, que descrevamos algumas das diferentes concepções de língua que circulam no âmbito da ciência Linguística e no espaço marcado pela mídia e pelo senso comum. Para tanto, abordaremos concisamente as principais correntes da Linguística que pensaram o objeto língua e que julgamos significativas para o desdobramento dos estudos no referido campo. É importante, afinal, que especifiquemos a parcela que é apagada/silenciada pela mídia quando das suas veiculações sobre o objeto língua. Em seguida, abordaremos a concepção de língua que circula no senso comum, a qual se mostra dissidente do que é entendido por língua no ramo da ciência linguística contemporânea.

Vamos, primeiramente, ao percurso histórico que constitui o desdobramento da Linguística enquanto campo científico do saber.

2.1 O(S) OLHAR(ES) DA CIÊNCIA LINGUÍSTICA: AS LÍNGUAS PENSADAS AO LONGO DO SÉCULO XX

O objetivo deste tópico é problematizar, por meio de um atravessamento histórico pelos estudos científicos da linguagem, a construção do conceito de língua desenvolvido por diferentes perspectivas teóricas que emergiram ao longo do século XX. Não pretendemos, entretanto, elaborar uma análise aprofundada das teorias aqui trabalhadas; o que estaremos frisando são os principais postulados daqueles teóricos que

colaboraram significativamente, a seu modo, para a construção epistemológica da Linguística. Para tanto, é necessário que nos coloquemos inseridos no contexto social no qual as teorias surgiram, pois as posturas e definições teóricas em muito são determinadas por motivações sociais, históricas e ideológicas ligadas a cada época. Devemos, portanto, nos desvestir da visão do sujeito situado no século XXI, inserindo-nos no modo particular de pensar e observar a realidade dos tempos passados.

Antes de adentrar no escopo da Linguística moderna, cabem-nos algumas considerações sumárias quanto à época antecessora aos estudos linguísticos do século XX. Marcuschi (2008) nos lembra que o pensamento sobre língua se inicia há mais de 2500 anos, na Índia, sob a figura de Panini. Mesmo não tendo pretensões nitidamente científicas, o trabalho de Panini, que era motivado por questões religiosas, goza, ainda hoje, de uma minuciosa descrição da língua; e “é espantosa a extraordinária qualidade logo alcançada por essa estreia no labor descritivo linguístico” (MOUNIN, 1970, p.65).

A tradição Greco-romana, paralelamente, também produziu consideráveis reflexões sobre a linguagem humana, as quais seriam repensadas, anos depois, pela Linguística que viria a surgir. Podemos citar, nessa esteira, os produtivos questionamentos de Platão n’*O Crátilo*, texto em que o autor questiona/reflete sobre a existência ou não da relação direta entre língua(gem) e realidade. Ou seja, se a língua(gem) espelhava ou não o mundo que nela era representado. Como aponta Weedwood (2008), as consequências daí geradas são fundamentais: “se a língua, de algum modo, contém ou espelha a realidade, então o estudo da língua é um caminho possível para o conhecimento da realidade” (p.24). Considerando as motivações filosóficas que circulavam na tradição grega, o entendimento da relação língua-realidade era de contribuição fundamental aos pensadores da época¹⁴.

Já, no século XIX, os estudos linguísticos de cunho histórico-comparatista partiram da motivação em encontrar “as leis gerais que subjazem a todas as línguas” (MARCUSCHI, 2008, p.26). O desenvolvimento do método comparatista se fundamentava “em um conjunto de princípios pelos quais as línguas poderiam ser sistematicamente comparadas no tocante aos seus sistemas fonéticos, estruturas gramaticais e vocabulário” (WEEDWOOD, 2008, p. 103), de modo que os teóricos

¹⁴ Podemos relacionar a reflexão de Platão a esse respeito com o que viria a tratar, no Curso de Linguística geral (1916), Ferdinand de Saussure, ao postular a afirmação de arbitrariedade na língua, ou seja, que não haveria nenhuma ligação entre o significante (imagem acústica) com o significado (conceito). Não existiria, para Saussure, nenhuma relação motivacional entre língua e realidade, sendo esta, portanto, uma relação arbitrária.

filiados a essa tradição buscavam provar que as línguas analisadas partiam de uma constituição inicial equivalente e que eram, portanto, “genealogicamente” similares (WEEDWOOD, 2008).

Num contexto pós-estudos comparatistas, já no início do século XX, começam a surgir na Europa novas ideias (a partir do que já vinha sendo feito pela Linguística histórica) que vão dar suporte a Saussure, nos cursos por ele ministrados, para propor a instauração de um novo campo científico, com objeto teórico e metodologia definidos. Eis que surge a Linguística moderna.

2.1.1 A perspectiva formalista de trabalho com a língua: Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky

Podemos dizer que os estudos da Linguística *stricto sensu*¹⁵ se divide em duas grandes vertentes teóricas: o formalismo e o funcionalismo. Os adeptos à perspectiva formalista, como é pressuposto, detêm-se à forma, desconsiderando, portanto, questões exteriores ao sistema da língua. O estruturalismo saussureano é o exemplo basilar e pioneiro de tal visão. Contrariamente, os funcionalistas, como melhor será abordado no tópico seguinte, buscam compreender a forma/estrutura enquanto diretamente resultante de questões que dizem respeito à situação comunicativa e à intenção dos interlocutores. Focaremos, neste tópico, na reflexão formalista da língua, pontuando as contribuições de tal perspectiva para a formação dos estudos da linguagem. Trabalharemos com as teorias de Saussure e Chomsky, sem, entretanto, considerar que o formalismo se esgote nos limites desses dois expoentes.

Todo o aparato de reflexões empreendidas no período anterior à fase essencialmente científica da Linguística, como coloca Marcuschi (2008), foi importante para Ferdinand de Saussure, no início do século XX, propor um desligamento com outras áreas do conhecimento humano (a citar a Psicologia, a Filologia, a Literatura, a História etc), instaurando um campo novo do saber, a partir da definição e delimitação de um objeto teórico autêntico. O modo de se conceber a língua até então partia de

¹⁵ Enquadramos neste rótulo as teorias que tomaram a língua enquanto objeto teórico e analítico. Ainda que algumas, a exemplo das teorias funcionalistas, considerem a exterioridade como fundamental para compreender seu objeto, a língua em si é o alvo de suas análises e teorizações. De modo diverso, as teorias enunciativas e discursivas, por exemplo, tocam a língua enquanto objeto material de acesso ao enunciado e ao discurso.

motivações que não diziam respeito, em essência, à compreensão desse objeto. É nessa brecha, observando a necessidade de pensar em uma teoria que explicasse conceitualmente o que é a linguagem humana, que Saussure vai construir o campo de reflexão da Linguística.

Os primeiros passos para a divulgação da teoria de Saussure se dão por intermédio do Curso de Linguística por ele ministrado entre 1911 e 1913, o qual, postumamente à sua morte, a partir de anotações de alunos, seria organizado em livro pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye. Publicado em 1916, sob o título de *Curso de Linguística Geral*, a obra marca a inauguração da Linguística enquanto campo do conhecimento humano, marcado pelo estatuto de ciência e pela autonomia face às demais áreas do conhecimento.

Podemos dizer que a mais importante empreitada proposta por Saussure foi a instauração de um objeto próprio, até então não delimitado, para a nascente ciência: o objeto língua. Até aquele momento, a língua não era tomada como objeto analítico, não era observada a partir de um quadro teórico-metodológico específico. No *Curso*, Saussure é enfático na afirmação de que, naquele momento, estava surgindo uma área do conhecimento cujo domínio até então não havia sido suficientemente explorado. A Linguística, portanto, passa a ter um objeto (a língua), uma metodologia própria de análise e um quadro conceitual em sintonia às necessidades do mestre genebrino e seus seguidores. Por tamanha empreitada em definir o objeto língua dentro de um escopo teórico específico, Saussure é, de então até os dias de hoje, sempre revisitado, seja para corroborar com seus postulados ou romper (no sentido de ir além) com suas reflexões. Não se pode negar, por esse motivo, que Saussure é um marco na história da Linguística.

Para pensar cientificamente a língua, tal como a propôs, Saussure precisou definir os limites do seu objeto analítico e também os limites da então fundada ciência. Assim, julga que a Linguística deve ser “cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-história, onde a língua não intervém senão a título de documento” (SAUSSURE, 2006, p.14), bem como também se afasta “da Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fator social” (op. cit). A partir desse posicionamento, Saussure indaga se a Linguística deveria compor, então, parte da Sociologia ou mesmo da Psicologia; no desenvolver da obra, entretanto, certifica-se de que a Linguística não se vincula ao fio teórico dessas vertentes, embora se aproxime em muitas nuances.

O principal fator que caracterizou a Linguística enquanto ciência autônoma, como já adiantamos, foi a instauração do objeto língua. A língua é definida na obra como uma unidade homogênea, um sistema formado por elementos que, na coerência interna desse sistema, funcionam a partir de regras pré-concebidas. Daí cunhar Saussure como estruturalista, uma vez que estuda seu objeto enquanto um conjunto constituído por uma organização particular autônoma, homogênea e fechada em si: uma estrutura. É essa estrutura, social por natureza, que torna possível, através do uso da língua, a interação entre os falantes de determinada comunidade. O sistema (ou estrutura) de Saussure é, na verdade, o conjunto de regularidades que sustentam o funcionamento da língua; trata-se, portanto, da gramática¹⁶ da língua (do nível fonológico ao sintático). A internalização¹⁷ do sistema linguístico, defendia Saussure, era condição para o indivíduo se fazer entender na sua comunidade linguística.

Para dar conta de analisar a língua enquanto objeto científico, o mestre genebrino não se interessou pela materialização do sistema da língua pelos falantes. Ou seja, interessava-lhe não a realização dessa unidade socialmente compartilhada, mas sim a sua composição abstrata, sua organização interna. A produção efetiva da língua, afirmava Saussure, estava afetada por questões que não diziam respeito ao domínio da Linguística; afinal, ao falar, ao produzir textos, o indivíduo se apoia em questões exteriores ao sistema da língua (questões de estilística, de variação, de relação com o social, etc) para se fazer compreender. Cabe ao linguista, então, a análise da unidade abstrata da língua, do sistema que circula socialmente e que dá condições para a produção individual dos falantes¹⁸.

Partindo desse pressuposto, a linguística de vertente saussureana se fundamenta em dicotomias para explicar o quadro teórico da disciplina. E tais dicotomias se justificam pela já mencionada pretensão de Saussure em definir a Linguística como ciência autônoma. Ao refletir acerca do seu objeto de estudo, o mestre nos lança, de

¹⁶ Não tratamos aqui da Gramática normativa, conjunto de regras prescritivas. Trata-se da Gramática que rege o funcionamento de toda língua natural; não nos referimos, portanto, a um documento cuja função é ditar o certo e o errado.

¹⁷ A internalização do sistema da língua se dá pela interação cotidiana, pela inscrição do indivíduo, nos primeiros anos de vida, em contextos reais de uso da língua. Não estamos trabalhando com a internalização da língua por intermédio de estudo em instituições formais (como a escola).

¹⁸ Vale lembrar que o início dos anos XX é atravessado fortemente pela concepção de ciência pautada pelo positivismo. Ou seja, buscava-se, de um modo geral, um aparente “controle” do objeto científico. Assim, Saussure não se interessou pelas questões exteriores ao sistema linguístico, as quais apagariam a ilusão de controle do seu objeto. Estudar a “língua pela língua” instaura uma possível (e ilusória) possibilidade de explicar a língua de maneira plena e eficaz.

imediatamente, o questionamento: como se constitui o objeto da Linguística? E justifica a complexidade da questão:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra nu: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente do Latim nudum etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 2006, p. 15)

Ou seja, o objeto da Linguística não é dado a priori, não tem existência de antemão. Pelo contrário, é instaurado a partir de um olhar particular do analista, dentro de necessidades teóricas específicas. Essa postura de Saussure nos remete ao não-fechamento/engessamento das possíveis teorias que, a seu modo, poderiam observar o objeto língua de maneira dissidente ao apresentado no *Curso*, como efetivamente aconteceu, nos anos seguintes.

Face aos tantos questionamentos que podem surgir ao Linguista, Saussure opta por trabalhar determinados aspectos da língua e, em consequência, deixar outros de lado, pois, não operando por essa direção, “o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (SAUSSURE, 2006, p.16).

Dessa forma, Saussure vai pensar todo o arcabouço teórico da Linguística por intermédio de dicotomias, afinal, para ele, não se podia, naquele momento, dar conta do todo que compõe a complexidade do objeto língua. A mais famosa e representativa dicotomia é a língua (*langue*) x fala (*parole*).

A língua (*langue*), objeto elegido por Saussure, como dito, é a instância da linguagem que diz respeito ao sistema abstrato, à unidade linguística que rege o funcionamento da língua e a compreensão pelos falantes nas situações de interação. Trata-se de um “tesouro” que é depositado na mente dos falantes e “sua existência decorre de uma espécie de contrato implícito que é estabelecido entre os membros de uma mesma comunidade linguística” (COSTA, 2008, p.116). Por isso, considera-se que

a língua é atravessada pelo social, já que é compartilhada por falantes inscritos em comunidades linguísticas. Nos limites das comunidades, a língua funciona por intermédio do “acordo” social pressuposto entre os falantes, sem o qual a comunicação não é possível.

O sistema linguístico é estruturado através de unidades específicas, que são organizadas tendo como base os níveis abaixo da frase (ou seja, o fonema, o morfema e o sintagma). Como se pode ver, a análise da língua não ultrapassa a organização frasal; a materialização da frase em textos, por exemplo, não tem relevância para Saussure, uma vez que excede o nível sintático. Basta compreender, então, como a língua se organiza na sua imanência interna para, assim, definir seus contornos. Daí a tão famosa metáfora do jogo de xadrez, utilizada por Saussure, para ilustrar o funcionamento da língua. Como um tabuleiro de xadrez, no qual cada peça tem sua função interna em oposição às outras peças, a língua funciona de semelhante maneira: para entender o seu funcionamento, basta compreender como os mecanismos do sistema se relacionam, internamente, em oposição uns aos outros, sem a necessidade de ir além dessa organização autônoma.

A língua saussureana é, talvez contraditoriamente, uma noção social, por ser compartilhada entre os falantes que dela fazem uso, mas também homogênea, fechada e limitada à sua estrutura interna. Ao cair no domínio do falante, deixa de ser língua (*langue*) e passa a ser “fala” (*parole*); eis, então, que deixa de ser social para ser individual. Enquanto “língua”, é um objeto previsível e compreensível a partir de sua constituição inerente.

Como se vê, a postura de Saussure parte de uma “limpeza” da língua em relação ao sujeito falante e ao contexto de uso. Por isso, a dicotomia *Língua x Fala*. A fala, como afirmado acima, é a materialização da língua, é a individualização do sistema posto em funcionamento. Ou seja, enquanto a língua é estática, codificada, produto do “acordo social” entre os falantes, a fala é resultado da seleção dos componentes da língua e sua realização em um contexto de uso. Por isso é de caráter individual. Ao envolver as escolhas do indivíduo falante e o contexto de uso do sistema, torna-se difícil seu “estudo sistemático, por sua dispersão e variação” (MARCUSCHI, 2008, p. 32).

Vale ressaltar que, embora negue lugar à fala nos estudos da Linguística, Saussure compreende que há uma íntima relação entre a *langue* e a *parole*. Costa (2008, p. 116) nos lembra que

a língua é necessária para que a fala seja compreensível e para que o falante, conseqüentemente, possa vir a atingir seus propósitos comunicativos; por outro lado, a língua só se estabelece a partir das manifestações concretas de cada ato linguístico efetivo. Assim, a língua é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto da fala.

Para tornar claro seu modo de analisar a língua, Saussure propõe outra dicotomia importante, a qual vai definir com clareza o quadro metodológico da teoria proposta: sincronia x diacronia. Rompendo com os estudos comparatistas da fase pré-saussureana, o *Curso* de Saussure propõe que observemos o objeto língua a partir de um corte sincrônico, ou seja, a partir de um estado determinado da língua. Diferentemente dos comparatistas, que buscam observar a língua por uma perspectiva histórica, ou seja, através do passar dos tempos, Saussure direciona seus esforços para um estado temporal específico. Não é relevante, então, o que anteriormente aconteceu com aquela língua no tocante à sua estrutura e que, por ventura, possa ter influenciado naquele momento atual; também é irrelevante pensar em um futuro previsível àquela estrutura. O estado atual, sincrônico, é aquele pressuposto nas análises do *Curso*.

Como podemos notar, a primeira investida científica da Linguística teve como propósito definir de maneira mais exata possível seu objeto (ao desconsiderar as questões exteriores ao sistema), através de uma metodologia igualmente exata, a qual parte da observação de um momento particular da língua, abrindo mão da sua constituição anterior e possíveis organizações futuras.

O estruturalismo proposto por Saussure deve ser compreendido a partir do contexto em que se inscreve, pois o crescente fervor da filosofia positivista, entre outros fatores, contribuiu sobremaneira para que Saussure definisse a língua do modo como definiu: pautado pela busca da exatidão e pelo controle do seu objeto, a partir de uma metodologia que permitisse tal controle.

Esses são os principais postulados que fundamentam a Linguística estruturalista de vertente saussureana. Fundamentos que deram condições à instalação do campo dos estudos da linguagem, de modo que, nos anos seguintes, muitos foram seus seguidores e, mais a frente, muitos foram os teóricos que propuseram rompimento à tradição estruturalista. Seja para reafirmar ou para ir de encontro com o exposto no *Curso*, as teorias modernas sempre retomam àquela que deu o primeiro passo na aventura do estudo da linguagem humana.

Na esteira dos estudos formalistas, Noam Chomsky, pioneiro do chamado Gerativismo, também trouxe importantes reflexões para o estatuto científico da linguagem humana.

Embora partilhem da mesma orientação quanto ao olhar restritivo ao aparato formal da língua, Saussure e Chomsky divergem em aspectos pontuais. Para o primeiro, a língua é, como já trabalhamos, um objeto social, partilhado pelos falantes que, na interação, são compreendidos; para o segundo, Chomsky, a língua é uma capacidade inata ao ser humano, uma herança biológica que, enquanto tal, merece ser estudada e explicada. Ou seja, não se trabalha, pela visão gerativista, com a língua enquanto construção social, mas como organização mental da espécie humana.

A publicação que dá os primeiros nortes da perspectiva gerativa do trabalho com a língua é *Syntactic Structures* (1957), de Noam Chomsky. Na obra, para expor sua perspectiva sobre o estatuto da linguagem humana, Chomsky parte de uma crítica ao modelo behaviorista de descrição da língua e sua aquisição. Para os behavioristas, a linguagem humana é resultado de determinados estímulos que, pela repetição dos enunciados, ativariam determinadas estruturas linguísticas no horizonte cognitivo de usos do indivíduo. Ou seja, a linguagem humana é, por esse prisma, externa ao falante, que só tem acesso à organização da língua a partir de estímulos, os quais provocam determinadas respostas e a consequente internalização das estruturas linguísticas. Bloomfield (1933, p.29-30), linguista norte-americano e principal nome do behaviorismo, acerca da noção de língua enquanto resposta/ resultado de estímulos, diz:

Cada criança que nasce num grupo social adquire hábitos de fala e de resposta nos primeiros anos de sua vida. (...) Sob estimulação variada, a criança repete sons vocais. (...) Alguém, por exemplo, a mãe, produz, na presença da criança, um som que se assemelha a uma das sílabas do seu balbucio. Por exemplo, ela diz doll (boneca). Quando esses sons chegam aos ouvidos da criança, seu hábito entra em jogo e ela começa a imitar. (...) A visão e o manuseio da boneca e a audição e a produção da palavra doll (isto é, da) ocorrem repetidas vezes em conjunto, até que a criança forma um hábito. (...) Ela tem agora o uso de uma palavra. (Apud KENEDY, 2008, p.128)

A noção de língua defendida por Bloomfield, como podemos inferir a partir da citação acima, parte do pressuposto de que a criança associa os sons do balbucio aos das

palavras proferidas pelas pessoas ao seu redor, produzindo, assim, as estruturas linguísticas a partir dos estímulos externos. A crítica de Chomsky recai no ponto nodal da teoria behaviorista, uma vez que acredita que a língua já faz parte da constituição biológica do falante, ou seja, que já se encontra organizada gramaticalmente na mente da criança mesmo antes de entrar em contato com os falantes proficientes. Para sustentar sua tese, Chomsky se apoia em dados que demonstram que uma criança de quatro anos já mostra criatividade no que diz respeito à produção de linguagem. Para o autor, uma criança, nos seus primeiros movimentos na língua e na sua gramática, já apresenta domínio morfossintático bastante apurado, já constrói estruturas negativas e interrogativas, bem como compreende estruturas complexas e completamente inéditas para ela. Pelo modelo behaviorista, inexistente a possibilidade de criatividade dessa natureza, uma vez que a criança apenas reproduziria aquelas estruturas que, em algum momento da sua vida, foram escutadas. Contrariamente, para Chomsky (1972, p.14)

o homem tem uma faculdade, peculiar à espécie, um tipo único de organização intelectual, que não pode ser atribuído a órgãos periféricos ou relacionados à inteligência geral e se manifesta naquilo que podemos designar como “aspecto criador” do uso ordinário da língua, tendo a propriedade de ser ao mesmo tempo ilimitada em extensão e livre de estímulos.

Chomsky comprova que a criatividade linguística é marca do ser humano com exemplos básicos de substituição de termos operada por crianças a partir de uma mesma ordenação sintática. Por exemplo, um sintagma como “eu comi o bolo” é facilmente invertido, por uma criança, por “eu comi a comida”, “eu comi o biscoito”; ou “minha mãe comeu o bolo”, “meu pai comeu a maçã”, etc. Tais preceitos estão na primeira elaboração gramatical gerativa, conhecida por *Gramática Transformacional*.

Tendo considerado, portanto, que a língua é de natureza inata ao ser humano, os propósitos da teoria gerativa de Chomsky se voltaram para a compreensão dessa organização específica. Se há a constatação do inatismo referente à linguagem humana, cabe ao pesquisador estudá-lo, de modo que seja possível compreender seu funcionamento. Nesse sentido, Chomsky postula, já nos anos 80, a existência da Gramática Universal (GU), mecanismo representativo da estruturação linguística presente biologicamente em todo falante, independente de língua nativa. A GU seria,

portanto, a organização mental a partir da qual todas as línguas são estruturadas. É, nesse sentido, “o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU.” (KENEDY, 2008, p.135)

De modo semelhante a Saussure, Chomsky também operou com pares, embora não dicotômicos: desempenho (*performance*) x competência (*competency*). Para o teórico, a competência diz respeito à gramática internalizada na mente do falante, a qual permite que ele se reconheça como falante de determinada língua, na mesma medida que o torna apto a compreender as estruturas gramaticalmente possíveis daquela língua¹⁹. O *desempenho*, por outro lado, refere-se à produção efetiva do falante em dado contexto de comunicação. O *desempenho*, portanto, é a organização gramatical do indivíduo, a partir da sua competência, materializada na e pela língua em uso. A *competência* existe como conjunto de regras abstratas, enquanto que o *desempenho* é a materialização dessas regras a partir das escolhas lexicais e morfossintáticas operadas pelo falante.

Chomsky opta por analisar e tomar como objeto de pesquisa a *competência*, uma vez que é nessa instância que é possível observar como as línguas se organizam enquanto estrutura gramaticalmente descritível. O *desempenho* pressupõe o nível das escolhas, da movimentação do sujeito falante, instância que, embora fomenta o debate sobre a *competência*, não foi tomada como objeto do estudo gerativista.

Como podemos notar pela breve discussão dos fundamentos epistemológicos do Gerativismo, a língua pensada por Chomsky, tal como aquela definida por Saussure, sustenta-se em uma perspectiva formalista: opera-se com a *competência*, ou seja, com o universo da língua como organização gramatical abstrata (de modo semelhante à postura de Saussure, ao eleger a *langue* como foco do seu trabalho), enquanto que o *desempenho* – a língua no nível do uso – fica em segundo plano.

Ainda hoje a perspectiva gerativa é desenvolvida por muitos pesquisadores no ramo da Linguística, seja para explicar as complexas estruturas gramaticais que envolvem as línguas naturais, seja para observar como funciona o processo de aquisição da linguagem de modo geral.

¹⁹ As estruturas gramaticalmente possíveis dizem respeito ao leque de possibilidades organizacionais permitidos no interior de uma determinada língua natural. Por exemplo, é regular, ou seja, gramatical, no português brasileiro do século XXI, a emissão do plural nos determinantes e verbos (Os menino come o bolo), mas tal regularidade não se aplica ao determinante (nesse caso, o artigo). A noção de gramaticalidade se estende a outros níveis da língua. Não se trata, como se vê, de noção do que é certo ou errado na língua através de julgamentos baseados em prestígio/desprestígio.

2.1.2 A perspectiva funcionalista: a linguagem em uso

em vez de se preocupar em conhecer a partitura seguida por diferentes músicos na execução de uma mesma peça musical, o linguista quer conhecer precisamente em quê e por quê houve diferenças na execução. De que forma elas se manifestaram e que efeito tiveram sobre o público ouvinte. (WEEDWOOD, 2008, p.144)

Antes de adentrar no pensamento proposto pela perspectiva funcionalista, algumas observações pontuais são necessárias. De antemão, é pertinente explicitar que não há, a grosso modo, uma teoria que assim se rotule por Funcionalismo. Na verdade, tomamos como parte dessa vertente uma série de postulados que propuseram a observação dos fatos linguísticos a partir de uma perspectiva que excede o nível formal, abrigo no seu escopo teórico as especificidades do indivíduo falante e do contexto comunicacional. Há, nesse sentido, funcionalismos, ou seja, teorias que, ainda que afetadas pela heterogeneidade, sustentam-se por um mesmo direcionamento basilar.

Pode-se dizer que a perspectiva funcionalista carrega inicialmente grande influência da corrente estruturalista de Saussure. Foi por meados de 1926, ainda auge do pensamento de Saussure, que a chamada Escola de Praga deu os primeiros passos para o que seria, mais a frente, tomado como ruptura com os paradigmas estruturalistas. A primeira investida dos seguidores de Praga se dá no ramo da Fonologia, sobretudo com os estudos de Nikolaj Trubtzkoy, que observou o nível fonológico da língua a partir dos traços distintivos que caracterizam o sistema enquanto tal. O autor avança na teoria ao mostrar que há determinados acentos na língua, no tocante à fonologia, que a marcam funcionalmente. Ou seja, a depender do acento que se dá a determinado segmento sonoro, quando da sua produção, a função e o efeito obtidos serão norteados por tal acento.

Entretanto, a ebulição da perspectiva funcionalista se dá a partir da segunda metade do século XX, momento em que ocorre efetivamente uma mudança de paradigma nos estudos da Linguística. O movimento é comumente chamado de guinada (ou virada) pragmática.

A mudança de perspectiva ocorre encabeçada pela ruptura com o modo de se observar a língua tomado pelos formalistas (a citar, Saussure e Chomsky, para ficar nos que aqui trabalhamos) e pela instauração de uma postura que toma a língua como produto das intenções dos falantes, das situações comunicativas e da sociedade em

funcionamento. Se o primeiro polo, o formalista, se voltava para a forma autônoma, o segundo, funcionalista, vai buscar compreender a forma enquanto produto de uma série de motivações sociocomunicativas.

Enquanto Saussure e Chomsky tomam o uso efetivo da língua como meramente acessório aos estudos da ciência linguística, debruçando-se, respectivamente, na *langue* e na *competency*, o ponto de vista funcionalista vai pelo caminho oposto e instaura não apenas uma nova forma de pensar a língua, mas, diríamos, um novo objeto. Afinal, se “o ponto de vista cria o objeto”, a ruptura com o ponto de vista vigente acaba por acarretar um novo objeto, com demarcações próprias em sintonia com a postura analítica.

Dessa forma, diríamos que o funcionalismo se preocupa sobremaneira com a exterioridade do sistema, enquanto que a forma é tomada como acessória; entretanto, o modo de observar a língua pelo viés funcionalista não descarta a integridade da forma, mas a toma como resultado das intenções comunicativas do falante, bem como do aspecto contextual que envolve a interação verbal. Em outras palavras, trata-se de observar a forma como reflexo das condições externas de sua existência. Assim, a situação de comunicação, as relações sociais, as intenções comunicativas dos falantes, dentre outras questões, estão intimamente relacionadas ao sistema da língua. Não se pensa na língua como unidade abstrata, compartilhada socialmente ou inata ao ser humano, mas como “um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ela associados” (MARCONDES, 1992, p. 41). A língua está imbuída em questões culturais, o que nos faz crer, por essa direção, que a estrutura frasal não daria conta da complexidade dos mecanismos pragmáticos que regem a interação verbal. Há estruturas sintaticamente perfeitas, ou seja, que se enquadram no que Chomsky propôs pela noção de gramaticalidade, mas que podem “falhar” na comunicação efetiva.

Tomemos como exemplo uma organização sintática como: “Subi a porta e fechei a escada”; ou ainda: “Tirei minhas orações e recitei meus sapatos” e “Desliguei a cama e deitei-me na luz”. Sintaticamente, nos moldes da gramática gerativa, são organizações perfeitas, inscritas na estrutura gramatical da língua portuguesa, entretanto, isoladamente, são incoerentes, não produzem sentido quando sustentamos o dito a partir das nossas percepções de lógicas de mundo (afinal, ninguém sobe portas, recita sapatos ou deita-se em luzes).

Agora, vamos à leitura de um poema, de autoria anônima:

Subi a porta e fechei a escada.

Tirei minhas orações e recitei meus sapatos.

Desliguei a cama e deitei-me na luz

Tudo porque

Ele me deu um beijo de boa noite...

Podemos observar a mesma organização sintática acima descrita, que num primeiro olhar se mostrou incoerente ou sem lógica, agora fazendo sentido, tornando-se aceita dentro do contexto dos textos literários e, mais especificamente, dentro da falta de lógica promovida pelas sensações de um apaixonado, para quem a ordenação das coisas no mundo se inverte e as referências são perdidas²⁰. O texto atinge seu objetivo não por se enquadrar nos moldes do que se espera gramaticalmente, mas, pelo contrário, pela aparente transgressão de sentidos exercida, permitida dentro do contexto do texto literário; e que faz todo sentido.

O poema acima é um exemplo bastante elucidativo para ilustrar o modo pelo qual a perspectiva funcionalista toma a língua como objeto de reflexão: língua que se faz na e pela interação, a partir de motivações específicas, dentro de um contexto social maior, o qual permite que determinadas subversões ao sistema gramatical sejam produzidas e, sobretudo, aceitas socialmente. Não há como se conceber, nessa visão, a língua desvinculada dos falantes que dela fazem uso e que, nos usos, a ela dão existência.

2.1.3 Perspectivas enunciativas e discursivas

Por meados do início dos anos sessenta, iniciou-se um processo de deslocamento quanto ao trabalho com a língua desenvolvido pela perspectiva formalista; os teóricos envolvidos nesse processo, ao teorizar a língua, procuravam exceder os limites do

²⁰ O poema utilizado como exemplo foi retirado do livro *Lutar com Palavras: Coesão e Coerência*, de Antunes (2005), em capítulo que a autora trabalha com a noção de coesão a partir de uma visão pragmática e sociocomunicativa.

sistema linguístico tal como pensado por Saussure, buscando trazer não apenas as intenções comunicativas dos indivíduos nos contextos de interação (como propuseram os funcionalistas, que vimos no tópico anterior), mas também o contexto de enunciação e as condições de produção sócio-históricas que regem o funcionamento da língua. Focaremos, neste tópico, as teorias da enunciação e do discurso, buscando compreender o modo pelo qual essas abordagens pensam o objeto língua.

Pelo curto espaço, não serão contempladas, aqui, todas as teorias que refletiram sobre a enunciação e o discurso. Sendo assim, concebemos atenção especial a Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, teóricos cujo enfoque recai no processo da enunciação; e Michel Pêcheux, filósofo francês e fundador da Análise do Discurso. Compreendemos a restrição teórica aqui apresentada, mas acreditamos que os autores selecionados serão elucidativos aos nossos propósitos neste capítulo.

2.1.3.1 Da língua ao enunciado: Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin

Ainda no início dos anos sessenta, a orientação teórico-metodológica que norteava grande parte das pesquisas desenvolvidas nos estudos da linguagem era de base formalista. Seja por intermédio das reflexões do *Curso* de Saussure ou pelos avanços da teoria chomskyana (que dava seus primeiros passos), o que pautava as reflexões sobre língua na Europa, quase que exclusivamente, era o ponto de vista estritamente formal. Como já tratamos no tópico anterior, o movimento funcionalista rompeu com essa tradição, instaurando uma forma peculiar de observar os fatos da língua. Paralelamente, Émile Benveniste, na França, pontuava um conceito até então não trabalhado no ocidente, o qual contribuiu de forma significativa para os estudos da linguagem humana: o enunciado; mais precisamente, a produção do enunciado, o ato de sua materialização: a enunciação.

Benveniste não estava precisamente preocupado com o estudo da língua em si, mas com a teorização do enunciado. Em que medida, então, a língua se mostra importante para o teórico francês? A resposta é imediata: objeto de observação de Benveniste, o enunciado, só tem existência por intermédio da língua, que o “costura” enquanto materialidade. Ou seja, a língua é, essencialmente, o cerne do enunciado; sem ela, não há enunciação, tampouco seu produto, o enunciado. Daí a importância de

Benveniste pensar em uma concepção de língua que seja coerente àquilo que observou no funcionamento do enunciado.

Para dar conta do processo de enunciação, Benveniste precisou dar a devida atenção à figura do sujeito, conceito negado pela tradição formalista. Podemos dizer que a principal investida de Benveniste se dá pela apurada reflexão que faz acerca da categoria do sujeito, seja aquele que toma a voz ou aquele que se faz ouvir. Conceber demasiada atenção à figura do sujeito provoca, evidentemente, grandes abalos à tradição vigente, afinal, era inconcebível àquela época tomar como objeto de reflexão, no escopo da Linguística, a irregularidade do sujeito e sua produção.

Contrariamente a Saussure, para quem o sujeito devia ser trabalhado por outras teorias que não a Linguística (a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, etc, como já vimos), Benveniste opta por estudar o *homem na língua* (BENVENISTE, 1976). Não há como compreender a língua, reflete o autor, sem entender que há, antes da sua produção, um homem que nela se inscreve e por ela se constitui enunciator.

A noção de sujeito proposta por Benveniste, entretanto, carrega certas restrições. O autor toma o conceito de sujeito através da noção de enunciator, ou seja, aquele que toma a palavra no gesto de enunciar em dada interação verbal. Para tanto, toma o sujeito enunciator pela figura do *Eu*, a primeira pessoa do discurso. A língua só toma forma, de acordo com Benveniste, a partir do momento em que *Eu* toma posse do aparelho formal de enunciação, subjetivando-se e, nesse processo, produzindo linguagem por meio da interação.

Se, na produção do enunciado, por um lado, há primordialmente o sujeito que emite, não haveria como se concretizar a interação sem a instauração do *outro* nesse processo, ou seja, o *Tu* (a segunda pessoa). É nessa instância da relação entre os sujeitos *Eu-Tu* que o enunciado se faz existente para Benveniste. Consequentemente, a língua, materialidade do enunciado, também só pode ser considerada a partir dessa íntima relação de subjetivação do indivíduo no/pelo enunciado.

Entretanto, embora julgue fundamental pensar na figura do *outro* da interlocução – o *Tu* –, Benveniste considera o *Eu* enunciator como o centro do processo de produção do enunciado. Ou seja, mesmo se instaurando um *outro* na interação, ao tomar a palavra, inscrevendo-se no aparelho formal da enunciação, o sujeito enunciator tem total autonomia e domínio do enunciado. Podemos pensar, nesse sentido, na figura do *Tu* enquanto passivo, submisso ao *Eu*, que se submete à voz primeira, reguladora da dinâmica da enunciação. Pensando nessa direção, o enunciado se dá de maneira linear,

sem a produção da alteridade, uma vez que o sentido se centra no *Eu*, sendo o *Tu* o receptor que, ao tomar a palavra, passa a “dominar” o enunciado e, assim, exercer a autonomia. Notemos que, embora o sujeito enunciador seja o detentor da centralidade da enunciação, este pode vir a ser, em uma eventual mudança de turno, o receptor, o *Tu* da interação, enquanto que o *outro* passa a ser a centralidade do processo enunciativo. Como podemos ver, não há um engessamento dos papéis do sujeito: o *Eu* é aquele que toma a palavra, o qual pode vir a ser o *outro*, no momento que passa a palavra ao seu parceiro interativo.

Embora possamos notar uma aparente interlocução entre os sujeitos envolvidos no processo de enunciação, devemos levar em consideração que há, na verdade, um unidirecionamento de sentidos, sendo a alteridade inexistente. Ou seja, não há uma troca efetiva entre *Eu-Tu*, mas sim um viés único, de mão única, pois o *Eu* é sempre o cerne da interação. A terceira pessoa – o *Ele* –, por sua vez, para Benveniste, não é levada em consideração na produção do enunciado, uma vez que a troca de posições se dá apenas entre *Eu-Tu*, enquanto o *Ele* não produz subjetividade, ou seja, é a *não-pessoa* (BENVENISTE, 1976).

Além de considerarmos a figura dos sujeitos da enunciação pensada por Benveniste – *Eu* e *Tu* –, é de suma importância que levemos em consideração o contexto enunciativo pensado pelo teórico na reflexão do enunciado. Para Benveniste, a interação entre os sujeitos só pode ser compreendida se pensada dentro de um contexto imediato. É esse contexto que vai dar condições para que o enunciado, material da relação *Eu-Tu*, funcione no âmbito da interação. Ao se tomar a palavra, o sujeito enunciador não instaura apenas um *outro* com quem vai interagir, mas também pressupõe um *Aqui* e um *Agora*; quase que um “pano de fundo” que rege a interação. Ou seja, os sujeitos da enunciação não se situam no vazio espacial e temporal, mas falam contextualmente situados.

Tendo compreendido o modo pelo qual Benveniste considerou o estatuto do enunciado e da enunciação, e levando em conta, como afirmamos, que a língua é condição necessária para a produção do enunciado, que concepção de língua podemos depreender do arcabouço teórico construído e defendido pela teoria benvenistiana?

A partir de uma relação íntima e direta entre língua e enunciado, podemos pontuar, a partir do exposto, algumas reflexões fundamentais acerca do trabalho com a língua proposto por Benveniste. Antes, é oportuno lembrar que seu objeto teórico é o enunciado, portanto, a leitura que aqui fazemos trata-se de uma interpretação direta do

modo pelo qual Benveniste concebe o enunciado, para, a partir daí, pensarmos no conceito de língua que sustenta tal empreendimento teórico.

Sendo a língua condição primordial para a materialização do enunciado, o qual é compreendido a partir da inscrição em um contexto imediato específico, podemos adiantar algumas reflexões importantes quanto à noção de língua daí pressuposta. Fica evidente que o teórico da enunciação, diferente de Saussure, abre espaço para a exterioridade, uma vez que convoca o *Aqui-Agora* para pensar a produção do enunciado. Benveniste abre espaço, ainda, para que possamos refletir sobre a figura do sujeito da linguagem, ou seja, o *homem na língua*, que a constitui e se constitui através do uso da língua em situações reais de comunicação. Entretanto, esse sujeito enunciador é o centro do processo enunciativo, detentor do aparelho formal da enunciação. Não há interlocução com o *outro* do processo de produção do enunciado, como já adiantamos.

Nesse sentido, podemos observar que se, por um lado, Benveniste abre a reflexão para a exterioridade, excedendo os limites do sistema linguístico, por outro, centra o estudo na figura no sujeito enunciador. Se o *Eu* produz unilateralmente o enunciado, cabendo ao *Tu* o lugar de passivo no jogo da linguagem (até que tome a palavra), não há alteridade e, conseqüentemente, a língua, que materializa o enunciado, é una, homogênea, estática e fixada na constituição do sujeito que enuncia.

Há, devemos considerar, uma mudança de terreno em relação a Saussure: o mestre genebrino focava o sistema linguístico; Benveniste, o sujeito enunciador. Mas se consideramos que o enunciado é unilateral, mesmo atravessado pelo contexto imediato (*aqui-agora*), havemos de concordar que Benveniste não rompeu totalmente com Saussure. A unicidade de sentidos permanece, dessa vez não centrada no sistema linguístico, mas no sujeito enunciador, dono de suas vontades e situado no contexto imediato de enunciação.

Quando falamos de “contexto imediato”, referimo-nos ao *aqui-agora*, ou seja, ao momento imediato através do qual o enunciado ganha seus contornos. Benveniste não esteve preocupado com questões sócio-históricas no tocante à constituição do sujeito e da língua, motivo pelo qual apoiamos nossa afirmação de não-rompimento quanto aos postulados saussureanos de língua no que diz respeito ao campo dos sentidos. Há, na verdade, um deslocamento, um outro olhar para o objeto língua. Ambos os teóricos, cada um a seu modo, pensaram na língua homogênea: Saussure centrou-se no sistema estrutural; Benveniste, por seu turno, no sujeito enunciador, dono de suas ações e centro da enunciação.

Por outro lado, podemos considerar, ainda na esteira dos estudos enunciativos, a figura de Mikhail Bakhtin, teórico russo que, embora antecessor a Benveniste, propôs significativas investidas para o campo de reflexão da linguagem.

Não há como trabalhar com os conceitos de Bakhtin e seu círculo sem, de antemão, situar algumas das condições contextuais de emergência do quadro epistemológico da teoria: final dos anos vinte, na Rússia, período em que o estruturalismo saussureano era tido como modelo de trabalho com o objeto língua. Indo de encontro à noção de língua sistêmica e autônoma, Bakhtin propôs um efetivo deslocamento no tocante aos fatos de linguagem, buscando exceder os níveis internos da língua para pensar no objeto da linguística enquanto aberto à história e afetado pela ideologia.

É em 1929, sobretudo na sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que Bakhtin vai delimitar o que entende por língua e enunciado. Como podemos notar, o período de desenvolvimento teórico de Bakhtin é anterior a Benveniste (1964). Trazemos o teórico russo, neste tópico, após trabalhar com a teoria benvenistiana por considerarmos que, embora anterior à época de desenvolvimento da teoria enunciativa de Émile Benveniste, Bakhtin propôs uma reflexão que produz deslocamento teórico em relação a Benveniste. Poderíamos dizer, nesse sentido, que Bakhtin rompe com Benveniste, em termos teóricos, antes do próprio desenvolvimento das reflexões empreendidas por Benveniste. Podemos explicar tal fato a partir de um resgate contextual. O conjunto de obras de Bakhtin chegou ao ocidente, primeiro em tradução francesa, muito tardiamente. Somente nos anos setenta o ocidente pôde ter acesso ao pensamento bakhtiniano. Benveniste não teve acesso, quando da escrita de suas principais ideias, às reflexões que foram, no final dos anos 20, desenvolvidas pela teoria bakhtiniana, na Rússia. E é interessante observar como Bakhtin já desenvolvia, em pleno fervor das ideias de Saussure, Chomsky e Bloomfield, reflexões que viriam a adentrar na linguística ocidental apenas no início dos anos sessenta, após a guinada pragmática.

Podemos iniciar a reflexão acerca da teoria dialógica de Bakhtin e seu círculo, bem como pensar na sua concepção de língua, a partir do que diz Weedwood (2008) no trecho que segue:

A palavra-chave da linguística bakhtiniana é diálogo. Só existe língua se houver a possibilidade de interação social, dialogal. A língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que paira acima das condições sociais. A língua é um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação. (p. 152)

A partir da citação acima, podemos pensar no desenvolvimento da teoria bakhtiniana no tocante a duas questões fundamentais: língua e enunciação. A concepção de língua com a qual trabalha o autor está intimamente ligada ao modo como teoriza a enunciação, a qual, em sintonia com o proposto por Benveniste, só tem existência através da língua em funcionamento.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, com o intuito de “preparar o terreno” para projetar seu olhar acerca do funcionamento da linguagem, Bakhtin lança severas críticas a dois posicionamentos linguístico-filosóficos que circulavam a seu tempo, quais sejam: o *subjetivismo idealista* e o *objetivismo abstrato*.

Denomina subjetivismo idealista a corrente que centra o estudo da língua e da enunciação no sujeito falante, o qual “produz” a língua a partir da sua constituição própria e livre das determinações sócio-históricas. Cabe ao linguista, orientado por essa perspectiva, observar como os fatos de linguagem são direcionados pelos atos de fala individuais, produzidos pelo psiquismo do indivíduo, uma vez que neste “consiste a fonte da língua” (BAKHTIN, 2010, p. 74). Bakhtin cita como principal expoente dessa primeira orientação Wilhelm Humboldt; Weedwood (2008, p. 150) aponta Noam Chomsky como um forte adepto do subjetivismo idealista, uma vez que “classifica a linguística como um ramo da psicologia cognitiva”, abstraindo das suas análises toda “realidade histórica e social”.

Por objetivismo abstrato, Bakhtin entende a orientação teórica que trabalha com a língua em sua imanência sistêmica. Ou seja, estamos aqui falando diretamente da concepção saussureana de língua, a qual só pode ser estudada a partir da observação dos componentes internos da estrutura linguística. Separa-se, como fez Saussure, o sistema (a langue) do uso (parole), elencando o sistema linguístico abstrato como o objeto passível de descrição pelo linguista. Abstrai-se, por essa orientação, a realidade sócio-histórica que atravessaria a língua, bem como o sujeito, sua constituição e sua afetação social, ideológica e pragmática. Compreende-se, portanto, os níveis formais da língua a partir da observação das relações entre os componentes internos do sistema linguístico.

Após elencar as características das duas correntes linguístico-filosóficas, Bakhtin propõe um deslocamento quanto ao modo de se conceber a língua pelo estudioso da linguagem. A citação abaixo ilustra, em síntese, o modo como o autor concebe a linguagem:

Assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor dos sons – , bem como o próprio som, no meio social. (BAKHTIN, 2010. p. 72)

Como podemos observar, Bakhtin desconsidera a possibilidade de se pensar na língua (e nos sujeitos) sem levar em conta sua inscrição no âmbito social. Diferentemente do modo como trabalhavam as duas orientações teóricas criticadas por Bakhtin, as quais isolam a língua, seja no psiquismo do sujeito individualista, seja na imanência do sistema linguístico, a concepção bakhtiniana de língua convoca a exterioridade e o social para a análise linguística. Não se pode, portanto, pensar numa língua homogênea, cujo sentido se fixa e se engessa à estrutura significante, mas numa língua heterogênea, histórica e plástica.

Lembremos que Bakhtin, assim como Benveniste, não tomou a língua como objeto teórico de reflexão. Sua preocupação se centrava na enunciação, no modo como sujeitos históricos dialogavam (de maneira ampla) através da linguagem enquanto unidade sócio-histórica e ideológica.

Embora não tenha de modo direto definido teoricamente a noção de sujeito, podemos depreender algumas de suas características dentro do todo reflexivo bakhtiniano. Uma vez que trabalha com a enunciação atravessada pelos processos sócio-históricos de sua constituição, não podemos pensar no sujeito individualista, centro da enunciação, tal como pensaria Benveniste, anos após, na França. O sujeito bakhtiniano se inscreve socialmente dentro de uma conjuntura sócio-histórica, a qual o atravessa inevitavelmente. Não há espaço para se pensar, dessa forma, no *Eu-Tu*, como proporia Benveniste, mas sim em interlocutores que, na dinâmica social da linguagem, constituem-se mutuamente.

Desse modo, podemos dizer que a enunciação bakhtiniana consiste na “materialização da interação verbal de sujeitos históricos” (FLORES et al, 2009. p. 99), e a língua, que materializa o enunciado, caracteriza-se por uma unidade cuja

constituição convoca necessariamente a exterioridade. Pensar nos sujeitos historicamente constituídos, bem como no contexto histórico, produz um grande deslocamento em relação à noção de contexto imediato proposto por Benveniste. Diferentemente do *aqui/agora*, Bakhtin estende para o social e o histórico a noção de contexto. Não há apenas um “pano de fundo” situacional, mas sim um amplo contexto histórico, que se liga por redes de memória tecidas por fios discursivos que se entrecruzam na constituição da linguagem em uso.

Considerando-se a língua inscrita nesse contexto amplo, a heterogeneidade e não-fixidez são características essenciais desse conceito na teoria bakhtiniana. O sentido não se inscreve na língua, em sua materialidade estrutural, mas se constrói na/pela relação que exerce com o exterior, com os fios dialógicos que estão trabalhando na linguagem em seu funcionamento.

Fica claro, portanto, que a língua bakhtiniana não se finda no interior, ou seja, na estrutura significante, mas ganha existência por intermédio da relação necessária com sua face não-linguística. Fazendo um paralelo ao trabalho de Saussure e Benveniste, observamos que Bakhtin traz à reflexão de língua os componentes negligenciados pelos teóricos citados: de um lado, propõe que a língua se constitui na inter-relação entre os sujeitos e a memória tecida pelo social; de outro, sugere que pensemos na noção de sujeito constituído pela alteridade com o *outro*, os tantos *outros* que incessantemente atravessam a língua, afinal, para Bakhtin (2010, p. 116)

a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja uma interlocução real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor (...)

Notamos que, diferente das abordagens até então exploradas, Bakhtin não enxerga a possibilidade de produção do enunciado – e, portanto, da língua – sem a relação dos sujeitos no seio social. A língua bakhtiniana, como se vê, resulta das tramas sociais que, no emaranhado dialógico, entrecruzam sentidos e sujeitos num processo cíclico de constituição.

2.1.3.2 Da língua ao discurso: a Análise do Discurso francesa

Essa simultaneidade entre o esgotamento do efeito-Saussure, pelo qual a linguística perdeu progressivamente suas aparências de ciência-piloto no campo das Ciências Humanas e sociais, e o bloqueio das pesquisas teóricas empreendidas pela GGT (essencialmente no domínio da sintaxe) justifica, em todo caso, entre os linguistas, a formação de um amplo consenso anti-saussureano e anti-chomskysmo, repousando sobre a ideia (simples, mas eficaz!) de que a linguística formal – e a pesquisa sobre os formalistas sintáticos em particular – é falaciosa e inútil, e que é mais do que urgente ocupar-se de *outra coisa*. (PÊCHEUX, 1998, p.40)

O discursivo é, pois, uma instância de produção de sentidos, e as sequências discursivas vão ser analisadas como elementos desse processo de produção. Existe, por essa via de entendimento, um linguístico do discurso que se distingue do linguístico da língua. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 44).

Trabalharemos neste tópico com as relações possíveis entre a Análise do Discurso de linha francesa e a reflexão sobre língua. Tomamos como base para a reflexão os fundamentos do conjunto da obra de Michel Pêcheux, fundador da AD, bem como os desdobramentos conceituais propostos pela teoria em solo brasileiro, a partir dos trabalhos de Orlandi (1996A; 1996B; 2008) e Leandro Ferreira (2000).²¹

Podemos situar o desenvolvimento da AD como uma disciplina de entremeio, que se constitui no limiar de três teorias das ciências humanas: a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico. A AD adota a linguística para refletir sobre os fenômenos sintáticos e, a partir deles, propor uma reflexão do discurso; a psicanálise, tomando o sujeito atravessado pelo inconsciente; e o materialismo histórico, na releitura de Marx proposta por Althusser, para pensar no atravessamento ideológico das e nas práticas discursivas.

De antemão, tal como propusemos nas colocações sobre Benveniste e Bakhtin, são necessárias algumas considerações iniciais quanto ao trabalho da AD com o objeto língua. Desde suas mais embrionárias reflexões acerca do discurso, em 1969, Pêcheux não esteve diretamente preocupado com a língua, embora sua reflexão fizesse parte do escopo geral da teoria. Pêcheux toma como objeto teórico não a língua, mas o discurso,

²¹ Não nos deteremos, por enquanto, no aprofundamento de questões teóricas relativas ao quadro epistemológico da Análise do Discurso. Mais adiante, no capítulo 3, contextualizaremos com maior grau de profundidade a constituição da AD, teoria que sustenta as análises empreendidas nesta dissertação.

buscando compreendê-lo enquanto produto das relações sócio-históricas e ideológicas, imerso em condições de produção específicas.

Se, por um lado, a AD não trabalha com a língua enquanto objeto teórico, por outro, podemos dizer que a toma como objeto analítico. Os processos discursivos, afinal, são materializados na/pela língua e é esse o material empírico através do qual o analista observa a produção do discurso, dos (efeitos de) sentidos e sua relação com a exterioridade²².

Uma vez que a língua é tomada pela AD como materialidade do discurso, fica claro, pela própria definição de discurso sustentada por Pêcheux, que não podemos adotar uma língua fechada, estrutural e homogênea. Pelo contrário: trabalha-se com “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas” (ORLANDI, 2009, p. 16). Em outras palavras, a AD toma a língua, objeto da linguística, a partir do atravessamento da exterioridade que a constitui. A afirmação pode soar contraditória, afinal, o que é exterior não estaria, por uma noção lógica, na constituição interna de um objeto. Entretanto, a parcela que excede os limites da língua (a história, a ideologia, as condições de produção), isto é, as margens que lhes são constitutivas, é condição para que a língua faça sentido, para que funcione. Excluindo-se a exterioridade, na visão da AD, estaremos encarando um componente “oco”, cuja existência material é infundada.

Na esteira da reflexão, é oportuno trazermos o pensamento de Milner (1897) para expandir o trabalho com a língua pela perspectiva da AD. O teórico trabalha com a língua pelo viés da incompletude e da impossibilidade, indo de encontro à noção de língua como conjunto de signos que coerentemente funcionam na relação de unicidade entre mundo e sentidos. Assim, apoiado nessa ideia, Gadet e Pêcheux (2004, p.52) afirmam que

a tese defendida por Milner relaciona inteiramente a possibilidade da linguística com aquilo que a língua contém do impossível, impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira. O Édipo linguístico corresponde ao fato de que toda a *alíngua* não pode ser dita, em qualquer língua que seja.

²² Atualmente, as reflexões da AD têm tomado como corpus de pesquisa outras materialidades além da linguística. Podemos citar como exemplo representativo o trabalho de Indursky (2011), que problematiza o pictórico enquanto materialidade de discursividades e produto visceralmente atravessado pela memória.

A noção de *alíngua*, a que se refere Pêcheux na citação acima, é de fundamental importância para que se compreenda como a língua é tomada pela AD: a língua da impossibilidade, de não concretude do todo complexo que constitui as línguas em si. Dessa forma, a língua preconizada pela AD comporta em sua própria constituição “o impossível que lhe é próprio” (GADET, PÊCHEUX, 2004, p.52). Assim, concordando com De Nardi (2007, p.40),

é próprio da língua que ela faça furos, que fuja ao todo, que mantenha um lugar em que o que não pode ser dito se esconda, em que esse novo espere, silenciado, o tempo de mostrar-se. Algo sempre escapa.

Para reforçar o modo pelo qual a AD reflete a língua no interior do seu quadro teórico, trazemos Leandro Ferreira (2000), que defende, como citado na abertura deste tópico, a existência de dois modos de se olhar a língua: pelo viés do linguista, enquanto teórico que estuda os níveis da língua como particularidades que formam um todo coerente; ou pelo viés do analista do discurso, para quem a língua, instável e heterogênea (LEANDRO FERREIRA, 2000), é acesso aos processos contraditórios da produção de sentidos. Se, por um lado, cabe ao “linguístico da língua” a parcela da gramática, ou seja, da organização dos componentes que, juntos, compõem a língua, por outro, cabe ao “linguístico do discurso” o acesso ao complexo processo de produção dos efeitos de sentido.

Ao discutir a noção de língua tomada pela AD, Leandro Ferreira (2000) teoriza a sintaxe da língua pela perspectiva discursiva, ou seja, tomando-a enquanto manifestação do *linguístico do discurso*. Portanto, ainda que considere que há a existência material (e empírica) da sintaxe, interessa-lhe observar essa conjuntura a partir da imersão nos processos discursivos como indícios de resistência da/na língua, como aberturas para as falhas que lhe são constitutivas.

Na discussão, a autora toma como exemplo a noção de ambiguidade. Sob a ótica da sintaxe linguística, a ambiguidade é um problema a ser resolvido, uma interdição no processo de comunicação. Na perspectiva da AD, contrariamente, “a ambiguidade é a constatação de que ela deixa de ser encarada como um problema a resolver e passa a ser considerada como um modo de ser da língua” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 11); em outras palavras, a AD pensa a ambiguidade não como um fato estrutural, pertencente ao nível frasal meramente, mas enquanto “uma característica constitutiva, uma condição

que é própria da língua e, como tal, não está aí para ser resolvida ou cultivada, mas analisada e trabalhada” (op. cit).

Em seu livro *Interpretação*, Eni Orlandi (1996B) também traz importantes reflexões acerca da língua refletida pela AD. Segundo a autora, há duas maneiras distintas de olhar para a língua: enquanto *organização* e enquanto *ordem*. A *organização* está no nível da estrutura, se liga à face linguística (INDURSKY, 2009), cuja função é “organizar” a *ordem* da língua, que carrega as marcas do discurso e suas contradições. Interessa para a AD a *ordem* da língua, onde é possível pensar o funcionamento do discurso em sua relação com a história. Entretanto, o analista só tem acesso à *ordem* por intermédio da *organização*, da face linguística que produz o efeito de “organização” dos processos discursivos. A partir daí, “ultrapassando a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história” (ORLANDI, 1996B, p. 47).

Conceber a língua pela perspectiva teórica da AD, em suma, coloca-nos face à necessidade de (re)pensar a impossibilidade de dizer tudo, de pressupor transparência e univocidade a esse objeto. Permite-nos observar a língua enquanto um complexo material que se mostra, pela experiência empírica, como mero instrumento de comunicação, mas que, na verdade, inscreve processos discursivos, materializa contradições, carrega a voz do outro; ou dos *outros*.

2.2 A LÍNGUA QUE É FALADA PELO E NO SENSO COMUM

Nomear este tópico por “A língua que é falada pelo e no senso comum” pode soar estranho numa primeira leitura, talvez até redundante. Entretanto, a aparente redundância se mostrará, a partir do que será exposto a seguir, como uma grande contradição presente em dizeres que circulam no âmbito do senso comum.

A pergunta imediata que fica é: “por que ‘pelo’ e ‘no’”? Que diferença faria remetermo-nos à língua que é falada “no” senso comum ou àquela que é falada “pelo” senso comum? A brincadeira que fazemos nessa construção é oportuna para demonstrar a aparente contradição que há no espaço do senso comum quando se fala sobre língua, pois, como veremos, a língua que se fala “no” senso comum diverge daquela que é falada “pelo” senso comum. Mas, como assim? Explicamos: a língua que é falada “no” senso comum – ou em qualquer outro ambiente –, é a língua viva, aquela que todos

falamos no cotidiano, nas relações sociais, no ambiente de trabalho, na mesa com a família, nas perguntas inocentes, nos pedidos de namoro, nos xingamentos, nas defesas de teses e dissertações, enfim, a língua que, existente e concreta, nos faz sujeitos de linguagem. A língua que é falada “pelo” senso comum, aliás, aquela que o senso comum diz falar (ou que desejaria falar), não passa de um simulacro, um conjunto de regras (regras ou normas?) rígidas, prescritas por um documento, cuja tradição carrega mais de mil anos: a gramática normativa. Eis a diferença marcante entre a língua falada “no” senso comum, ou seja, a “língua gostosa do povo” que Manuel Bandeira pregava, da língua falada “pelo” senso comum, a língua que o senso comum pensa que fala e, por isso mesmo, apenas fala sobre.

Os fatos que aqui lançaremos pressupõem uma mudança brusca de perspectiva e visão em relação ao que apresentamos até agora, neste capítulo 2, sobre o que é pensar a língua enquanto objeto teórico da Linguística. Trataremos, afinal, neste tópico, da língua que circula pelo (e não “no”) senso comum, ou seja, aquilo que regularmente se entende, fora do ambiente acadêmico, por língua.

Não há como pontuar com exatidão o que o senso comum compreende por língua. Na verdade, há um conjunto de saberes que circulam, com regularidade, na sociedade como um todo, os quais, muitas das vezes (e infelizmente), surgem no ambiente escolar e, pelo prestígio e rigor que tal ambiente goza socialmente, repete-se no senso comum de maneira incansável. É no ambiente escolar, especificamente nas aulas de língua, quando o professor parte de uma postura tradicional e vinculada a uma concepção de língua ideal, que muito do que se concebe por língua no senso comum ganha seus contornos.

Outro grande ambiente que propaga e contribui para a construção desse imaginário de língua circulante no senso comum é a mídia, espaço cuja especificidade compõe nosso *corpus* de pesquisa. Indo na mesma direção das tradicionais aulas de língua que propagam a existência de uma língua ideal e homogênea, a mídia produz diversas colunas, matérias, notícias, etc, cuja temática, sobre língua, se volta para a busca e defesa da língua perfeita, culta (numa visão torpe sobre cultura) e linguisticamente tida como a correta.

Na tentativa de compreender o que se entende por língua no âmbito do senso comum, buscaremos expor o conjunto de saberes (e até confusões) que compõem a concepção de língua que se afasta do saber científico e que sustenta, como veremos, o discurso midiático nos seus inúmeros gestos de coerção do discurso da ciência.

Se, por um lado, como vimos nos tópicos anteriores, a ciência constrói seu objeto a partir de observações empíricas e dados comprobatórios, o saber do senso comum, especificamente no que tange à língua, se pauta pela tradição, por um imaginário socialmente sedimentado sobre língua, muitas vezes baseado em achismos e, na maioria dos casos, em análises fajutas.

Vamos compreender com maior precisão que conceitos são esses que compõe o que se entende por língua pela perspectiva do senso comum.

2.2.1 A língua sobre a qual o senso comum fala

Já adiantamos que não há uma correspondência direta entre a língua falada socialmente, em contextos efetivos de uso, por pessoas de qualquer classe social, e aquela língua sobre a qual o senso comum fala. Ou seja, a língua “teorizada” por essa perspectiva diverge daquilo que empiricamente as pessoas produzem nas suas interações verbais cotidianas. Mas, afinal, que língua é essa que o senso comum pinta? A construção da ideia de língua que circula no senso comum emerge a partir de uma série de conceitos que, em conjunto, produzem diversas confusões acerca do objeto de estudo da Linguística. Podemos citar, sobretudo, as noções de “certo” e “errado”, norma(s) e, conseqüentemente, a noção de Gramática. A confusão feita a partir dessas noções (que desmembram outras tantas) é o cerne do pensamento sobre língua presente regularmente no âmbito do senso comum, como veremos.

O princípio geral que governa o entendimento de língua nesse espaço é o de que a língua é um conjunto de palavras que serve como meio de comunicação entre habitantes de uma determinada região. Essas palavras, em conjunto, formam frases, as quais, sejam materializadas em textos escritos ou falados, permitem que possamos nos compreender. Como se vê, a língua, assim limitada, se apresenta como uma mera ferramenta codificada, cuja função primordial é a comunicação²³. Comunicação em nível do que pressupôs Jakobson (2005), quando pensou no esquema linear de interação entre dois indivíduos isolados.

Indo um pouco adiante, ainda nessa concepção, essas palavras, que, juntas, formam frases e, num próximo nível, textos, devem ser organizadas e ordenadas a partir

²³ A concepção de língua aqui apresentada se fundamenta em observação de regularidades que circulam no âmbito do senso comum, as quais, em grande parte, compõem, também, o corpus do presente trabalho.

de regras específicas. Aí que entra a Gramática. Entretanto, a noção de gramática que se adota por essa concepção parte de uma perspectiva prescritiva, ou seja, parte do ponto de vista de um documento cuja especificidade prescreve o que pode ou não ser produzido em determinada língua. Nesse sentido, a gramática determina, dita, julga como as palavras devem ser formadas, como as frases devem se organizar e como os textos devem ser “acabados”. Trata-se da Gramática Normativa.

A Gramática Normativa apresenta um conjunto de regras que, socialmente, refletem como a língua deve ser. Tais regras, prescritas através de critérios frouxos e, em certo nível, arbitrários, foram pinceladas de um estado particular de língua, o qual não mais diz respeito à realidade linguística dos falantes da língua portuguesa brasileira (para tomar nossa realidade como exemplo). Ou seja, a Gramática Normativa se baseia em um estado de língua tido como ideal, reflexo da cultura letrada e erudita, o qual deve ser apreendido pelos falantes e utilizado integralmente, sem considerar os múltiplos contextos de uso e os efeitos de sentido produzidos por essas estruturas nas diversas situações.

Tal perspectiva de abordagem gramatical assola cotidianamente as aulas de língua portuguesa; infelizmente, é regular a postura de muitos dos professores de língua que, ainda hoje, preocupam-se em “ensinar a língua” para os alunos, como se uma criança chegasse à escola sem saber a sua própria língua. Pelo mesmo fio de pensamento, acredita-se que saber uma língua significa saber a Gramática Normativa de ponta a ponta, numa visão de que a língua se esgota em um conjunto de regras que determinam qual falar tem mais ou menos prestígio, que julgam quais estruturas estão mais ou menos corretas.

É nesse contexto, a partir da superavaliação que se dá à Gramática Normativa, que conceitos torpes de “certo” e “errado” emergem. Uma vez que se excedam as regras estáticas que constam num documento quase arcaico, o indivíduo “erra”, é taxado de ignorante e, muitas vezes, pensa que não sabe falar a sua própria língua. A Gramática Normativa pode ser considerada, em termos mais rígidos, como um flash da língua, uma fotografia de um estado que existiu algum dia, falado por uma parcela específica da sociedade (a considerada culta), em um dado contexto. Hoje, entretanto, a língua já é outra, pois é falada por indivíduos que detêm outra cultura, outros hábitos e, conseqüentemente, movimentam-se linguisticamente de outra forma. Não é mais uma regra do português brasileiro, por exemplo, o uso do pronome átono posposto ao verbo

– como em “dá-me”, “empresta-me”, “dei-te” – , mas sim anteposto – “me dá”, “me empresta”, “te dei”.

A partir, portanto, da tradição gramatical vinculada à normatividade, o imaginário de língua que circula pelo senso comum se pauta pela limitação da língua ao conjunto de regras ditadas e prescritas por um documento que, numa busca nunca alcançada, pressupõe como a língua deve ser.

Tem-se a ideia de que a língua correta, pura, livre dos erros, é esse “código perfeito”, capaz de produzir a interação íntegra entre os falantes, independente das “interferências” dos contextos de uso e das situações de comunicação. As transgressões a esse sistema codificado – ou seja, o erro –, provocariam abalos no sistema de comunicação e as pessoas, conseqüentemente, não se entenderiam.

Assim, a Gramática Normativa acaba por se tornar sinônimo de língua. Por esse viés, portanto,

saber uma língua equivale a saber a gramática (normativa); ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. É o que se revela, por exemplo, na fala das pessoas quando dizem que ‘alguém não sabe falar’. Na verdade, essas pessoas estão querendo dizer que alguém ‘não sabe falar de acordo com a gramática da suposta norma culta’. Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota a outra. Uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é mais que a outra. (ANTUNES, 2007, p.39)

Olhar para a língua pela perspectiva do senso comum pressupõe uma postura que não se fundamenta pela observação dos fatos empíricos, pois bastaria que se observasse as interações verbais das pessoas de todas as classes sociais, em contextos formalizados ou não, para se dar conta de que a língua que circula nas ruas, a verdadeira língua portuguesa, em muito se afasta do que prega a Gramática Normativa. Engessa-se a ideia da língua perfeita, ideal para a comunicação, na ilusória pressuposição de que o complexo processo de interação verbal se vale meramente das questões formais da língua.

É a partir dessa restrita concepção de língua que se constroem no senso comum, além das noções de “certo” e “errado”, outras tantas noções torpes, a citar “norma culta”, “norma-padrão”, linguagem coloquial, entre outras. Sendo a língua um conjunto de regras imutáveis, a noção de variação não entra em jogo, uma vez que o espaço de

quebra à regra é considerado como transgressão, portanto erro. Confunde-se “norma culta” com “norma-padrão” e condena-se a variação ora ao lugar do “erro”, ora ao lugar da “linguagem coloquial”.

Cabe ressaltar, na tentativa de concluir a questão, o quão político-ideológica é a norma-padrão e como a relação dos sujeitos com a própria língua está determinada por relações de força. O domínio da gramática está envolto visceralmente à noção de poder que socialmente circula como um *já-dito*: só está apto a assumir um grande cargo quem domina a norma padrão, só será respeitado em reuniões aquele que estiver apto a utilizar as regras da gramática, só veicula verdades aquele meio que segue o padrão linguístico estabelecido. Em consequência, as normas que excedem o conjunto pré-estabelecido como “certo” estão fadadas ao lugar do impossível, do absurdo.

Pensar na noção de erro e na autonomia da norma padrão nos coloca diante da reflexão das relações de poder instauradas na sociedade e da questão política aí envolvida. Afinal, a parcela social que detém o poder, ou seja, os sujeitos que hierarquicamente cultivam a parcela da “cultura” meritosa reflete linguisticamente o prestígio. Considerando que a relação dos sujeitos com a língua é regida por questões políticas e sociais, podemos dizer que o espaço do erro é moldado pelas relações de força que atravessam as manifestações de uso língua. A língua carrega consigo as marcas de identidade e, portanto, está, a todo instante, submetida à avaliação.

Entender o “saber uma língua”, tal como concebido pelo senso comum, “implica, necessariamente, um deslocamento de ordem política, dadas as condições mesmas de constituição do português brasileiro, as condições de escolarização, além da instituição dos instrumentos linguísticos no Brasil, tais como gramáticas e dicionários” (RASIA, 2010, p. 2). Isto é, o discurso inscrito na língua sobre a qual o senso comum fala apaga as implicações políticas que há no gesto de elencar a norma de prestígio como a única possível.

O próprio apego à dicotomia certo/errado, desconsiderando-se o eixo norma/variação, revela a desconsideração sobre as relações que impulsionam a autonomia de um único falar em detrimento dos demais, produzindo o apagamento do que mais constitui a identidade do sujeito: sua expressão de uso da língua.

Veremos, agora, por uma perspectiva pautada pela observação empírica e pelo rigor científico, como os conceitos de língua, norma e seus pressupostos são trabalhados dentro do escopo da linguística moderna.

2.3 LÍNGUA, NORMA, ERRO, VARIAÇÃO, GRAMÁTICA: DESCONSTRUINDO A TRADIÇÃO; RECONSTRUINDO CONCEITOS

Enquanto a perspectiva do senso comum remete à concepção de língua restrita aos compêndios da Gramática Normativa, a Linguística moderna vai buscar observar a língua como produto empírico das interações verbais produzidas pelos indivíduos em situações reais de comunicação. É, portanto, um objeto heterogêneo, social e histórico. Assim considerada, não há como se descartar, ao teorizá-la, as reflexões sobre norma e variação. É de suma importância, ainda, em consequência, pensar nas noções de gramática e repensar a concepção de “erro” que ilustramos acima, a qual, com pesar, circula em muitas aulas de Língua Portuguesa. Essas são noções que se interligam e que, em conjunto, permitem-nos compreender com maior propriedade, por um respaldo científico, como as línguas funcionam.

Falar de norma linguística tornou-se um lugar-comum. O conceito de norma, complexo por natureza, pulou os muros da academia e hoje, como bem coloca Faraco (2008), é produzido inadequadamente pela mídia e reproduzido incansavelmente no senso comum. O problema é que entram na mesma categorização conceitos díspares. Dessa forma, norma culta, norma-padrão, norma gramatical, gramática, linguagem formal, entre outros termos, dizem respeito, recorrentemente, à mesma coisa. Dicotomicamente, do outro lado, no lugar da transgressão, do desprestígio, do não aceitável, temos: norma coloquial, linguagem informal, “jeito errado de se falar”, etc. Notamos que há a generalização dos conceitos, o que acarreta em problemas quando se pensa na noção de língua e variação. Cabem alguns esclarecimentos, primeiramente, quanto às normas.

Muito se tem trabalhado acerca da noção de norma linguística (cf. FARACO, 2008; ANTUNES, 2007; BAGNO, 2002), e se chegou à conclusão, a partir da observação do modo como de fato as pessoas efetivamente falam, como já adiantamos, de que a norma-padrão não é utilizada por nenhum falante da língua, independente de sexo, de classe social, de condição financeira, de grau de escolaridade, entre outros fatores que, no imaginário social, determinariam o uso dessa norma. A norma-padrão é, na verdade, um conjunto de regras prescritivas, estáticas, reflexo de um estado particular da língua, o qual foi, por motivações políticas, registrado no documento que tradicionalmente conhecemos por Gramática Normativa. A norma-padrão é, então, um

simulacro de língua idealizada, uma “realidade” cuja história parou no tempo, enquanto os falantes foram se modificando.

Antunes (2007) nos lembra que a pretensão da determinação da norma-padrão se deu pela tentativa de uniformização da língua, com o intuito de tornar possível a existência de “uma linguagem, digamos, igual para todas as comunidades, afastando a possibilidade de que algo dificulte ou impeça algum setor de ter acesso às informações gerais veiculadas” (p.94). Talvez seja bem intencionada a tentativa de uniformização da língua, tornando-a “padrão”, mas há de se considerar que se trata de uma tarefa impossível, uma vez que a língua é composta por diversos falares, todos igualmente sustentados por uma gramática, pautados por regras internas de funcionamento. Ou seja, o movimento de eleger um modelo anacrônico como a padronização da língua acaba por desconsiderar o que efetivamente se fala nas ruas, nos escritórios, nas palestras, nas aulas e em qualquer interação, seja mais ou menos monitorada, que aconteça entre falantes do português brasileiro. Cristaliza-se tal padrão, o qual foge à realidade linguística brasileira de todas as camadas sociais, mas nem os ditos cultos se dão conta de que eles mesmos não utilizam integralmente essa norma²⁴. Concordando com Bagno (2007), em síntese, diríamos que a norma-padrão é “uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral” (p.106).

Faraco (2008), em análise acerca do embasamento que sustenta a postulação da norma-padrão, pontua que a tentativa de uniformização da língua em um compêndio gramatical é herança da Linguística tal como foi proposta pelo quadro teórico-metodológico do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, obra inaugural da Linguística enquanto ciência autônoma (cf. 2.2.1). Tal como propôs Saussure, ao separar a língua da fala, ou seja, o sistema do uso, a instauração da norma-padrão se deu por caminho semelhante: separou-se o modelo ideal homogêneo (norma-padrão) dos demais usos (variantes ou normas) que, de modo geral, formam as línguas naturais. É

²⁴ Bagno (2008, p.109), para provar que até mesmo na escrita mais monitorada há a incorporação de mudanças visíveis no curso da língua falada, nos traz exemplos bastante elucidativos. Vejamos alguns: (I) “Não importa as sucessivas decisões judiciais favoráveis ao pagamento” (Correio Braziliense, 28/11/2001); (II) “Falta ao governo FH decisões corajosas e firmes, principalmente contra os partidos que o apoiam” (O Estado de S. Paulo, 17/09/1995); (III) “Mas se a população de rua não for retirada, de nada adiantará medidas de segurança” (Jornal do Brasil, 13/11/1992). Tais exemplos nos mostram uma regularidade já encontrada nos usos mais monitorados: a não concordância do verbo com o sujeito em contextos de inversão da ordem direta da oração (sujeito-verbo), ocorrendo a posposição verbal. Esse é apenas um exemplo que nos revela que, mesmo os ditos cultos, em contextos de monitoração, não utilizam todas as normas prescritas pela norma-padrão.

nesse sentido que podemos dizer que o pensamento saussureano e a concepção de norma-padrão postulam “um *a priori*, ou seja, a suposição tácita de que, por trás de toda a variação constitutiva de uma língua, existe uma unidade sistêmica (suposição, nunca efetivamente demonstrada)” (FARACO, 2008, p.33)

Já a norma culta, por sua vez, diz respeito à variante efetivamente utilizada por falantes que dominam uma parcela da cultura letrada. Faraco (2002, p.40) esclarece a questão, definindo a norma culta como:

A norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social.

Ou seja, diferentemente da norma-padrão, a norma culta é uma produção autêntica da língua, fruto da interação de determinados sujeitos em um contexto real de comunicação. Embora a norma culta seja, como lembra Antunes (2007), “a representação do que seria o falar exemplar”, uma vez que é produzida pela camada que goza de prestígio social, não se caracteriza como um conjunto de regras estáticas. Se, por um lado, a norma-padrão está no campo da abstração, a norma culta é uma variante da língua em uso, exigida em contextos mais formais, portanto contextualizada, situada historicamente e necessária para determinados fins comunicativos. Por se tratar da língua em uso, não há regras rígidas e engessadas, por exemplo, de concordância, de regência, de colocação pronominal. Há, na verdade, um conjunto de regularidades (num contínuo processo de mudança) que determinam essa língua enquanto inclusa naquilo que, no senso comum, é chamado de “bom português”, “falar bonito”, “língua correta”, etc.

Diferentemente das variedades desprestigiadas, a norma culta, embora também sofra (no bom sentido) da variação, não é caracterizada socialmente como transgressão ao padrão, uma vez que são os filtros sociais que definem, quase que exclusivamente, o que deve ou não entrar no bojo do chamado “erro de português”.

Todas as variantes linguísticas, todas as normas efetivas de uso funcionam a partir de uma estruturação interna, a partir de regras pré-determinadas (o que não quer dizer que são imutáveis), as quais permitem que o indivíduo produza determinadas colocações dentro do seu horizonte linguístico. Estamos falando da gramática que todo

falante, já nos primeiros anos de vida, domina e a partir da qual produz interação. A não concordância, por exemplo, em “Os menino come a fruta” não é indício da não aplicação de regras gramaticais. Pelo contrário: o usuário utilizou regras da gramática da língua portuguesa da sua variante, quais sejam: (I) a marcação do plural no determinante (artigo) e não no determinado (substantivo); (II) a organização fixa de artigo anteposto ao substantivo; (III) sujeito, verbo e complemento explicitados; entre outras. Todo falante, portanto, sabe gramática, sabe as normas de funcionamento da sua língua materna, as quais tornam a interação possível e compreensível.

Trabalhar nessa direção nos abre o caminho para repensar a noção de gramática e a noção de “erro”. Não se trabalha na Linguística moderna com a concepção de gramática enquanto um compêndio de regras prescritivas que determinam como a língua deve ser. Contrariamente, reflete-se sobre a gramática que rege o funcionamento da língua, sobre o conjunto de normas²⁵ que são produzidas naturalmente pelos falantes, e não impostas a eles.

O linguista, nesse sentido, não trabalha com a imposição de determinadas estruturas descontextualizadas aos falantes, mas, pelo contrário, observa como eles falam e, a partir daí, descreve como as línguas funcionam. Afinal, não há língua sem os falantes, e não há falantes que falem fora de um contexto específico de interação. Soaria contraditório impor uma língua que ninguém fala, ainda que os esforços por esse domínio sejam incansáveis (e até bem intencionados, às vezes).

²⁵ A noção de “norma” aqui tratada diz respeito a “normalidade”, ou seja, àquilo que é normal, regular na língua. Os usos realmente produzidos por falantes em contextos reais de comunicação.

3. CONSTRUINDO O APARATO TEÓRICO: A ANÁLISE DO DISCURSO

Proporemos, neste tópico, esboçar os princípios gerais que norteiam o edifício teórico da Análise do Discurso de linha francesa, teoria a partir da qual sustentaremos nossas reflexões sobre o silêncio e as formas de silenciamento. É de suma importância, para que se possa compreender as motivações teórico-epistemológicas que embasam a teoria, fazer um breve percurso sobre a gênese do seu surgimento, especificando o contexto de emergência das primeiras reflexões na teoria.

Maldidier (1994) situa os momentos embrionários da Análise do Discurso, na década de 60, a partir das figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheux. Embora os teóricos carreguem suas individualidades, foram os dois que, de acordo com a autora, criaram condições para a emergência das primeiras reflexões sobre questões de discurso na conjuntura teórico-política da França de 1960. Dubois, por um lado, inscreve-se na tradição acadêmica da Linguística, especificamente nos ramos da lexicologia e da gramática. Do outro lado, Pêcheux é o filósofo ligado às questões do marxismo, da psicanálise e da epistemologia (MALDIDIER 1994). Entretanto, “na contramão das ideias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (MALDIDIER, 1994, p.17).

Cabe ressaltar que os anos 60, no contexto francês, eram regados pela euforia do triunfo do estruturalismo saussureano, período em que a Linguística, considerada a ciência piloto, goza de grande prestígio. Os estudos voltados à forma e à imanência da sintaxe norteiam, nesse período, o modo de se conceber as reflexões sobre a linguagem humana. Pela própria formação enquanto linguista, Dubois pensa a instituição da AD “dentro de um continuum: a passagem do estado das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela linguística” (MALDIDIER, 1994, p.18). Isto é, trata-se de uma extensão do escopo da Linguística, progresso natural do estado atual da reflexão do autor. O léxico em ligação com o enunciado consiste no cerne da reflexão de Dubois.

Por outro lado, Pêcheux, já nas primeiras reflexões, propõe não apenas partir da Linguística, mas romper com a plataforma estável da ciência da linguagem vigente até então. É nessa perspectiva que podemos pontuar a mudança de terreno instaurada por Pêcheux, que pensa no discurso enquanto objeto particular da AD. Pêcheux recusava o gesto direto de aplicação da Linguística, buscando ressignificar o escopo da teoria para que pudesse responder a seus questionamentos.

Em *Análise Automática do Discurso*, de 1969, Michel Pêcheux inicia o que Malidier (2011) chama de “aventura do discurso”, buscando refletir sobre o espaço referente à teoria discursiva no âmbito dos estudos da linguagem. É nesse período que o teórico dá os primeiros passos para pensar na reflexão do discurso a partir do espaço marginalizados, até então, pelos estudos da linguagem.

Podemos dizer que a AD pecheutiana se configura a partir de um tripé basilar composto pelo (i) materialismo histórico, (ii) pela linguística e (iii) por uma teoria discursiva de determinação histórica dos processos de sentido. O tripé teórico que compõe a trilha dos estudos discursivos de Pêcheux resulta da reconfiguração teórico-epistemológica de tais domínios, com a finalidade de pensar o então pressuposto objeto discurso. Cabe ressaltar, ainda, o atravessamento da reflexão psicanalítica nas considerações sobre o sujeito do discurso, especificidade que retomaremos mais a frente.

É a partir dessa construção específica que Pêcheux propõe uma reflexão crítica acerca do processo de produção de sentidos, da (não) transparência da língua, do sujeito intencional e dono dos sentidos produzidos. Como consequência de tais inquietudes, a noção de discurso mostra-se produtiva e necessária.

Essencialmente, a noção de discurso emerge como uma crítica direta ao modo de se conceber a relação intersubjetiva até então, culminada na quase que consensual noção de *mensagem*. Pêcheux (1969), em *Análise Automática do Discurso*, lança crítica ao esquema comunicacional de Jakobson (2005), teórico de forte influência no cenário da época e cuja teoria se sobressaia como modelo de análise. O esquema comunicacional de Jakobson consiste em cinco elementos essenciais, quais sejam: emissor, receptor, código, referente e mensagem. Desse modo, a engrenagem do esquema funciona a partir do momento em que o emissor transmite a mensagem (conteúdo informativo), sobre a realidade externa, a partir de um código específico, ao seu receptor. Note que a linearidade está, a todo momento, presente no esquema: do emissor ao receptor, a mensagem chega de modo direto, sem falhas, numa conexão perfeita entre sujeitos, linguagem e mundo.

Questionando a linearidade e a transparência do esquema de Jakobson, Pêcheux não entende que a relação sujeito-linguagem-mundo seja dada de modo tão “organizado” e arranjado. Em vez de pensar que alguém produz sentidos já pré-concebidos a partir de uma ferramenta perfeita (o código), para que o receptor, passivo e completo, receba com absoluta completude a complexidade do mundo, Pêcheux opta

por problematizar a questão. Afinal, para o teórico, o sentido não está naquele que emite, tampouco no código ou naquele que recebe, mas na relação essencialmente histórica e contraditória que se instaura sempre que há relação, mediada pela linguagem, entre sujeitos.

Dessa forma, a partir da crítica ao esquema comunicacional, pensemos, em AD, transpondo a noção de mensagem, no conceito de discurso. É o discurso, objeto produto da reflexão inicial de Pêcheux, que carrega os efeitos contraditórios dos sujeitos, da língua e da história, em relação de tensão. É no processo de produção do discurso que o sujeito e os sentidos também se constituem, ou se reconstituem, no movimento sempre fragmentado exercido pela história e pela ideologia. Assim, não podemos dizer que, nas relações subjetivas, há transmissão de mensagem meramente, mas, além disso, produção de sentidos. Como reforça Orlandi (2009, p.21), “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar”. Pensando por esse prisma, não há o código como ferramenta perfeita, uma vez que a linguagem (e os sujeitos) está suscetível à falha, ao silêncio, à interdição.

Na esteira dessa reflexão, para esquematizar a que se presta a ruptura instaurada, Pêcheux propõe pensar no discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1969),²⁶ o que sintetiza, a grosso modo, o que adiantamos acima: não se trata de transmissão direta e unívoca de uma realidade empírica, mas de efeitos que, pelo estatuto de efeito, não são únicos, engessados, não produzem o fim. Pelo contrário: são condição, ou seja, abertura para o possível.

Os efeitos de sentidos entre interlocutores se dão na medida em que um sujeito A se põe a relacionar-se com um sujeito B no limiar de condições de produção específicas. Entretanto, A e B não representam os sujeitos empíricos, de carne e osso, donos das suas vontades e dizer, mas

lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’, do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (PÊCHEUX, 2010, p.81)

²⁶ O ano referido diz respeito à publicação original. Tomamos como fins de referência a obra de 2010, quarta edição, de tradução brasileira.

Ou seja, não estamos pensando no sujeito empírico, mas na posição social que o sujeito ocupa ao produzir discurso. Assim, o mesmo indivíduo (sujeito empírico) pode assumir diferentes posições enquanto sujeito do/no discurso. Tais lugares são determinados pelas projeções imaginárias que A e B fazem de si e do outro, a partir dos “feixes de traços” que circulam como sentido já dado na conjuntura social. Entretanto, cabe ressaltar que os feixes de traços representativos do lugar do sujeito não são rígidos, pronto e acabados, mas estão em constante reconstrução, uma vez que estão em jogo as formações imaginárias que, no processo discursivo, constroem as referências do sujeito sobre si, sobre o outro e sobre o objeto. Desse modo, o conflituoso quadro das projeções imaginárias produz a antecipação de A sobre seu lugar em relação ao lugar de B (“quem sou eu para lhe falar assim?” “quem é ele para que eu lhe fale assim?”), e o quadro contrário (“quem sou ele para que ele me fale assim?”, “quem é ele para que me fale assim?”) (cf. PÊCHEUX, 1969).

Além das representações projetadas a partir das relações das formações imaginárias, Pêcheux considera que o contexto discursivo, que excede o imediatismo da situação de comunicação, consiste nas condições de produção do discurso. Notamos que os primeiros esboços de Pêcheux, a partir da ruptura com as noções de língua, sujeito e contexto, dão margens à produção de um arcabouço teórico novo, particular, a partir do qual se busca compreender não o sentido das relações de linguagem, mas como os sentidos, nessas relações, são produzidos no interior das condições de produção. Ou seja, trata-se de buscar, antes de tudo, entender como funcionam as relações sócio-históricas de produção dos sentidos. Daí dizer que a AD é essencialmente uma disciplina de interpretação: trabalha-se na busca não do que está na língua (afinal, para AD, não há sentido na/da língua), mas de como são produzidos os sentidos cristalizados, sedimentados, transparentes.

Ao longo do trajeto teórico de Pêcheux, podemos pontuar avanços em alguns pontos específicos da sua própria teoria e reorganização de conceitos, dada a complexidade da disciplina. Em 1975, na obra *Semântica e Discurso*, encontramos avanços significativos no tocante às reflexões sobre o sujeito e sua constituição, bem como os efeitos da ideologia. Se, em 1969, o teórico francês trabalhou com as condições de produção pensadas através da “maquinaria” do seu tempo, em 1975 a abertura para a história e para a ideologia é mais nítida e presente.

É oportuno, neste momento, mencionarmos a reflexão sobre o sujeito do discurso, noção que liga materialmente inconsciente e ideologia, avançando no

pensamento teórico, para, em seguida, apontar algumas considerações sobre Interdiscurso e sua relação com a Formação Discursiva.

Não há como pensar no sujeito da AD sem, ao mesmo tempo, referir-se à Ideologia. Trata-se, essencialmente, de um sujeito ideológico. Diríamos que o indivíduo, ao produzir sentidos, é irremediavelmente interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, de modo que se faz sujeito nesse processo. Em outras palavras, a interpelação ideológica é condição para que o indivíduo produza subjetividade. Segundo Pêcheux (2009, p.139),

o caráter comum das estruturas-funcionamentos designados, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas ‘nas quais se constitui’ sujeito

Entretanto, a AD trabalha com a perspectiva do sujeito do inconsciente, ou seja, do sujeito que não se dá conta de que está, como condição, a todo momento, interpelado pela ideologia. É o inconsciente que produz no sujeito, através da dissimulação de evidências, o sentimento de pertencimento ao seu próprio ego. Assim, ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito produz seu dizer afetado por duas evidências: a de que é dono do seu dizer, ou seja, que domina a direção dos sentidos produzidos em seu discurso; e a de que seu dizer é transparente (que há relação direta entre o que diz e a realidade-verdade).

É nesse sentido que o sujeito é sempre assujeitado, de modo que está irremediavelmente interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Ou, como diz, Pêcheux (2009, p.141), “a interpelação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’”

É essa constituição particular que produz o efeito de estabilidade para o sujeito, em relação a si, ao mundo e aos sentidos. O assujeitamento se processa a partir de dois “esquecimentos” propostos por Pêcheux: o esquecimento de número 1, que diz respeito à ilusão (necessária) de que os sentidos são originados a partir do seu próprio ser; e o esquecimento de número 2, da ordem da enunciação, que produz a ilusão de que o dizer podia ser apenas aquele, apagando-se as “cadeias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2009).

Assim constituído, subjetivado pelo assujeitamento, o sujeito, ao produzir discurso, inscreve-se em uma matriz de sentidos, com a qual produz um movimento de identificação. A esse domínio de sentido chamamos de Formação Discursiva (FD). Pela própria definição de Pêcheux (2009, p.147), a FD consiste naquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estatuto da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”

Como já adiantamos, a AD não trabalha com o sentido existente na imanência do signo. As palavras significam de modo diverso a depender do modo como o sujeito se relaciona com a Formação Discursiva. Dessa forma, ao se inscrever em uma FD, conseqüentemente, o sujeito nega outras FD contrárias àquela com a qual se identifica. Dessa forma, considerando a incompletude e fragmentação do sujeito, podemos pensar que dizer é, ao mesmo tempo, não dizer; dizer é negar o(s) outro(s) possível(eis).

Entretanto, cabe ressaltar que a noção de FD com a qual estamos trabalhando aqui não determina um engessamento no domínio da matriz de sentidos. Pelo contrário, os limites da FD são porosos, frágeis, produzem rupturas. Assim, as FD se entrecruzam constantemente. E o sujeito, também fragmentado, oscila entre a identificação, desidentificação e contraidentificação²⁷.

Os contornos de uma FD são constituídos a partir da relação necessária com os sentidos já cristalizados, ou seja, os já-ditos, os quais são produto do processo de repetibilidade no âmbito social. Ao produzir discurso, portanto, o sujeito se ancora aos já-ditos da FD com a qual produz o gesto de identificação. Afetado pelos efeitos de evidência produzidos pela ideologia, não se dá conta, o sujeito, da determinação exercida pelos processos da exterioridade. Para ratificar a questão, citamos Indursky (2011, p.70):

a noção de repetibilidade permite observar que os saberes pré-existem ao discurso do sujeito: quando este toma a palavra e formula seu

²⁷ Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2009) trabalha com três tomadas de posição do sujeito que, ao produzir discurso, inscreve-se em uma Formação Discursiva. A tomada de posição da identificação se dá quando o sujeito reproduz os saberes inscritos na FD dominante e com a qual produz relação de identificação. É o que Pêcheux chamou de “bom sujeito”, uma vez que reproduz os limites daquele espaço. A desidentificação consiste na tomada de posição em que o sujeito que não mais se inscreve na FD dominante. Ou seja, o sujeito produz um movimento de recusa a esses sentidos, inscrevendo-se em um outro domínio de sentidos (outra FD). Finalmente, por contraidentificação Pêcheux compreende a tomada de posição que, embora não produza identificação plena com a FD dominante, não chega a romper com os sentidos nela inscritos. Há a resistência do sujeito, mas, diferentemente do movimento de desidentificação, não chega a instaurar ruptura.

discurso, o faz sobre a ilusão de que ele é fonte de seu dizer e, assim procedendo, ele funciona sob o efeito do esquecimento de que os discursos pré-existem, que foram formulados em outro lugar e por outros sujeitos, e que ele os retoma, sem disso ter consciência.

Reforçando que os sentidos pré-existem, que foram formulados em outro lugar, a partir da citação acima, podemos ir além dos limites da FD para chegar no domínio do Interdiscurso. É, pois, o Interdiscurso, o espaço complexo e contraditório onde os sentidos habitam como espaço do possível. Trata-se do espaço do “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intricado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p.149). Em outras palavras, diríamos que o Interdiscurso comporta o lugar onde se inscrevem os sentidos enquanto já-ditos, pré-construídos, espaço ao qual o sujeito retorna para produzir seu discurso. Entretanto, os sentidos inscritos no espaço do Interdiscurso são, enquanto tais, “não-sentidos”, pois partem de uma voz anônima, sem origem, pertencem à falta; enquanto residente no espaço do Interdiscurso, segundo Pêcheux (1975), o sentido é o puro *non-sens*. Todavia, ao serem, os sentidos, “recortados” pelo sujeito do discurso, linearizando-os no fio discursivo, “fazem sentido”, uma vez que passam a estar inscritos em condições de produção efetivas.

Em síntese, podemos dizer que o Interdiscurso é dissolvido no fio discursivo – ou Intradiscurso –, a partir da inscrição do sujeito em uma Formação Discursiva, aparecendo no discurso como mero “já dito” (PÊCHEUX, 1975). A partir da noção de Interdiscurso e sua relação direta com a FD, podemos notar que a reflexão de Pêcheux, nesse momento, avança ao quadro de 1969, no qual pensava as relações discursivas a partir das condições de produção da “maquinaria” discursiva.

A partir da noção repetibilidade, ancorada às FD e ao Interdiscurso, podemos relacionar a instauração de memória(s) discursiva(s). A noção de repetibilidade nos é bastante oportuna, uma vez que os dizeres sobre língua que circulam socialmente se vinculam a um lugar de memória que está visceralmente presente no senso comum, como veremos mais a frente, o qual cria lugares estáveis e evidentes que determinam a relação dos sujeitos perante o objeto língua. É nesse sentido que, seguindo a linha de pensamento de Indursky (2011), podemos dizer que as repetições fazem discurso.

Através da repetição que são criados espaços de memória, isto é, espaços que formulam “lugares de dizer em que os já-ditos se assentam esperando o momento de

retornarem pelo discurso. Formam, assim, um domínio de memória.” (DE NARDI, 2003, p.78).

Dessa forma, por intermédio da sustentação nesse espaço de memória, o qual se vincula diretamente ao complexo do interdiscurso, os sentidos são possíveis. Entretanto, pelo próprio processo de assujeitamento, o espaço da memória passa pelo apagamento necessário para que possa se atualizar discursivamente em condições de produção particulares. “É entre a tensão entre esquecimento e retomada que vive a memória; não há sujeito sem memória, porque ela é a base de sua identidade; assim como não há discurso que possa dela se esquivar sem que possa dela , porque pela memória se fazem possíveis os sentidos.” (DE NARDI, 2003, p. 79).

Como se pode observar, a Análise do Discurso, enquanto teoria interpretativa, busca questionar as obviedades, procurando, nesse trabalho, por à luz da análise as condições exteriores a partir das quais o discurso, em sua materialidade, se torna possível. Entretanto, é importante que se tenha clareza que não estamos falando de uma teoria que se pretende absoluta, positivista, uma vez que o discurso é, antes de tudo, aberto ao múltiplo. Nesse sentido, o próprio analista do discurso está sujeito ao equívoco da linguagem, à interpelação da ideologia e as determinações do sócio-histórico. Pensar dessa forma nos abre caminhos para refletir a linguagem não como fim, mas como caminho, sempre bifurcado, para a compreensão do homem em sua contradição inerente.

3.1 NOS ENTREMEIOS DO DISCURSO: O SILÊNCIO E AS FORMAS DE SILENCIAMENTO

Tomá-lo (o silêncio) como objeto de reflexão, e colocarmo-nos na relação do dizível com o indizível, nos faz correr o risco mesmo de seus efeitos: o de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer. (ORLANDI, 2007, p.11)

O trabalho da Análise do Discurso, a saber pelo seu próprio fazer teórico e metodológico, se apresenta como um incessante caminhar pelas brechas que a linguagem, em sua materialidade, nos deixa como caminho de acesso. Como vimos, a

disciplina busca configurar seu objeto, o discurso, a partir do olhar para a falha, os equívocos e os deslizamentos. Ou seja, nada, em se tratando de discurso, é previamente concebível no quadro geral da AD.

É importante que ratifiquemos a questão acima, pois a reflexão que segue, sobre silêncio e suas manifestações no discurso, pauta-se essencialmente pelas configurações teóricas supramencionadas.

Falar sobre o silêncio, em um primeiro olhar, pode soar desinteressante e pouco importante para pensar a linguagem: afinal, como já adiantamos, a parcela que falta à linguagem é consensualmente concebida como insignificante. Em todos os sentidos possíveis: desinteressante e sem significado. O que cala (ou *o que é calado*) é, por essa perspectiva, a não-linguagem, o nulo, o impossível. Indo de encontro a essa visão, diríamos que o silêncio está na ordem do que Pêcheux (1997) pensa sobre a parcela que excede o logicamente estável, mas que, enquanto tal, tem sua especificidade.

O trabalho que pretendemos desmembrar neste tópico toma o silêncio nos limites do logicamente estável que, ao se situar como discurso, desestabiliza-se, perde as referências lógicas e, enquanto tal, produz a(s) falha(s). É o discursivo, assim, e mais especificamente o silêncio aqui trabalhado, “constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (PÊCHEUX, 1997, p.43). É nesse sentido que pensamos o silêncio: a “falta presente”, a “ausência ressoante”, o “calar que grita”.

Dessa forma, na tentativa de observar as margens do discurso, os efeitos de sentidos que produzem a desestabilização do logicamente estável (e estabilizado), a reflexão sobre o silêncio pretende, pela análise, dar voz àquilo que cala; afinal, concebemos aqui o silêncio como indício do significar e, na mesma medida, constitutivo do processo discursivo. Partindo desses pressupostos, fica evidente que não tratamos aqui do silêncio de ordem física, ou seja, como ausência da materialidade (fônica, imagética, gráfica), mas, sim, como um mecanismo, dentre outros, que organiza materialmente o discurso.

Podemos pensar no silêncio da ordem do discurso em duas instâncias. Primeiramente, (I) no silêncio que povoa constitutivamente toda manifestação de linguagem (e, portanto, de discurso); e, ainda, no (II) silêncio que toma forma pela interdição, pelo calar. Qualquer que seja o olhar que lancemos para o *corpus*, o silêncio sempre estará presente, seja enquanto indício do significar ou, por outro lado, como consequência de interditos dados pelas condições de produção discursivas, afinal, “as

palavras estão cheias de sentido a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p.14).

No primeiro caso, o silêncio é da ordem própria da linguagem, ou seja, está sempre preso ao emaranhado do discurso. E tal noção de silêncio se justifica pela própria noção que a Análise do Discurso toma na teorização de seu objeto. Ora, se o discurso é um objeto fissurado, opaco, cujos sentidos não se engessam e estabilizam em sua constituição, fica claro que a totalidade da linguagem, nessas condições, é mera ilusão. A parcela que falta, portanto, o não-dito que habita as margens do dito, o qual também condiciona a sua emergência, é o indício do silêncio.

A linguagem é, a todo momento, tensionada, contraditória, emerge nas/das relações sociais, na/das lutas de classes, nos conflitos ideológicos das Formações Discursivas. Portanto, toda produção de discurso se dá, essencialmente, pelo silêncio dos *outros* possíveis que, no interior do Interdiscurso, borbulham sentidos.

No segundo caso, que se caracteriza pelo silêncio no/do calar, o movimento é de outra natureza. Trata-se do gesto de silenciar, ou seja, do pôr o(s) *outro(s)* em silêncio. Se, no primeiro caso, o silêncio é intrínseco ao discurso, o segundo se mostra como um gesto coercitivo que cala pela interdição. É essa forma específica de silêncio (ou de *pôr em silêncio*) que nos interessa sobremaneira neste trabalho. Embora consideremos importante e imprescindível pensar no silêncio que povoa constitutivamente a linguagem, (re)construindo ou desestabilizando determinados imaginários e lugares sociais do linguista, da mídia e da ciência, nossa atenção especial se volta para o gesto particular, exercido pela mídia, de silenciar a voz do linguista, sujeito que fala enquanto voz da ciência. Assim, é de extrema importância observar em que direção aponta o discurso da mídia, em sua regularidade, para que pontuemos as especificidades do(s) gesto(s) de silenciamento instaurado nesse espaço. Aprofundaremos a reflexão nas análises, detendo-nos com maior profundidade à questão do silenciamento e, a partir dessa noção, à reflexão sobre um possível funcionamento que aponta para o apagamento do discurso do linguista.

Vamos, agora, adentrar mais especificamente na reflexão sobre silêncio enquanto categoria de análise, pautando-nos em Orlandi (2007), autora que, no Brasil, a partir do quadro da Análise do Discurso francesa, propôs o primeiro olhar sobre as formas silêncio/silenciamento.

3.2 AS FORMAS DO SILÊNCIO: SILÊNCIO FUNDADOR E POLÍTICA DO SILÊNCIO

A obra que estaremos utilizando como ponto de partida para o debate aqui empreendido, além, obviamente, do conjunto teórico da Análise do Discurso como um todo, é *As formas do silêncio*, de Orlandi (2007). Podemos dizer que a teoria da AD, de modo geral, já trabalha com a noção de silêncio, pela própria conceituação de seu objeto teórico e pelo conjunto das noções que são construídas a partir das necessidades analíticas. Entretanto, o trabalho sistemático e aprofundado sobre a temática é encontrado, em pormenores, na obra referida de Orlandi. Consideramos, então, essa obra o norte inicial para as nossas reflexões, mas pretendemos ir além dela. Proporemos, quando das análises, alguns desmembramentos das reflexões de Orlandi, sem a pretensão, entretanto, de exceder o escopo geral apresentado pela autora.

Orlandi (2007) trabalha com o silêncio tal como já adiantamos: como indício do significar e condição necessária para a produção dos (efeitos de) sentidos. A natureza incompleta da linguagem e do sujeito apontam para o atravessamento do não-dito, que se movimenta (e se constitui) entre o dizer e o não-dizer, entre as lacunas da linguagem e o interdiscurso, entre o produzir e o calar. Pelas brechas lacunares da linguagem é que, para a autora, instauram-se os contornos do silêncio nesse espaço, “não como meros acidentes, mas como cerne mesmo de seu funcionamento”(ORLANDI, 2007, p.12).

Dessa forma, tomando a língua como essencialmente aberta à exterioridade, ao equívoco e à ambiguidade constitutiva (LEANDRO FERREIRA, 2000), bem como o sujeito enquanto interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, trabalhamos em AD com o silêncio como produção específica dos efeitos de sentido, pois, assim concebido, aceitamos que estamos a todo tempo encarando o jogo que toca diretamente as

diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e, conseqüentemente, do investimento em ‘um’ sentido’ (ORLANDI, 2007, p. 22).

Sabemos, entretanto, que o investimento em “um” sentido é resultado da própria constituição do sujeito, inscrito em uma FD, que sempre aspira pela completude concernente aos dizeres, seu e do *outro*. Efeito de completude que flerta com a *língua*

de espuma (ORLANDI, 2007), que, como tal, “é uma língua vazia, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua em que os sentidos batem forte, mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos” (ORLANDI, 2007, p. 99).

Indo de encontro à unicidade e fechamento dos sentidos no discurso, bem como à noção de completude inerente à constituição do sujeito, a autora pensa no silêncio como fundante. Ou seja, trata-se da instância primeira, como levantamos, do sentido, pois é preciso que o discurso se instale nas bases do silêncio para que seja produzido. Por isso, o tratamento do silêncio em sua constituição fundante. Ratifica a autora que o silêncio “aparece como espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar.” (ORLANDI, 2007, p. 68). E, ainda, que o silêncio não é o vazio, o nulo, lugar da inexistência, mas, contrariamente, o *locus* primordial da prática significativa. Por isso, compreendemos que o silêncio é, antes de tudo, um horizonte da linguagem (ORLANDI, 2007).

Nessa caracterização do silêncio fundador (ou fundante), é importante que não se confunda essa noção com o conceito de implícito, o qual, a partir das reflexões de Ducrot (1987), serviu como categoria analítica do campo dos estudos linguísticos no tocante à semântica.

A instauração da diferença entre implícito e silêncio se apresenta na medida em que o primeiro trabalha na instância da língua em sua materialidade, a qual, sem sair da sua constituição, encarna determinados sentidos que podem ser resgatados no gesto de leitura; o segundo (o silêncio), trabalha na instância primeira do significar, enquanto fundante, não se apoiando na materialidade de linguagem para tomar forma. Em outras palavras, diríamos que o implícito é posto como uma forma de “domesticação da noção do não-dito pela Semântica” (ORLANDI, 2007, p.67), enquanto que o silêncio “não remete ao dito, ele se mantém como tal, ele permanece em silêncio e significa” (idem).

A título de exemplificação, vamos pensar em uma fala hipotética, proferida por um professor tradicionalista, em rede nacional, em algum telejornal de grande repercussão. Ele diz: “O linguista tem produzido um majoritário regresso no que diz respeito ao ensino de língua. Nós, pelo contrário.” O que podemos pensar dessa produção em termos de implícito? Partindo do que nos é dado linguisticamente, podemos deduzir que: (I) o professor não é um linguista; (II) o professor não concorda com a visão da Linguística; (III) a classe dos professores tradicionalistas (representada pela partícula “nós”) contribui para o ensino de língua (“pelo contrário” dos linguistas).

Ou seja, observa-se a fala em um nível frasal, ainda que tenhamos que remeter à exterioridade para supor determinadas informações. Estamos no nível da língua e no plano dela. A noção de silêncio, mais especificamente o de silêncio fundador, vai problematizar o exemplo a partir das condições de produção que circundam aquela manifestação de linguagem. Assim, não é a materialidade linguística, em sua plena constituição, que vai subsidiar a existência imanente do silêncio, mas é o silêncio que vai dar condições para que a fala em questão seja produzida: é pelo silêncio, que borbulha sentidos dentro das condições de produção nas quais se organiza o discurso, que o dizer é possível. Estão silenciados discursos conflitantes, formações discursivas dissidentes, sobrepostas, cruzamento de sentidos e a ideologia: eis o silêncio.

O exemplo é hipotético²⁸, mas clareia a dimensão do silêncio em contraposição ao que se espera de uma análise em nível mais restritivo ao efetivamente dito: o silêncio, reiteramos, não se liga ao dito; enquanto tal, mantém-se em silêncio e, nessa condição, produz seus efeitos. O exemplo também é proveitoso para que encaremos o silêncio, repetimos, não como “falta”, mas como “horizonte”, condição necessária da significação.

Além do *silêncio fundador*, tal como levantamos até o momento, Orlandi também propõe a categoria da *política do silêncio*. A grosso modo, a política do silêncio é a modalidade de silêncio que se instaura pela interdição, ou seja, pelo *pôr em silêncio*. Vamos chamar a política do silêncio, assim configurada, por *silenciamento*.

O silenciamento (a política do silêncio) se diferencia do silêncio fundador na medida em que “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa por em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p.73). Em outras palavras, diríamos que o silenciamento trabalha com o jogo da linguagem na produção do discurso, instaurando a relação interdiscursiva entre o dito e o não-dito, enquanto que o silêncio fundador, como bem se diz pela nomenclatura, funda a instância primeira do discurso e, portanto, não se prende à materialidade da linguagem (embora produza efeitos nesse espaço).

O silenciamento é caracterizado pela relação do discurso com o “poder dizer” (ORLANDI, 2007). Assim, não podemos desconsiderar, nessa reflexão, o funcionamento próprio das formações discursivas, as quais definem, por assim dizer, o que pode e deve ser dito em determinadas condições sócio-históricas de produção. Ao

²⁸ Em certa medida, pois o exemplo é inspirado em muitas das posturas que encontraremos, adiante, no material expostos nas análises.

se inscrever em determinada formação discursiva, o sujeito, no gesto de produção de discurso, necessariamente apaga outros possíveis sentidos, os quais, dentro dos limites da formação discursiva na qual se inscreve, não são permitidos. Dessa forma,

a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. (...) Representa (...) um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma 'outra' formação discursiva, uma 'outra' região de sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 73-74).

Assim, seja o jornalista que desconsidere o discurso do linguista, ou o quadro contrário, o fato é que o silenciamento, a política do silêncio, sempre estará instaurada, pois estamos face a um embate de posições, de sentidos, de imaginários (re)construídos socialmente. Para dizer, é preciso, antes de tudo, não dizer (ou silenciar) o outro (representado pela parcela com a qual o sujeito se desidentifica). Estamos, portanto, face ao complexo e contraditório processo de produção de discursos, os quais só são possíveis pela interpelação ideológica do sujeito e sua imprescindível inscrição em uma matriz de sentido.

Essa manifestação da política do silêncio, a qual aponta para o sempre presente jogo de posições e embates de sentidos remete ao que Orlandi (2007) configurou por *silêncio constitutivo*, modalidade de silenciamento inscrito na política do silêncio. Nesse espaço do silenciar, além do *constitutivo*, temos também o *silêncio local*.

De modo diverso ao silêncio constitutivo, que funciona no próprio cerne da prática discursiva, de modo que o sujeito está sempre negando determinados sentidos, o silêncio local se apresenta pelo gesto íntimo e, digamos, direto de *pôr em silêncio* através da interdição do dizer. Orlandi (2007) toma como exemplo claro para ilustrar o silêncio local o funcionamento da censura. É no gesto da censura que o *pôr em silêncio* é observado com clareza, pois determinados sentidos (e palavras, gestos, atitudes, etc) não são permitidos numa dada conjuntura, sob pena de punição caso haja transgressões ao quadro preestabelecido.

Numa análise geral do funcionamento do silêncio local no contexto da censura, podemos dizer, concordando com Orlandi (2007), que a voz do sujeito é interdita,

calada, enfim, censurada, enquanto não se inscrever na conjuntura da formação discursiva dominante.

Em síntese, tratamos aqui: (I) do *silêncio fundador*, condição necessária para a produção do discurso e, portanto, presente em todo gesto de linguagem; (II) da *política do silêncio* (mencionada, também, como *silenciamento*), que se desmembra em *silêncio constitutivo* (embate intrínseco e imanente de todo discurso) e *silêncio local* (gesto de *pôr em silêncio o outro*). Embora tenhamos trabalhado “separadamente” com diferentes funcionamentos do silêncio, não consideramos que o conceito, de modo geral, funcione de modo isolado. É importante reconhecer as especificidades do(s) silêncio(s), mas sem desassociá-las. “É preciso não confundir analiticamente os dois modos de existência do silêncio – o fundador e o político – sem entretanto separá-los categoricamente do ponto de vista teórico” (ORLANDI, 2007, p.75).

Desse modo, podemos pensar no silêncio fundador como a condição primeira e primária para a produção do discurso e no silenciamento (a política do silêncio) como inscrito no silêncio constitutivo, uma vez que emerge no interior das práticas discursivas. De certo modo, ainda, o silêncio constitutivo condiciona a existência do local; ou seja, o movimento é sempre cíclico, como nos mostra o esquema abaixo:



A reflexão proposta por Orlandi acerca das formas de silenciamento, gesto político sócio-historicamente situado, é bastante oportuna para que pensemos nos discursos que compõe nosso *corpus*: o embate entre duas posições dissidentes, as quais tomam para si a reflexão do objeto língua. É nessa grande disputa pela sobreposição, marcada sempre pela ideologia, pelo inconsciente, pelas contradições e deslizamentos, que se dá o gesto de silenciamento.

É no interior das condições de produção do discurso midiático que o gesto de silenciamento se instaura, pelo silêncio constitutivo que se desmembra, como vamos propor nas análises, em outras manifestações de descrédito à voz da ciência.

4. AS ANÁLISES

Antes de apresentar nossas análises propriamente ditas, cabe-nos a explicitação pontual dos critérios metodológicos que sustentam nossa postura investigativa. É importante, neste momento, frisar que o trabalho com a Análise do Discurso, teoria que embasa as análises aqui propostas, pressupõe, antes de tudo, a construção de uma metodologia a partir das necessidades analíticas apresentadas pelo *corpus*. Nesse sentido, o norte dos procedimentos metodológicos do trabalho emergem da necessidade em observar determinados funcionamentos discursivos dentro do *corpus* delimitado.

Pretendemos, portanto, no tópico que segue, pontuar como organizamos o grande arquivo e, em um segundo momento, o que desse material compôs nosso *corpus* restrito de pesquisa. Aproveitaremos para especificar a distinção que aqui tomamos entre *corpus* e *arquivo*.

4.1 PREPARANDO O TERRENO PARA A INVESTIGAÇÃO: A METODOLOGIA

Antes de desmembrar a composição do nosso material de análise, é importante distinguir a diferença, no trabalho com a Análise do Discurso, entre *arquivo* e *corpus*. Em texto intitulado *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux (1997) lança algumas considerações quanto à organização do arquivo e o trabalho do analista no manejo dos dados de análise. O arquivo, para o autor, consiste no “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997, p.57). Ou seja, trata-se de um vasto material cuja especificidade esteja relacionada aos propósitos temáticos da pesquisa. No nosso caso, em especial, o arquivo são os diversos textos que circularam pela mídia sobre os três acontecimentos noticiados entre os anos de 2008 e 2013 (cf. 1.3).

Já o *corpus*, por sua vez, é a delimitação do arquivo. Para tal delimitação, buscamos, nesse trabalho, observar as regularidades que circulam no material, as quais podem ou não responder aos questionamentos de pesquisa. Courtine (2009), ao refletir sobre a constituição de *corpora* em Análise do Discurso, afirma que podemos dividi-lo em duas categorias: *corpora de arquivos* e *corpora experimentais*. No primeiro caso, o material é “construído a partir de materiais pré-existentes, como aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados” (COURTINE, 2009, p.77). Em outras

palavras, podemos dizer que é o material já dado, produto do próprio funcionamento das relações sociais em dada conjuntura histórica. No segundo caso (*corpora experimentais*), o material é resultado de situações experimentais previamente definidas. Diz respeito ao *corpus*, segundo o autor, das pesquisas em psicologia ou psicossociologia, nas quais o material de análise é obtido por intermédio de entrevistas, perguntas direcionadas, etc.

Trabalhamos com *corpora de arquivos*, uma vez que o nosso material de análise é “já dado”, não resultante, portanto, de contextos produzidos com a finalidade de obtenção de determinados direcionamentos de sentidos.

Anda sobre a questão do arquivo e do *corpus*, é importante ressaltar que o trabalho do analista do discurso é, antes de tudo, um gesto de leitura sobre o material analisado. A própria organização do *corpus*, na verdade, é um gesto de leitura que incorpora, nesse momento, a interpretação. A organização do *corpus* se pauta, desde o início, pelo posicionamento do pesquisador, que é, também, um sujeito histórico e ideológico. Partimos da postura em que se busca “o trabalho sobre a plurivocidade do sentido como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento” (PÊCHEUX, 1997, p.59). Tal fato não exclui, entretanto, o estatuto de ciência a que se vincula à análise do discurso, uma vez que o trabalho parte da observação de dados, buscando refletir sobre determinados funcionamentos a partir de regularidades inscritas no material de análise.

Em síntese, concordando com Pêcheux (1997), podemos dizer que o trabalho da AD com o *corpus* está no nível da “relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (p.63). As “considerações” produzidas pelo analista são, na verdade, um recorte do amplo e complexo processo discursivo que transita pelo material analisado. “Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma de recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (ORLANDI, 2009, p.64).

Feitas tais considerações, podemos desmembrar o passo a passo do nosso procedimento de observação do arquivo e da posterior delimitação do *corpus*.

Em um primeiro momento, coletamos uma grande quantidade de material que circulou na mídia, de toda sorte de gêneros e tipos de texto, que trabalhava, direta ou indiretamente, com questões de língua. Compõem esse material diversas notícias, colunas, debates, reportagens, entre outros, que dão “dicas de como escrever melhor”,

marginalizam determinadas expressões em prol de outras, criticam posturas dos professores mais sintonizados com as pesquisas linguísticas contemporâneas, etc. Dentro desse grande arquivo, entretanto, três fatos em especial chamaram nossa atenção, pois instauravam, através do *discurso sobre* (MARIANI, 1998) (cf. 1.1), a construção de determinados acontecimentos em notícia. Pelo viés da repetição e dos diversos elos intertextuais entre os vários textos que circularam na mídia acerca desses três fatos, instaurou-se um lugar de criação do fato noticioso. (cf. 1.2).

Os três acontecimentos supracitados são: (I) a instauração, sob lei, do Acordo Ortográfico entre os países falantes da língua portuguesa, aprovado em 1990 e legalizado, inicialmente, para o uso obrigatório, em 2009; (II) a adoção do livro *Por uma Vida Melhor*, da coleção *Viver, Aprender*, de autoria de Heloísa Ramos, sob aprovação do Ministério da Educação para utilização no ensino básico, na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em território nacional; e (III) a postura da banca de correção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em relação aos critérios avaliativos das redações do exame em sua edição de 2012. (cf. 1.3)

Ao considerar que o gesto de silenciamento da voz do linguista, pela mídia, se dá a partir do momento em que sujeito-jornalista “teoriza” a língua, julgamos que os três acontecimentos que compõem nosso *corpus* são bastante produtivos para nossa investigação, uma vez que são atravessados pela polemização de fatos que envolvem língua. É nessa construção da polêmica e a consequente repercussão social que se constroem os fatos noticiosos em torno da língua e, a partir daí, instauram-se diferentes funcionamentos do silêncio.

Acreditamos, portanto, que esses três fatos apontam para regularidades importantes, as quais nos permitem analisar criteriosamente o movimento da política do silêncio que se instaura na relação da mídia com o objeto língua. Para que se possa produzir o fato noticioso, nesse caso, a mídia parte da teorização do objeto língua, produzindo, nessa relação com o *discurso sobre* (MARIANI, 1998), o gesto de silenciamento, uma vez que, como veremos, o discurso da linguística, pautada pela ciência, não emerge na discussão ou, quando emerge, não provoca abalos significativos na estabilidade do senso comum.

O grande recorte cronológico e temático que efetuamos resultou no material – que nos foi acessível – produzido pela mídia sobre questões de língua, em um período de dez anos (2002-2012); o *corpus discursivo* limitado que construimos para as análises, por sua vez, é composto pelos diversos textos veiculados pela mídia sobre os três

acontecimentos elencados: a instauração do acordo ortográfico de 1990, a polêmica sobre a adoção do livro didático *Por uma Vida Melhor* e as críticas à postura da banca de redações do ENEM. Não selecionamos um meio específico como foco da coleta: seja produzido pelo meio impresso, televisivo ou digital, consideramos que toda a produção da mídia, de um modo geral, inscreve-se em condições de produção semelhantes (cf. capítulo 1). Assim, quando da seleção de material, entraram no conjunto do *corpus* textos enquadrados nos seguintes gêneros textuais: matérias, notícias, podcast, reportagem e debate. Os textos foram publicados pelos seguintes divulgadores: O Globo, Estadão, Uol, IG, Isto É, Veja, Folha e Rede Globo de Televisão, entre 2008 e 2013.

É importante frisar, retomando a reflexão sobre a construção do fato noticioso pelo discurso midiático (cf. 1.2) que, embora estejamos analisando diferentes gêneros textuais, todo o material aqui coletado se inscreve nas condições de produção do discurso midiático (cf. 1.1), as quais produzem determinados efeitos que nos dão condições para pensar no gesto de silenciamento que emerge nesse espaço, independente do gênero que materializa os discursos em análise²⁹.

Em um último momento de organização do material selecionado, recortamos, para fins analíticos do trabalho, algumas *sequências discursivas*, as quais nos serão significativas para ilustrar determinados funcionamentos discursivos³⁰. Sendo assim, as etapas de organização do material a ser analisado se processaram da seguinte forma:

²⁹ Para que não haja possíveis questionamentos, reforçamos que entendemos e consideramos que cada gênero textual funciona de modo ímpar no âmbito social. Entretanto, estamos problematizando neste trabalho os textos enquanto manifestações de discurso, os quais se inscrevem em uma formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009). Sendo assim, interessa-nos observar os efeitos de sentidos que são produzidos a partir das condições de produção que condicionam a emergência do discurso midiático de modo geral.

³⁰ O recorte das sequências discursivas é resultado de um investimento metodológico que visa tornar claro o funcionamento discursivo que nos interessa aqui analisar. Antes de inserir uma dada sequência discursiva, pontuaremos previamente as condições de produção que circundam aquela produção.

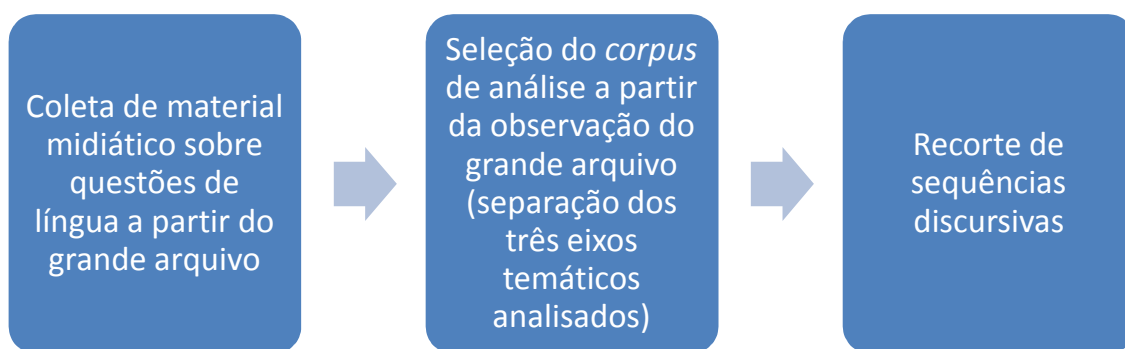


Tabela 1 Esquema metodológico: do material macro ao micro

Tendo explicitado quais foram os caminhos a partir dos quais movimentamos as etapas da pesquisa, vamos, partindo do que nos apresentou o *corpus* de pesquisa, refletir acerca do movimento de silenciamento/apagamento do/no discurso midiático sobre língua.

4.2 SILENCIAMENTO OU APAGAMENTO?

O primeiro passo das análises aqui empreendidas tem como propósito observar, nos limites do *corpus* coletado, se o movimento discursivo exercido pela mídia se inscreve no silenciamento (política do silêncio), tal como refletimos no capítulo 3, ou se está inserido na instância de um possível *apagamento*. Podemos considerar que este primeiro tópico de análises é, na verdade, uma extensão das reflexões sobre a política do silêncio, pois, na tentativa de explicar como se movimenta o sujeito-jornalista ao discursivizar sobre língua no âmbito da grande mídia, retomaremos muitos dos postulados de Orlandi (2007).

De início, é produtivo pensar se é possível classificar categoricamente o conceito de apagamento. A pergunta primeira e imediata é: há diferenças sistemáticas entre o

movimento de *silenciar*, de pôr em silêncio, e o gesto de *apagar* determinado sentido em dada conjuntura?

Como já adiantamos na fundamentação teórica, não há realização de discurso sem que o sujeito se inscreva em uma formação discursiva, espaço que define o que pode e deve ser produzido em determinadas condições de produção. Dessa forma, o próprio gesto de inscrição em uma FD, determinado pelo movimento de identificação do sujeito com a matriz de sentido, já estabelece o recorte essencial entre o possível e o impossível, entre o concebível e o inconcebível, entre o óbvio e o absurdo, recorte instaurado pela ideologia em funcionamento no processo de assujeitamento. Ou seja, pensando por essa direção, o silenciamento, caracterizado, nesse caso, pelo silêncio constitutivo, é da ordem própria do enunciar.

Dito isso, já podemos adiantar que, qualquer que seja a hipótese em que consideremos pensar o processo discursivo, o silenciamento, pelo silêncio constitutivo, estará sempre e necessariamente presente. Em consequência, qualquer forma de apagamento que se possa considerar estará, também e primordialmente, ligada, antes, ao silenciamento. É importante que esteja bem claro tal afirmação, para que não se caia no equívoco de pensar que estamos propondo o desmembramento e a separação entre *silenciamento* e *apagamento*. Grigoletto (2003, p. 231) afirma que “o silêncio trabalha na delimitação de sentidos pelo mecanismo do apagamento”, e podemos concluir, com base no exposto, que o inverso também é verdadeiro: o apagamento, tal como está sendo aqui concebido, trabalha na delimitação de sentidos pelo mecanismo do silêncio. Todo apagar expressa-se pelo silenciar, afinal, aquilo que é apagado, esquecido (ainda que lembrado), é também (e anteriormente) silenciado.

Se afirmamos que o apagamento está necessariamente na instância do silenciamento, podemos concluir que toda forma de apagamento é, também, uma forma de silenciamento. O contrário, entretanto, não é verdadeiro: nem toda manifestação de silenciamento é uma forma de apagamento. Dessa forma, resta-nos especificar a que parcela do silenciamento diz respeito o apagamento, em sua constituição.

O apagamento se manifesta nas seguintes condições: determinado fio discursivo é excluído – por diferentes motivações sociais – da trama discursiva que constitui a enunciação em dada conjuntura sócio-histórica. Ou seja, pontuamos o gesto de apagamento como o movimento de silêncio em que materialmente não há indícios da FD com a qual o sujeito se desidentifica – nem ao menos para contradizê-la ou questioná-la. Tal gesto, o de apagar, pode se materializar no silenciamento da ordem do

silêncio constitutivo ou pela instância do silêncio local. No nosso *corpus*, entretanto, notamos com regularidade apenas o apagamento manifestado sob a forma do silêncio constitutivo.

Podemos lançar os primeiros esboços da noção de apagamento enquanto uma particularidade possível ou não no gesto de silenciamento, a partir das seguintes observações: (I) há casos em que o sujeito-jornalista teoriza sobre língua e seus pressupostos sem que convoque à discussão a figura do especialista em línguas (o linguista, no caso); (II) há casos em que o sujeito-jornalista teoriza sobre o objeto língua a partir da contestação (emitida por uma interpretação do próprio jornalista) à opinião do linguista e, ainda assim, tem respaldo social; (III) há casos em que ambas as vozes estão presentes (jornalista e linguista), mas apenas uma, a do jornalista, ressoa significativamente, sendo a outra desconsiderada.

Como se vê, no conjunto dos três movimentos identificados, consideramos apenas um deles como indício de apagamento. Ainda assim, reforçamos, tal movimento se insere no âmbito do silenciamento. Como pudemos observar pelas descrições, o apagamento se instaura a partir do momento em que, embora significativo, prudente e, sobretudo, autorizado no espaço acadêmico, dada matriz de sentido é abdicada da enunciação, como se vê em I.

Retornaremos às três categorias acima exploradas, com exemplos e análises, mas julgamos válido, neste primeiro momento, adiantá-las, a fim de costurar com nós mais firmes o que entendemos por apagamento dentro da conjuntura do que Orlandi (2007) pensou sobre silenciamento. Julgamos também importante essa aparente precipitação para que, antes da observação do *corpus*, possamos compreender que há diferentes modalidades e movimentos de silenciamento, ainda que estejamos no horizonte das reflexões sobre silêncio constitutivo.

4.3 O SILENCIAMENTO PELO APAGAMENTO E PELA CONTESTAÇÃO

Iniciamos efetivamente as análises do *corpus* considerando pontuar, em princípio, o fenômeno que constatamos quanto ao silenciamento pelo apagamento e pela contestação. Adiantamos anteriormente algumas das formas de silenciamento que observamos no material analisado, sendo duas delas bastante próximas, o que justifica a

análise neste mesmo bloco. O silenciamento pelo apagamento se dá a partir do momento em que a voz do linguista é apagada de toda forma, como se não existisse ou fosse insignificante para somar à matéria ou notícia veiculada. O silenciamento proposto pela contestação não chega a ser, no nosso entender, um apagamento, uma vez que o linguista ou a linguística aparecem, entretanto não têm voz, uma vez que o saber que representa essa voz emerge sob vias interpretativas do sujeito-jornalista; em outras palavras, não é uma voz que fala, mas sobre a qual se fala.

Vejam algumas sequências discursivas (SD) a partir das quais podemos pontuar mais precisamente os fenômenos observados. Observemos primeiramente as SD coletadas nos meios midiáticos a respeito da polêmica sobre os critérios avaliativos das redações do ENEM 2012. Eis as sequências selecionadas:

SD 1: Redações do Enem de 2012 foram avaliadas com nota mil, a máxima, mesmo com **erros graves de ortografia**, como as palavras “rasoavel”, “enchergar” e “trousse”. Na internet, um estudante postou sua redação em que, mesmo transcrevendo o hino do Palmeiras, conseguiu nota 500. **Educadores apontam** falhas nos critérios de correção.

A consultora em educação Ilona Becskeházy critica a imprecisão dos critérios. “É solto demais e tinha de ser super específico. Único antídoto é uma grade clara de critérios”, diz Ilona, que defende que os erros sejam numerados. **A consultora afirma que esse é um problema do sistema educacional brasileiro.** (Estadão, 19/03/2013)

SD 2: O que culinária tem a ver com movimentos imigratórios para o Brasil no século XXI, tema da redação da última edição do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem)? À primeira vista, nada. No entanto, dois corretores da prova entenderam como “adequada” a abordagem temática por parte de um candidato que descreveu como preparar um Miojo no meio de seu texto. (O Globo, 19/03/2013)

SD 3: O que era para ser uma dissertação sobre o movimento imigratório para o Brasil no século 21 na prova realizada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano de 2012, virou uma receita completa de como preparar miojo (macarrão instantâneo). **E pela proeza**, o autor da redação recebeu 560 pontos, mais da metade da nota máxima do exame (a maior pontuação chega a 1.000). (UOL, 19/03/2013)

SD 4: **Vale tudo** na redação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), até declarar o amor pelo time de futebol. Foi o que fez um candidato na última edição da prova ao escrever o hino do Palmeiras em seu texto. Apesar de dedicar dois dos quatro parágrafos à canção, o

estudante tirou 500 pontos num total de 1000. (O Globo, 19/03/2013³¹)

Num primeiro olhar às SD acima, constatamos que todas se sustentam em argumentos frouxos acerca do processo avaliativo do ENEM (cf. 1.3). Ou seja, as informações apresentadas demonstram profundo desconhecimento não apenas sobre os critérios avaliativos do exame em questão (os quais estão publicamente presentes em edital), mas também a respeito dos mecanismos teórico-metodológicos que respaldam a avaliação produzida pela banca.

Em SD 1, por exemplo, a notícia aponta crítica à banca, considerando-a irresponsável por atribuir nota máxima a textos com “erros graves de ortografia”. Vale a pena observar que a notícia não explicita que os três desvios ilustrados não foram encontrados no mesmo texto, o que, se clarificado, modalizaria a carga negativa da crítica. O processo parte do princípio de que erros esporádicos não evidenciam desconhecimento acerca das convenções da modalidade formal da língua escrita, fato que permite que o candidato obtenha nota máxima na redação, caso atinja satisfatoriamente, também, a exigência das demais competências.

Ainda sobre a SD 1, podemos observar que a notícia é reforçada pela voz de “educadores”, que “apontam falhas nos critérios”. Educadores que emergem no texto sob a voz da consultora em educação Ilona Becskeházy. Não se trata de um professor de língua ou pesquisador em linguística, ou seja, apaga-se a voz daqueles que conhecem o aparato teórico para refletir acerca dos procedimentos através dos quais se produz avaliação de texto. Becskeházy propõe que a avaliação quanto à ortografia seja quantitativa, numerada, o que vai de encontro ao posicionamento dos pesquisadores que compõem a banca do exame, para quem a análise textual parte do princípio qualitativo, produto da articulação global do candidato na sua prática de escrita. Mais uma vez, questiona-se o processo, silenciando os teóricos que embasam o exame a partir de um gesto de apagamento.

Em SD 2, pela mesma direção, a notícia d’O Globo reduz a avaliação do texto à competência da centralidade temática. Entretanto, consta no manual da edição de 2012 do exame, como apontamos, que a banca desconsidera os fragmentos que deslocam a temática do texto quando da avaliação. Não mencionam que o texto, embora tenha

³¹ Todos os grifos são nossos.

apresentado um fragmento completamente desconectado, insere-se no fio temático dos processos imigratórios após a inserção indevida. A nota mediana atribuída ao texto se dá pelo fato de que o texto é avaliado, voltamos a dizer, com base em cinco competências gerais, fato que é desconsiderado pelo sujeito-jornalista. Mais uma vez, critica-se um processo sobre o qual o jornalista não tem subsídios para emitir uma crítica fundamentada. Novamente, portanto, o parecer da banca ou qualquer outro posicionamento relativo ao campo dos estudos científicos da linguagem são isentos da veiculação pública.

Em SD 3 e 4, indo pelo mesmo caminho, não se menciona a contraparte da polêmica, como se a verdade se centrasse no posicionamento concernente ao parecer do corpo editorial do meio de divulgação. Em SD 3, afirma-se que a redação “virou uma receita completa de como preparar miojo”, novamente apagando que a receita foi um trecho do todo textual, considerando uma “proeza” (com ironia) o candidato ter obtido nota 560. Em SD 4, afirma-se que “vale tudo” na redação do ENEM, já que o candidato obteve nota 500 com um texto em que apresenta, em parte da sua extensão, o hino do Palmeiras. Mesmo caso das SD anteriores: o sujeito-jornalista veicula o parecer sobre o processo centrando-se nos conhecimentos particulares sobre avaliação de texto. Apaga-se, mais uma vez, o que tem a dizer a banca avaliadora e a comunidade acadêmica da área.

Vejamos agora algumas SD coletadas em publicações da mídia acerca da instauração do acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa.

SD 5: O que muda com a reforma da língua portuguesa

As novas **regras da língua portuguesa** devem começar a ser implementadas em 2008. Mudanças incluem fim do trema e devem **mudar entre 0,5% e 2% do vocabulário brasileiro**. [...] A ortografia se torna mais simples, mas não cumpre o **objetivo inicial de padronizar a língua**. (Folha online, 20/08/2007)

SD 6: O **presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros** (APEL), Antonio Batista Lopes, foi mais taxativo e afirmou que **a riqueza da língua deve ser protegida**. (Estadão, 25/03/2008)

Em SD 5, notamos que a notícia é iniciada alegando que haverá, com a reforma ortográfica, mudanças na língua portuguesa. Entretanto, como se sabe (e como já debatemos), a mudança está no nível da ortografia, ou seja, da representação gráfica da

língua em sua modalidade escrita. Dessa forma, a língua portuguesa utilizada em cada um dos países acordantes continuará a mesma. Outro equívoco presente está na afirmação de que haverá mudanças vocabulares no português brasileiro. Novamente: a mudança está no nível da representação gráfica, o vocábulo continua o mesmo, “ideia” ou “idéia” representam o mesmo vocábulo. Por fim, ainda em SD 5, a notícia é concluída com a afirmação de que o objetivo inicial da reforma era a padronização do português, fato que é cientificamente comprovado ser impossível, uma vez que a língua toma moldes diferentes a depender de questões exteriores à sua constituição. Notamos, portanto, que os equívocos sempre emergem da confusão produzida quando se entende que a língua, em sua totalidade, é (e está) representada na/pela escrita.

Os frequentes equívocos de ordem teórica sobre língua são produto do silenciamento pelo apagamento que é instaurado pelo/no discurso da mídia quando estão em jogo questões concernentes ao campo dos estudos da linguagem.

Em SD 6, encontramos a convocação de uma voz para reforçar a opinião sobre o acordo ortográfico emitida pelo jornal Estadão. A voz convocada, entretanto, não se insere na esfera da pesquisa linguística, trata-se do presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), para quem a “riqueza da língua deve ser protegida”. Ora, o acordo ortográfico não compromete em medida alguma a riqueza ou a diversidade da língua portuguesa falada em cada um dos países concordantes, uma vez que, novamente ratificando, a mudança está no nível da representação e não no nível da organização da língua, a qual se manifesta de modo diverso em cada país (e assim continuará, independente de unificação gráfica). Os equívocos regulares e a convocação do presidente da APEL ratificam o gesto de apagamento do profissional em línguas que sequer são apresentados, mesmo que como ponto de partida ou parâmetro de discordância.

A próxima sequência é composta por fragmentos de uma matéria publicada na Veja, ainda sobre o acordo ortográfico, na qual o sujeito-jornalista insere diversos saberes sobre língua pautados pelo senso comum, enquanto reforça o silenciamento pelo apagamento do linguista através da sua autofirmação enquanto apto a teorizar a/sobre língua. Segue:

SD 7: Ferramenta fundamental na carreira e no crescimento pessoal, o português pode ser transformado por um acordo ortográfico. [...]

Ela (*a ortografia*) tem implicações profundas de ordem técnica e comercial, além de provocar ainda mais ansiedade nos milhões de brasileiros mergulhados em dúvidas no seu empenho diário para **falar e escrever bem. Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais** de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com **lógica e riqueza vocabular**, têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles mas sem o mesmo domínio da palavra. **Por essa razão**, as mudanças ortográficas interessam e trazem dúvidas a todos. (Revista Veja, 12/07/2007)

SD 8: A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por uma simples crase mal utilizada. Portanto, não há como ignorar quando **os sábios** se reúnem para determinar o que é certo e errado no uso do português. (Revista Veja, 12/07/2007)

SD 9: Entre os fenômenos desse novo mundo estão as subversões da ortografia presentes nos blogs e nas trocas de e-mails e o aumento no **ritmo da extinção de idiomas. Estima-se que um deles desapareça a cada duas semanas. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de ser riquezas econômicas.** (Revista Veja, 12/07/2007)

SD 10: Essa tendência é mais notória nas conversas que os adolescentes mantêm através de programas como o MSN, com abreviações como blz (beleza) e **frases de sonoridade tribal** como bora nu cinema – pod c as 8? (vamos ao cinema – pode ser às 8?) Embora a língua sofra **ataques deformadores** diários nos blogs e chats, a palavra escrita nunca foi usada tão intensamente antes. **Os mais otimistas** apostam que os bate-papos da garotada travados com símbolos e interjeições hoje podem ser a semente de uma comunicação escrita mais complexa, assim como o balbuciar dos bebês denota a prontidão para a fala lógica que se seguirá. (Revista Veja, 12/07/2007)

A abertura da matéria, que podemos observar em SD 7, já nos traz uma forte concepção de língua com a qual está trabalhando o sujeito-jornalista: língua “ferramenta”, instrumentalizada, que existe para “prestar serviço” aos falantes cujas necessidades são apenas comerciais e profissionais. Tal ferramenta está prestes a ser “transformada” pelo acordo ortográfico, continua. A estreiteza da noção de língua, acompanhando a regularidade das SD anteriores, está presente fortemente, uma vez que considera que a língua (ferramenta) está se transformando, o que nos faz compreender que o sujeito se prende, novamente, à língua escrita como modelo do que é a língua, e

não uma representação ou modalidade dela. A estreiteza (e até confusão) continua quando o jornalista afirma que a mudança ortográfica provoca dúvidas quando se trata de falar e escrever bem. Falar?

Continuando, equipara a língua escrita à norma culta, numa concepção frouxa sobre norma, que está ancorada à ideia de culto como padrão escrito e não culto como o falado errado (cf. 2.3, para reforçar). Se é importante “dominar a norma culta” e a matéria debate as mudanças ortográficas, a relação entre norma culta e padrão ortográfico é irremediavelmente pressuposta. Além disso, reduz o bom uso da língua a questões de prestígio e “riqueza vocabular”, como se conhecer um extenso léxico fosse o caminho certo para a boa comunicação em qualquer que seja o contexto.

É regular, como se vê, por parte do sujeito-jornalista, reflexões que se prendem a saberes pautados pelo senso comum quando se fala de língua. Saberes que circulam socialmente e que são ratificados e cristalizados como um *já-lá* pelo trabalho do discurso midiático de silenciamento pelo apagamento do sujeito-linguista. A partir do momento que não se convoca a figura do linguista, o discurso da mídia, pelas próprias condições de produção, circula como a verdade (única possível), uma vez que reforça os saberes que já fazem parte do consenso popular. É nesse trabalho com o *discurso sobre*, tal como refletimos no capítulo 1, que a mídia apaga não apenas o dizer da ciência, mas a sua própria constituição, criando a ilusão de que seu discurso trabalha como via direta entre o mundo e o dizer materializado nas notícias, matérias, etc.

Em SD 8, podemos destacar o que o sujeito nomeia por “sábios”. Sábios são os indivíduos que propuseram o acordo ortográfico, ou seja, aqueles que detêm o conhecimento para sugerir mudanças no quadro geral da língua (já que se trabalha com a equivalência entre ortografia e língua). São esses sábios que, pela autoridade que detêm sobre a língua (mais até que os próprios falantes), ditam “o que é certo e o que é errado no uso do português”. Não se enquadrando nas regras determinadas pelos “sábios”, isto é, pelos sujeitos dominantes, o indivíduo falante se inscreve no “vexame”; respeitar os limites do pré-estabelecido pelos sábios, por outro lado, produz como consequência o “sucesso”.

SD 9 nos permite observar com mais propriedade a relação estreita que o sujeito toma entre a ortografia e a língua como um todo. Ao criticar a linguagem do espaço virtual, afirma que idiomas estão, como consequência do uso desse tipo de linguagem, em extinção. Sem apoio teórico algum, ratificando o lugar de autoridade em que o sujeito-jornalista se encontra no debate sobre língua, afirma que um idioma “desaparece

a cada duas semanas” em função das “subversões” produzidas pela linguagem da internet. A passagem reforça sobremaneira o silenciamento pelo apagamento, uma vez que o sujeito-jornalista não apenas teoriza, mas também conclui com firmeza a declaração sobre a extinção dos idiomas. O cientista da linguagem, aquele que conhece as ferramentas para ratificar ou retificar tal ponto de vista, é apagado do debate. Sua voz não é permitida, é interdita, apagada pela reflexão pautada pelo senso comum produzida pelo sujeito-jornalista.

Ainda em SD 9, mantém-se a reflexão sobre norma culta, dessa vez postulando que esse bom uso cultiva as línguas da extinção. Em SD 10, reforçando a ideia de que a internet corrói as línguas “bem faladas”, relaciona a linguagem típica dos chats interativos com “frases de sonoridade tribal”, numa dupla manifestação de desconhecimento e preconceito. Primeiramente, pelo desconhecimento acerca das questões relativas à linguagem de internet (“ataques deformadores”), sua interatividade e dinamismo face às exigências da demanda online; em segundo, pela relação que faz entre uma possível linguagem empobrecida (a linguagem da internet) com o linguajar tribal, como se nas tribos os indivíduos falassem uma língua rudimentar, restrita, sem organização gramatical. São frequentes as concepções de língua em que o prestígio dita o que é certo e errado, culto ou inculto, sofisticado ou rudimentar. Reforçando o silenciamento pelo apagamento, tais questões já foram há muito debatidas e superadas pelas reflexões empreendidas no campo dos estudos da linguagem (cf. capítulo 2). Talvez o indício de um outro posicionamento possa ser notado na passagem em que diz sobre “Os mais otimistas”, ou seja, a parcela que vê sem ceticismo a linguagem da internet, buscando compreendê-la. Nesse fio de sentido, podemos observar a valoração que se dá à parcela “otimista” – que, apesar dos “problemas”, consegue ver com bons olhos o fenômeno – o que nos faz relacionar que o sujeito se apoia na posição de que a língua está sujeita à ruína, devido aos usos no ambiente da internet.

É interessante, ainda no espaço do debate sobre o acordo ortográfico, observar que as questões que envolvem as margens da implantação do acordo são também apagadas. Não é mencionado em momento algum que o acordo é motivado por questões de ordem sócio-políticas, que envolvem desde questões comerciais a prestígio no intercâmbio entre as nações. O centralismo lançado a questões de “certo” e “errado” reforça o caráter pouco elucidativo do debate empreendido pela mídia e, mais ainda, ratifica a autonomia desse dizer perante a recepção social.

Por fim, observemos casos em que o silenciamento é dado pela contestação do sujeito-jornalista a partir da leitura que faz do linguista e da linguística. Ou seja, os casos em que o sujeito-linguista é falado pelo jornalista. As SD foram retiradas de uma matéria, intitulada “O assassinato da língua portuguesa”, publicada pela *Isto É*, em 20/05/2011, na qual é abordada a polêmica veiculada na mídia após a adoção do livro *Por uma vida melhor*. Vejamos.

SD 11: O assassinato da língua portuguesa

Livro distribuído pelo MEC que tolera **erros gramaticais** como "os livro" e "nós pega" **causa estragos no aprendizado** de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do País

Autora desconhecida, sem grandes feitos na área da educação, Heloísa se viu no centro de uma polêmica que envolveu escritores, **linguistas** e professores. Por mais que **alguma voz aqui e ali tenha defendido os argumentos de Heloísa**, além dos eternos **demagogos de plantão**, a maioria esmagadora condenou seus métodos de ensino.

SD 12: das mais importantes escritoras brasileiras, Nélida Piñon **tem autoridade** – como poucos, a propósito – para falar sobre a língua portuguesa. Eis seu veredito: “O livro confirma a tese de que esteve sempre em curso no Brasil o projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”, diz a autora de “Vozes no Deserto”

SD 13: Escritor que conseguiu a rara combinação de fazer sucesso junto ao público e, ao mesmo tempo, conquistar a crítica, Fernando Moraes está indignado. “Esse livro é uma barbaridade”, diz o biógrafo do jornalista Assis Chateaubriand. “Trata-se de um desastre, o oposto do que é pregado por uma pessoa minimamente civilizada.”

SD 14: Linguista com décadas de serviços prestados à educação brasileira e ex-professor da Unifesp, Francisco da Silva Borba amplia a discussão. “O aluno tem que ser ensinado”, afirma. “Se ele tolerar infração às regras, então para que serve a escola”.

SD 15: Embora não faça referências diretas, Heloísa repete as máximas do livro “Preconceito Linguístico”, do professor e escritor Marcos Bagno, **que faz certo sucesso entre educadores modernos** por colocar questões políticas e ideológicas na discussão. Bagno afirma que a linguagem reproduz desigualdades sociais – **como se isso fosse uma descoberta assombrosa**.

SD 16: Uma coisa é compreender a evolução da língua, que é um organismo vivo, a outra é **validar erros grosseiros**”, diz Marcos Vilaça, **presidente da Academia Brasileira de Letras**. “É como

ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre 12, na periferia ou no palácio.”

A matéria da *Isto É* carrega legitimamente o gesto de silenciamento do linguista, num movimento claro de contestação dessa voz a partir da afirmação do sujeito-jornalista no lugar de autoridade para contestar o domínio sobre o qual não detém conhecimento. São inúmeros saberes sobre língua baseados no senso comum, que circulam como verdades cristalizadas em nossa sociedade, os quais já debatemos insistentemente ao longo do trabalho. Olhando para o título da matéria – “O assassinato da língua portuguesa” –, já podemos observar o parecer do sujeito acerca dos saberes da linguística que se inscrevem no livro. Em SD 11, além do próprio título, o conceito de “erros gramaticais” em relação às variantes da língua, somado à opinião de que a reflexão sobre a heterogeneidade “causa estragos no aprendizado” dos alunos, nos mostra que o sujeito-jornalista está preso ao tradicionalismo e purismo quando se trata de pedagogia de línguas.

Ainda em SD 11, podemos observar o movimento de desautorização e autofirmação do seu lugar de autoridade: “Autora desconhecida, sem grandes feitos na educação”, referindo-se à professora Heloísa Ramos, autora do livro, reduz a professora ao lugar da dúvida quanto ao seu profissionalismo. Continua, afirmando que a autora se viu em uma polêmica envolvendo escritores, professores e linguistas. Notemos que, embora cite que linguistas fizeram parte do debate, não menciona quais foram esses pesquisadores e qual o posicionamento por eles defendido. O fragmento “Por mais que uma voz aqui e ali tenha defendido os argumentos de Heloísa” e a nomeação dos “demagogos de plantão” nos permite observar o posicionamento do sujeito em desidentificação com o saber da comunidade acadêmica, que defende o posicionamento da professora. Por fim, ainda na mesma SD, o silenciamento da linguística e do linguista se mostra mais fortemente quando afirma que “a maioria esmagadora condenou seus métodos de ensino”. Silencia toda a mobilização produzida pela academia, em revistas, blogs pessoais e até em um dossiê publicado pela editora responsável pela publicação, em defesa da metodologia de Ramos. Conseqüentemente, “a maioria esmagadora” a que se refere o jornalista está, por vias diretas, autorizada a emitir críticas consistentes e coerentes acerca do livro didático. Mas que “maioria” seria essa? Escritores, jornalistas e puristas em geral que reproduzem os sentidos sobre língua que apontam para a repetição insistente dos conceitos de “certo” e “errado”.

A desautorização persiste em SD 12: dá-se voz à escritora Nélida Piñon, que tem autoridade “como poucos” e para quem o livro tem por objetivo “manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. O mesmo movimento de autorização de escritores é visto em SD 13: “Fernando Morais está indignado”. Para o escritor, o livro defende “o oposto do que é pregado por uma pessoa minimamente civilizada”.

SD 14 reforça com propriedade nossa tese até então. Ao trazer a voz do linguista, que, aliás, tem “décadas de serviços prestados à educação brasileira”, acaba por ratificar o silenciamento: convoca um parecer que não excede os limites da FD da mídia, exercendo a estabilidade dos sentidos produzidos pelo sujeito-jornalista no escopo da matéria. É interessante observar que o linguista convocado ratifica o posicionamento do sujeito-jornalista e representa, no corpo geral do texto, a voz que a mídia produz para a linguística como um todo.

Ao citar outro linguista, dessa vez Marcos Bagno, SD 15, produz a reprovação ao conjunto da sua obra, em passagens como “faz certo sucesso entre educadores modernos” e, sobretudo, ao emitir valoração às reflexões do linguista: “como se isso fosse uma descoberta assombrosa”, referindo-se (estritamente) às considerações de Bagno a respeito da variação linguística e ensino de língua. É oportuno mencionar o tom irônico da declaração “como se isso fosse uma descoberta assombrosa”, que produz o efeito do deboche, da falta de credibilidade e plausibilidade em relação ao trabalho acadêmico do linguista. Tal movimento reforça o caráter do silenciamento exercido no discurso do sujeito-jornalista.

Por fim, em SD 16, dá voz de autoridade ao presidente da Academia Brasileira de Letras, para quem a língua é um organismo exato: “É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre 12, na periferia ou no palácio”, referindo-se ao ensino dos “erros grosseiros”. Nota-se o quão estreito é o debate sobre língua, uma vez que compara um objeto de linguagem, envolto de toda sorte por questões sociais, com um objeto da ciência exata, “neutro” da relação com a multiplicidade de sentidos e possibilidades.

Para fechar este bloco de análise, trazemos sequências discursivas coletadas de uma matéria publicada no portal online da Veja, em 14/05/2011, de autoria do jornalista José Reinaldo. A abordagem ainda é sobre a adoção do livro didático *Por uma vida melhor*.

SD 17: Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da **picaretagem teórica** e da **malvadeza dessa gente**

Escrevi, posts abaixo, um primeiro texto sobre um livro de língua portuguesa chamado “Por Uma Vida Melhor”, que faz a **apologia do erro**, embora uma das autoras tente **negar o óbvio**. Demonstrarei a **fraude intelectual** e técnica em que se sustenta a tese daqui a pouco. Começo este texto pelo óbvio: o nome é péssimo. “Por Uma Vida Melhor” pode ser título de livro de medicina, de religião e de auto-ajuda, mas não de língua.

Terá certamente uma vida melhor o aluno que **dominar o instrumental da norma culta** da língua, contra o qual **o livro se posiciona abertamente**. Assim, esse “instrumento didático” que conta com o endosso do MEC, se algum efeito tiver, será no sentido de **piorar a vida do estudante**; na melhor das hipóteses, **contribui para mantê-lo na ignorância**.

SD 18: Uma coisa é explicar por que uma mensagem fora do padrão formal da língua funciona; outra, diferente, é atestar a sua validade como uma variante da língua. Não dá!

SD 19: O que **esses mestres** estão fazendo, sob o pretexto de respeitar o universo do “educando”, como eles dizem, é **contribuir para mantê-lo na ignorância**.

SD 20: Uma das autoras, Heloisa Ramos, concedeu uma entrevista ao iG e demonstrou que tem **talento para humorista involuntária**. Ela nega que o livro faça a apologia do erro e afirma: “Esse capítulo é mais de introdução do que de ensino. Para que ensinar o que todo mundo já sabe?” Boa pergunta, **minha senhora!** Pra que ensinar alguém a falar errado se todo mundo já sabe fazê-lo por conta própria, não é mesmo? **Sem contar que o erro, convenham, não tem norma, certo?**

SD 21: **Dona Heloísa** tenta negar o que seu livro explicita. Acima, nas suas páginas, lê-se com clareza inequívoca: “É importante que o falante de português domine as duas variantes e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”.

SD 22: Huummmm... Diga aí, professora: quando é que o erro é mais adequado do que o acerto? A mestra segue com **seu talento para o humorismo** na conversa com o iG. [...] Dona Heloísa, uma deslumbrada com o “povo”, não sabe quão reacionária está sendo; não tem idéia do autoritarismo que está na base de sua teoria.

A matéria publicada pela Veja demonstra a todo instante a desautorização da linguística enquanto campo de estudo científico. Regularmente, tal como na matéria publicada pela *Isto É*, constrói-se uma imagem para a linguística, imagem essa em que a disciplina é apresentada como “picareta”, incoerente, absurda, incompetente, etc. Novamente, portanto, fala-se sobre a linguística, mas se silencia a sua voz, reforçando o movimento de silenciamento pelo tom irônico que perpassa toda a matéria.

SD 17 traz a ação valorativa do sujeito-jornalista pressuposta pela desidentificação com a FD da ciência linguística: “picaretagem teórica e malvadeza dessa gente”. Com regularidade, o sujeito-jornalista, pelas condições de produção, pela sua relação com o *discurso sobre*, sustenta seu discurso sob as bases da autoridade para emitir valores e desvalorizar o teórico que defende o livro criticado. Continua, ainda na SD 17, sustentando afirmações equivocadas sobre o livro e a autora (“apologia ao erro”, “o livro se posiciona abertamente [contrário à norma culta]”) e produz outros indícios de desautorização: “tenta negar o óbvio”, “fraude intelectual”, “contribui para mantê-lo (o aluno) na ignorância”, etc. Ou seja, embora o livro tenha sido escrito por profissional da área de ensino de língua e tenha recebido o parecer de aprovação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o sujeito-jornalista, na posição que ocupa no contexto do debate, silencia a comunidade acadêmica que ratifica a tese proposta pela autora de *Por uma vida melhor*.

SD 18 condensa o desconhecimento por parte do jornalista a respeito da atual reflexão sobre normas e o trabalho com ensino de línguas. Para ele, as variantes não prestigiadas não devem ser validadas como pertencentes ao domínio da língua: “Não dá!”. Tal medida proposta pelos “mestres” (com tom irônico) contribui para manter os alunos no lugar da ignorância (SD 19).

A partir de SD 20, o tom de chacota e desrespeito à autora do livro reforça o caráter de silenciamento imbuído na desautorização: passagens como “talento para humorista involuntária” ou “minha senhora” (SD 20), “Dona Heloísa” (SD 21) atestam e reforçam o lugar de descrédito dado à autora e à comunidade acadêmica que defende seu posicionamento.

Embora a autora, em entrevista citada na matéria, defenda sua postura quanto às propostas do livro criticado, a recepção por parte do sujeito-jornalista (autorizado), é de extrema reprovação. Os sentidos da FD da ciência linguística não ressoam nas condições de produção do discurso midiático, uma vez que, como podemos notar, a

força que a FD da mídia carrega produz o apagamento e/ou silenciamento da voz do linguista.

Como balanço geral desse primeiro bloco de análises, evidenciamos dois movimentos distintos de silenciamento: o (I) *silenciamento pelo apagamento* e o (II) silenciamento da ordem da contestação da voz da ciência interpretada pelo sujeito-jornalista a partir da FD da mídia. Em I, podemos dizer que, tal como temos teorizado, há um gesto de apagar, uma vez que, embora o jornalista teorize sobre questões de língua e linguagem, a palavra do linguista, aquele que estaria socialmente autorizado a refletir sobre tais questões, não é trazida para a reflexão. sequer mencionada. Consideramos, portanto, tratar-se de um apagamento que instaura o silenciamento. Podemos dizer que o apagamento do linguista, nesse caso, produz o silêncio da FD com a qual se desidentifica o sujeito-jornalista. Estamos diante do apagamento que se instala nas bases do silêncio constitutivo, uma vez que o discurso emergido e observado pelo enunciado do jornalista não permite que o dizer do linguista apareça. É o caso em que se diz X para não deixar que Y seja dito, mas com um agravante: X não apenas silencia, mas, também, apaga Y.

Em II, por outro lado, a figura do linguista (e da Linguística) é mencionada pelo sujeito-jornalista, mas a partir da contestação. Ao interpretar (a partir do seu lugar social, inscrito na FD da mídia) a que se pretende o trabalho do linguista, contradizendo-o, o sujeito-jornalista instaura seu discurso nas bases do silenciamento típico do silêncio constitutivo, explicitando a que parcela ele vai de encontro. Não se trata, nesse caso, de apagamento, pois o linguista, ainda que por vias interpretativas do sujeito-jornalista, emerge na discussão. Não podemos dizer que a voz do linguista esteja presente no corpo do debate, mas, diferente de I, em que sequer é mencionado, o sujeito-jornalista projeta uma possível imagem do linguista – imagem negativa, de um profissional que trata do seu objeto de estudo de forma inconsequente – para, a partir daí, posicionar-se contrário a esse domínio.

No próximo bloco de análise, observaremos um debate em que estão presentes os dois posicionamentos sobre língua: o jornalista e o linguista. Vejamos como funcionam os movimentos de silenciamento, já que ambas as vozes estão presentes no conflito de sentidos, e não mais a projeção de uma delas, como nos casos analisados até então.

4.4 O SILENCIAMENTO PELA (DES)AUTORIZAÇÃO

Temos como propósito, neste tópico, aprofundar a reflexão acerca das duas formas de silêncio que, no nosso entendimento, estão constitutivamente imbricadas: o *silêncio pela autorização* e o *silêncio pela desautorização*.

Retomando as reflexões iniciais, diríamos que tais formas de silenciamento se manifestam a partir do momento em que o sujeito-jornalista, posição-sujeito cujos limites se constroem socialmente pelo trabalho da memória, impõe-se discursivamente como autorizado a teorizar sobre assuntos referentes às diversas áreas do conhecimento – o conhecimento da Linguística, neste caso. Ao se instalar nas bases do imaginário social sobre o fazer jornalismo (cf. 1.1), o qual contribui para os efeitos da autorização, o sujeito-jornalista instaura a desautorização do linguista, contestando-o, contradizendo-o. Desse modo, temos observado que a produção do efeito de autorização provoca, concomitantemente, o efeito da desautorização do *outro*.

Pretendemos observar os dois movimentos em momentos distintos, sem a pretensão, voltamos a dizer, de produzir uma divisão entre os dois funcionamentos.

Inicialmente, analisaremos sequências discursivas recortadas de um debate televisivo que foi ao ar pela TV Brasil, no dia 24 de Maio do ano de 2011 e contou com a presença de dois indivíduos que atuam na esfera jornalística: Sérgio Nogueira e Deonísio da Silva. Entendemos que ambos estão inseridos no debate assumindo a posição-sujeito de jornalista.

Representando a comunidade acadêmica (e assumindo a posição-sujeito de linguista), esteve presente o linguista Marcos Bagno, pesquisador nacionalmente conhecido pelos trabalhos que problematizam questões de variação linguística e sua relação com o preconceito e com a pedagogia de língua. É importante, ainda, mencionar a figura de Alberto Dines, que assume a posição de sujeito-jornalista, mediador do debate que, como veremos, posiciona-se contrário à formação discursiva da ciência linguística.

O debate em questão gira em torno da polêmica do livro de Heloísa Ramos. De início, na sequência discursiva (SD) que segue, o jornalista e mediador, Alberto Dines, em editorial, reflete:

SD 23: Falamos todos o mesmo idioma, sim, mas o **português falado distancia-se, cada vez mais, do português escrito**. [...] Os

portugueses falam o mesmíssimo idioma, mas **a distância entre o falar e o escrever é quase inexistente**, mesmo nas camadas populares. [...] É que na escola investe-se na **correção do idioma**, porque lá a gramática é vista como ferramenta para tornar a comunicação mais efetiva. [...] “Os livro” não fere apenas a concordância, **fere a compreensão**. [...] Escrever bem é pensar bem.

A partir da observação da SD 23 que representa o editorial de abertura do debate, já observamos pré-construídos, apoiados pelas redes imaginárias, que apontam para o que o sujeito-jornalista, no contexto geral da discussão, entende por língua e, a partir daí, como se posiciona acerca da polêmica do livro *Por uma vida melhor*. Notamos, de imediato, que a formação discursiva da mídia produz efeitos que ressoam no/pelo discurso do sujeito-jornalista, indicando a que matriz de sentido se vincula a linha editorial do debate. A instauração dessa FD como dominante exerce fundamental influência na dinâmica do programa, uma vez que propicia condições favoráveis para que o silenciamento pela (des)autorização se concretize nesse espaço.

Tal como já pontuamos no capítulo 2, circula no senso comum a concepção de língua pautada pelo padrão da escrita (que se prende, por sua vez, ao padrão da escrita literária do século XIX), lançando as regularidades da língua falada para o lugar do erro, da inadequação. Constatamos isso ao observar passagens como “o português falado distancia-se, cada vez mais, do português escrito” ou “os portugueses falam o mesmíssimo idioma, mas a distância entre o falar e o escrever é quase inexistente”, as quais demonstram a falta de precisão nas definições entre o que é a língua falada e a língua escrita. Trata a fala, portanto, como reflexo da escrita, numa concepção errônea sobre língua e suas diferentes modalidades materializáveis. Além disso, para reforçar a concepção de língua ideal, padronizada e homogênea, há a ideia de que a língua falada no Brasil precisa ser “corrigida”, tal como em Portugal, que, para ele, diferente do Brasil, investe em educação.

Nesse primeiro momento, podemos identificar que o sujeito-jornalista teoriza a língua, fala desse objeto com certa propriedade, instaurando um lugar de autoridade. É nesse movimento de autoafirmação do seu lugar de autoridade que se produzem as primeiras condições para o silenciamento pela autorização e pela desautorização, uma vez que está em jogo a relação de poder entre quem (não) pode tratar do objeto em pauta (a língua).

A seguir, após o editorial e antes do debate propriamente dito, é exposto um pequeno balanço sobre o caso, com a finalidade de contextualizar o telespectador sobre o acontecimento a ser debatido. Através do *discurso sobre*, notamos que o discurso midiático, ainda que traga a plurivocidade de ideias (afinal, trouxe ao debate um linguista), determina seu posicionamento a partir da inscrição na FD da mídia. Vejamos:

SD 24: A decisão do MEC em não recolher **os livros didáticos com erros de português** ganhou enorme espaço na mídia. A obra *Por uma vida melhor*, distribuída pelo Programa do livro didático, e voltada para jovens e adultos, recebeu críticas **até da Academia Brasileira de Letras**. A grita foi geral, mas o ministério defendeu a publicação que ensina, no capítulo “escrever é diferente de falar”, as variantes das normas culta e popular do idioma.

A referência ao livro de Heloísa Ramos, qualificando-o como “livro didático com erros de português”, já aponta para a perspectiva sobre o caso a partir da qual se posiciona o corpo editorial.

Embora tenha circulado, até antes do debate analisado, o posicionamento de linguistas em defesa do livro, o sujeito-jornalista enfatiza que a obra “recebeu críticas **até** da academia brasileira de Letras”. O “até” funciona como um mecanismo linguístico que nos condiciona a pensar nas relações de poder e, a partir delas, na construção da noção de autoridade: a Academia de Letras, assim, é o órgão máximo no que tange à autoridade para se falar sobre língua, pelo discurso do sujeito-jornalista. As críticas por parte de Academia de Letras dão crédito ao parecer emitido pelo sujeito-jornalista, que, nesse movimento de autorização, instaura o silenciamento do Linguista, ao desautorizá-lo em decorrência da autofirmação da sua autoridade (sustentada, supostamente, pelo posicionamento da Academia de Letras).

Após a contextualização acima comentada, o jornalista Dines inicia a apresentação dos membros que comporão o debate sobre o acontecido. O modo como apresenta os envolvidos no debate é bastante significativo. Vejamos:

SD 25: Estão conosco hoje três **especialistas em língua portuguesa**. Aqui no Rio, Deonísio da Silva e Sérgio Nogueira. E em Brasília, o **professor** Marcos Bagno.

Não apenas o linguista, mas também Sérgio Nogueira e Deonísio da Silva são “especialistas em língua portuguesa”, o que reforça o sentido de que o jornalista assume, nessa conjuntura, a posição de autoridade sobre o assunto. Ou seja, estão todos, em equidade, aptos a teorizar a língua e dar seu parecer sobre a polêmica gerada. Mas veremos, entretanto, que a equidade pressuposta é deslizada no decorrer do debate, em função dos silêncios que circulam nesse espaço.

Observemos as próximas SD, as quais representam o debate propriamente dito em andamento.

SD 26 (Sujeito-jornalista): Eu acho que o professor de língua portuguesa é pago pelo estado ou pela escola privada **para ensinar língua portuguesa para aqueles que não sabem**. [...] Se não precisa ensinar isso e se ele não precisa aprender, não há porque nenhum dos dois estar ali.

SD 27 (Sujeito-jornalista): Eu passei oito anos em Portugal, me deliciando com o motorista de taxi **que fala corretamente**, ele fala a norma culta. **Não há essa diferença, essa polarização entre a norma culta e a norma falada**.

SD 28 (Sujeito-jornalista): “Nós queremos muitas vezes fazer a inclusão sem esforço. [...] Mas eu não me incluí em Latim sem estudar Latim. Não me incluí em grego sem estudar grego. **A gente não se inclui na língua culta sem estudá-la**. [...] Nós queremos facilitar, facilitar...”

As SD acima apontam para algumas regularidades (pré-construídos) que sustentam um imaginário social de língua e seu ensino (preso a concepções pautadas pelo senso comum sobre língua, fala e escrita, bem como à ideia de certo e errado, como já trabalhamos no capítulo 2), cujos sentidos distanciam-se da formação discursiva da ciência linguística. Tal imaginário se constrói (e se cristaliza) a partir de dois sentidos dominantes: a ideia de que é papel da escola ensinar a língua àqueles que não a sabem, pressupondo-se que um aluno não sabe falar a sua própria língua³² (SD 26); e a língua

³² Na esfera do debate sobre a questão do ensinar “a língua que o aluno já sabe”, Grigoletto (2012) propõe pensarmos na distinção entre ensinar a língua e ensinar sobre a língua. No primeiro caso, trata-se de refletir sobre a constituição da língua enquanto competência já adquirida pelos indivíduos em nível escolar, pontuando, especificamente, os diferentes usos, as circunstâncias de atuação, os tipos e gêneros textuais nos/aos quais se materializa a língua. No segundo caso, por outro lado, trata-se da instrumentalização (ilusória) do aluno em um conjunto de regras fixas e engessadas. Para a autora, é circular no senso comum a ideia de que o ensino sobre a língua (tal como no primeiro caso) “atrapalha o ensino de língua na escola naquilo que seria a função desse aparelho: instrumentalizar o aluno na variante padrão da língua.” (GRIGOLETTO, 2012, p.311)

falada como representação da língua escrita (consequentemente, a língua escrita é culta e a fala no Brasil “inculta”, não-culta). Bem como levantamos anteriormente (2.2.1), a língua sobre a qual fala o senso comum (e a mídia, nesse caso) difere daquela que efetivamente as pessoas falam nas suas relações interpessoais. Para o sujeito-jornalista, é preciso ensinar essa língua sobre a qual se fala, cujos limites estão prescritos pela norma-padrão, simulacro linguístico que repousa apenas e exclusivamente na gramática normativa. Circula no discurso do sujeito-jornalista, ainda, a ideia de que a única parcela merecedora do estatuto de língua é a que diz respeito ao falar de prestígio, afinal, os professores são pagos para “ensinar língua portuguesa para aqueles que não sabem” (SD 26). Esse conjunto de regularidades inscreve-se na formação discursiva da mídia e condiciona e emerge, nessa conjuntura, do silenciamento pela (des)autorização, o qual se instala nas bases da política do silêncio.

Podemos notar que é regular a menção ao livro criticado tendo por base a acusação de que o livro não se propõe a ensinar a norma de prestígio aos alunos – “A gente não se inclui na língua culta sem estudá-la” (SD 28). O livro, entretanto, dedica um espaço de uma página, dentro do conjunto da obra, para refletir sobre a condição heterogênea da língua, fato que é interpretado pelo discurso do sujeito-jornalista como índice de que o livro não estaria ensinando a norma culta aos alunos, mas sim o “falar errado”.

A resignificação, ou seja, o deslizamento presente no discurso do sujeito-jornalista em relação ao que efetivamente está impresso como proposta do livro acaba por contribuir para que as muitas críticas ao livro (e a construção da polemização) continuem a reverberar no senso comum, afinal, tal parecer foi emitido pela grande mídia, domínio que goza do respaldo social.

Observemos mais algumas SD.

SD 29 (Sujeito-jornalista): O ensino da língua padrão não tem pecado nenhum. Eu não vejo pecado nisso. Eu não sei por que essa agressividade que muitas vezes existe contra **aqueles** que tentam de alguma forma **manter essa língua padrão mais próxima possível da fala**. [...] Por que ridicularizar os professores que valorizam essa língua padrão? Agressivamente, como feito muitas vezes, com arrogância, **como se fosse o dono da verdade**.

SD 30 (Sujeito-linguista): As pessoas estão falando sem ter lido, sem saber o que acontece na educação brasileira há mais de 20 anos; quais são as diretrizes da educação hoje em dia; sobre o que é ensinar português hoje em dia. [...] **Enquanto as pessoas que se dizem**

especialistas na imprensa não recorrerem às pesquisas, muito bem feitas, que há mais de 40 anos estão disponíveis aí para quem quiser, o debate vai continuar assim: **peças falando com fundamento de causa e peças falando absolutamente de um modo leviano.**

SD 31 (Sujeito-jornalista): Eu entendo que presta um **desserviço** ao povo brasileiro quem usa o espaço da aula de língua portuguesa [...] com essas questões. [...] **a linguística não é para ser ensinada no ensino médio.**

Podemos observar, na SD 29, que, mais uma vez, o sujeito-jornalista interpreta a postura da Linguística (que sustenta o livro de Ramos) como se a ciência defendesse a exclusão do ensino da norma de prestígio – “O ensino da língua padrão não tem pecado nenhum”.

Mas o funcionamento mais significativo que pode ser observado nas SD 29, 30 e 31 é o embate efetivo entre a FD da ciência linguística e a FD da mídia. De um lado, primeiramente, o sujeito-jornalista, tal como já evidenciamos nas SD anteriores, propõe a uniformidade entre a língua falada e escrita (SD 29), alegando que é papel do professor “manter essa língua padrão mais próxima possível da fala”. Ainda na mesma SD, o sujeito-jornalista defronta o posicionamento da contraparte (a ciência Linguística), ao afirmar que o questionamento por parte dos linguistas se dá de forma agressiva. Ainda na mesma SD, o sujeito-jornalista também questiona o sujeito-linguista, já que o linguista fala “como se fosse o dono da verdade”. É interessante observar que está em jogo, nessa passagem, o complexo das formações discursivas e o efeito da ideologia que, ao produzir o assujeitamento, insere o sujeito na instância da obvidade. O parecer sobre o linguista está, ainda, perpassado pela projeção imaginária que o sujeito-jornalista faz de si, do outro e também do objeto do qual está falando. É nesse complexo “jogo” entre posições, formações discursivas e projeções imaginárias que a ideologia atravessa a produção do discurso e dá condições para a existência da forma de silêncio aqui explorada. A partir da projeção imaginária que o sujeito-jornalista faz de si e do linguista, no âmbito das condições de produção do discurso midiático, instala-se a (des)autorização: autorização do sujeito-jornalista para questionar a ciência e a desautorização do sujeito-linguista, que não detém a “verdade” sobre seu objeto de estudo.

Em SD 30, deparamo-nos com o posicionamento do sujeito-linguista, que contesta justamente os efeitos do silenciamento da ciência em relação ao debate sobre a

polêmica sobre o livro. Notamos, nesse gesto, a repartição entre a parcela que diz respeito à FD da mídia – pessoa que estão falando sem ter lido, pessoas que se dizem especialistas, pessoas falando de modo leviano – e a parcela composta pelos pesquisadores da ciência linguística – pessoas falando com fundamento de causa. Embora o discurso do sujeito-linguista, nas entrelinhas, funcione sob o efeito da contestação do quadro atual das (inversões das) relações de autoridade, tal dizer não chega a abalar a estrutura vigente, uma vez que a contestação à FD da ciência linguística se mantém como regular, como visto em SD 31.

Produzindo o gesto de contestação, mais uma vez, o sujeito-jornalista afirma que o trabalho da ciência linguística, tal como especificado por Marcos Bagno, presta um “desserviço” à sociedade, uma vez que “a linguística não é para ser ensinada no ensino médio”. Além de ir de encontro ao dizer do sujeito-linguista, produz, mais uma vez, a reinterpretação (deslize) do que de fato é produzido nos estudos linguísticos, a partir da trama tecida pela memória que constitui a FD com a qual se identifica.

O movimento de contestação exercido pelo sujeito-jornalista, pela regularidade, permite-nos observar que, tal como vimos tratando, a voz do linguista, embora presente no debate, não significa tal como à do sujeito-jornalista. Ratificamos a afirmação com as SD seguintes.

SD 32 (Sujeito-linguista): As opiniões emitidas aqui, até agora, revelam o que eu já tinha dito antes: **são comentários que não condizem com o estado atual da ciência linguística e da pedagogia de língua.**

SD 33 (Sujeito-jornalista): Marcos Bagno, professor, **eu quero contestar um pouco.** [...] Em Portugal, o que me chama a atenção é essa **convergência entre a norma culta deles e a norma falada deles.** Há uma convergência evidente e que facilita a compreensão.

Como se vê em SD 32, o sujeito-linguista torna a ratificar que o debate está no nível do senso comum, uma vez que os comentários produzidos até então não condizem com o que a ciência da língua tem feito até os dias de hoje. Entretanto, a regularidade de contestação se mantém, como em SD 33, na qual o sujeito-jornalista vai de encontro ao parecer do sujeito-linguista sobre as características e especificidades da língua nas suas

modalidades falada e escrita. É interessante observar que não se trata do “questionar” ou “perguntar”, mas do “contestar”. Ou seja, não se propõe o questionamento acerca do exposto pelo indivíduo que, por anos, trabalha cientificamente com a língua: contesta-se sua colocação, num movimento de autoafirmação do seu lugar de autoridade.

Ainda sobre a questão do movimento de contestar, é oportuno mencionar que, em nenhum momento do debate, os pareceres do sujeito-jornalista foram contestados ou questionados pelo mediador. Pelo contrário, foram ratificados. Como pudemos observar pela abertura do editorial que inicia o programa (SD 23), a formação discursiva da mídia perpassa de tal modo o debate, que o dizer pautado pela FD da ciência se faz pouco significativo.

Ratificamos a regularidade a partir da observação das SD 34, 35, 36 e 37.

SD 34 (Sujeito-linguista): A questão do debate eu acho importante. Mas **o debate tem que ser feito entre as pessoas que entendem do riscado**. Se eu estiver numa sala com pessoas comentando sobre Física quântica, eu vou ficar quietinho no meu canto. Então, as pessoas têm direito de falar sobre língua? **Claro que tem**: a língua faz parte da nossa identidade, da nossa cultura, então todo mundo pode falar da língua. Agora, querer que a sua fala sobre a língua tenha alguma receptibilidade, alguma aceitabilidade, é muito complicado, **se a pessoa não estudou pra isso**, se ela não tem formação pra isso. Então, entre os 400 membros da Academia Brasileira de Letras e os 4000 membros da associação brasileira de Linguística, eu, por alguma razão, prefiro ficar com os 4000 membros da associação brasileira de linguística, que já emituiu uma nota dizendo que esse debate está muito mal conduzido.

SD 35 (Sujeito-jornalista): **Essas pessoas** que estão aparecendo como defensoras da linguística **não são os linguistas que eu respeito**.

SD 36 (Sujeito-jornalista): Eu vi em universidades públicas e privadas as pessoas abandonarem a aula de Língua Portuguesa que estavam dando não Linguística, esse tipo de Linguística, porque **a Linguística séria é outra coisa**, e iam lá assistir minhas aulas do Sermão da Sexagésima, do Saramago, do soneto de Camões, **porque com eles se aprende melhor a língua portuguesa** do que com esse tipo de recurso.

SD 37 (Sujeito-jornalista): Os professores são pagos pelo estado pra ensinar esta norma culta e democratizá-la, porque é com ela que você pensa, é com ela que você defende a liberdade, é com ela que você ama e vive, (com ela que) se torna compreensível. Como é que você vai fazer tecnologia, vai fazer ciência sem essa língua, essa lógica interna, essa organização?

Novamente, o sujeito-linguista organiza seu discurso de modo a ratificar a instância de divisão entre *especialistas* e *não especialistas* (SD 34). Traz para o debate, de modo a contribuir com o fio argumentativo, a questão do que se concebe socialmente como ciência. A menção ao campo da Física quântica contribui para que seja exposta a ideia de que, tal como na Física (ou nas ciências exatas, de modo geral), há também um campo científico, com métodos, categorias de análise e dados observáveis, que se debruça sobre o estudo da língua. Desse modo, traz para si o lugar de autoridade, uma vez que assume a posição-sujeito de linguista, e lança o sujeito-jornalista para o campo do *não especialista*.

O movimento argumentativo que rege o funcionamento do discurso do sujeito-linguista está na instância das relações de poder construídas socialmente, as quais regulam “a argumentação de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2009, p.39). O movimento pressuposto pelo sujeito-linguista é o de se pôr, a partir do estatuto de ciência que socialmente se construiu ao longo dos anos, no lugar de apto a teorizar, refletir e dar pareceres sobre a língua, lugar que, como temos visto, não o pertence no debate. É nessa “falha” que o silenciamento pela (des)autorização aqui observado funciona.

A SD 35 ratifica nosso posicionamento, pois o movimento de contestar é novamente apresentado: “Essas pessoas”, referindo-se aos cientistas citados pelo sujeito-linguista em SD 34 (os quatro mil membros da Associação Brasileira de Linguística), não são os “linguistas” que ele respeita. Vê-se que, como também já temos observado, perpassa o discurso midiático um determinado imaginário sobre o fazer linguística, talvez confundido, com regularidade, com o trabalho do gramático, do filólogo, etc. Quais são, então, os linguistas respeitáveis?

Ainda no movimento de contestar, vinculado às noções de Linguística respeitável e linguística não respeitável (lançada, esta segunda, ao lugar da *não ciência*), em SD 36, afirma que muitos alunos de universidades públicas abandonavam as aulas da *não linguística* (“Linguística séria é outra coisa”) para assistir às suas aulas, as quais produziam melhores contribuições aos alunos, uma vez que nelas “se aprende melhor a língua portuguesa”.

Por fim, em SD 37, o sujeito-jornalista, identificado de modo engessado à FD da mídia, retoma a reflexão proposta pelo editorial de abertura do programa. Notamos, portanto, que o discurso do sujeito-linguista não provocou o efeito de convencimento,

não instalou a ruptura, apenas se inseriu num movimento vão. O efeito de desautorização, promovido pela autofirmação da autoridade, exercida pelo sujeito-jornalista, silencia o discurso do sujeito-linguista tão fortemente que, findado o debate, a aprovação à perspectiva do sujeito-jornalista é regular e quase que exclusiva. Tal resultado corrobora para pensarmos que, nessas condições, o estatuto de ciência e a autoridade que o âmbito dos estudos científicos carrega em outras áreas (como o caso da Medicina, da Física, da Matemática, entre outras) não estão presentes quando essa ciência se volta para a análise do objeto língua.

Observemos as SD abaixo, coletadas do espaço destinado aos comentários sobre o debate ora analisado³³. Recortamos algumas sequências que ilustram a regular aprovação à FD da mídia (ratificando a autorização estabelecida) e a conseqüente reprovação à FD da ciência linguística (ratificando, por sua vez, a desautorização). Vejamos:

SD 38: Leitores, este livro é uma GRANDE FALÁCIA, só escreve bem quem conhece a NORMA PADRÃO, quem entende o português culto as CLASSES GRAMATICAIIS, SINTAXE, CONCORDÂNCIA e ORTOGRAFIA, enfim o verdadeiro português.

SD 39: Sergio Nogueira, assisti algumas aulas tua e impressiona-me tua forma de ensinar, cumprimentos! Este livro é uma perda de tempo para estudantes e leigos o português só sera verdadeiramente utilizado, caso a norma padrão seja devidamente utilizada.

SD 40: Esse Marcos Bagno exala arrogância. Percebe-se que ele até tremia os lábios ao falar, ao passo que os outros dois entrevistados estavam tranquilos. Enfim, **tenho pena dos alunos que forem ensinados pelos métodos dele.**

SD 41: **O MUNDO TODO ESTÁ ERRADO E MARCOS BAGNO ESTA CERTO!!! só no brasil um analfabeto se torna um linguista....**

Nossos grandes autores Machado, Bandeira, Alencar, Meireles, Drummond e outros se reviraram no túmulo.

Notam-se como regulares no discurso dos sujeitos que acompanharam o debate os sentidos que conjugam da FD da mídia. SD 38 e 39 repetem o direcionamento

³³ Tratam-se dizeres, postados no espaço de comentários, produzidos pelos sujeitos que assistiram ao debate. Julgamos necessária a coleta desse material a partir da observação de regularidades interessantes, as quais reforçam nossas reflexões sobre o silenciamento da voz do sujeito-linguista.

presente no discurso do sujeito-jornalista, uma vez que considera como “o verdadeiro português” a variante em que a sintaxe e a concordância estão de acordo com o socialmente prestigiado; o livro, que não segue esses padrões, é uma “grande falácia” (SD 38), uma “perda de tempo” (SD 39).

Nas SD 40 e 41, podemos ratificar que o efeito da desautorização do sujeito-linguista, a qual, como vimos, é construída a partir das relações de poder vigentes e da sobreposição da FD da mídia em relação à FD da ciência linguística, ressoa no discurso dos espectadores do programa. O movimento de contestação permanece: “tenho pena dos alunos que forem ensinados **pelos métodos dele**”. Os métodos aos quais se refere o sujeito são os procedimentos teóricos e metodológicos expostos pelo sujeito-linguista ao longo do debate; nota-se que o discurso materializa, ao inscrever-se na FD da mídia, a reprodução do efeito de desautorização do cientista da linguagem. A regularidade se mantém na SD 41: “O mundo todo está errado e Marcos Bagno está certo!!!”. Além de ir de encontro aos pressupostos do linguista, põe no lugar de especialistas escritores da literatura brasileira: “Nossos grandes autores Machado, Bandeira, Alencar, Meireles, Drummond e outros se reviraram no túmulo”. Observamos, por esse fragmento, que o grande modelo da boa escrita, da escrita correta, está nos clássicos da literatura, como já havíamos refletido acerca da língua sobre a qual o senso comum fala (cf. 2.2.1)

Embora o linguista tenha argumentado com eficácia, indo de encontro aos comentários (e teorizações) por parte da mídia, colocando-se, enquanto sujeito, no lugar de autoridade, não apenas o andamento do debate, mas também os comentários sobre o programa apontam para a supremacia da FD da mídia, a qual, como vimos, determina as relações no domínio da discussão e produz, pela política do silêncio, o silenciamento pela (des)autorização.

Para fechar, então, as análises, propormos um esquema gráfico a partir do qual podemos visualizar como se dão, no nosso entendimento, os movimentos de silenciamento quando a mídia toma a língua como objeto de notícia. Segue:



Nota-se, pelo esquema, que não estamos trabalhando isoladamente com as diferentes categorizações de silenciamento. Na verdade, as regularidades do *corpus* apontam para uma intensa confluência de diferentes formas de silenciamento; em alguns casos, portanto, duas ou mais formas de silenciamento podem estar presentes na manifestação discursiva exercida na/pela mídia.

Além disso, podemos observar que as manifestações de silenciamento do/no discurso estão diretamente ligadas a questões outras, afinal, todo discurso, para a AD, constitui-se a partir da sua relação constitutiva com a exterioridade. Se, em dada conjuntura, o discurso da ciência linguística é silenciado/apagado, tal fato se vincula ao modo pelo qual as relações sociais (e de poder) estão funcionando no âmbito social.

Essas relações, por sua vez, ligam-se à memória tecida historicamente, a qual condiciona a emergência e cristalização de determinados imaginários sobre língua, linguística, ciência, jornalismo, jornalista, entre outros. É pela memória, em relação com

o interdiscurso, que os sentidos (e os silêncios, que também significam) são possíveis. Nesse processo, essencialmente ideológico, costuram-se no imaginário social verdades e absurdos, os quais podem, no curso da história, ser modificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao introduzirmos este trabalho que por ora pretendemos dar um efeito de fechamento, refletimos sobre o lugar que o silêncio detém no escopo dos estudos linguísticos. Caminhamos pela direção de que o silêncio que trabalhamos na extensão deste trabalho não carrega, com frequência, grande interesse por parte de diferentes perspectivas teóricas. A *ordem* da língua e da linguagem, cuja especificidade é nitidamente estranha ao logicamente estabilizado, tal como reflete Orlandi (1996), pautada em Pêcheux, traz como marca a falta. Entretanto, trata-se da falta como condição necessária para o sentido. Ratificamos no trabalho que o silêncio como indício da falta é, não contraditoriamente, o espaço no qual emerge o possível.

A relação da língua e do discurso com o silêncio está no nível do constitutivo. Isto é, não se trata de dependência, mas de condição necessária. Entretanto, as formas de silenciamento que analisamos neste trabalho nos dão condições para pensar na manifestação dos interditos, de toda sorte, de modo a observar como funcionam as relações de poder na conjuntura social quando estão em questão saberes sobre língua. Compreender quem está e quem não está autorizado a teorizar/comentar a língua abre caminhos para outras reflexões imbricadas. Vamos chegar a elas. Antes, é oportuno retornarmos aos nossos objetivos de pesquisa, de modo a amarrá-los à reflexão produzida durante as análises.

Observamos, pelas análises, que a relação do “poder dizer” está amarrada às condições de produção do discurso midiático, o qual se materializa sob a figura do sujeito-jornalista, que produz a relação da mídia com a realidade. Especificamente, tratando-se da relação da mídia com a língua, parece-nos que os nós do “poder dizer” são mais fortemente atados: o jornalista fala sob o efeito do “poder dizer” acrescentado ao “não permitir dizer” lançado ao espaço do sujeito-linguista. A FD da mídia ressoa de tal maneira como dominante na conjuntura social que os saberes da FD da ciência linguística, nessas circunstâncias, perdem força, não produzem fissuras na dominância. São silenciados.

Quando retomamos, portanto, o objetivo central do trabalho, que consiste em investigar como se constrói o movimento de silenciamento da voz do linguista, a essa altura do trabalho, conseguimos enxergar que estão em jogo, nesse processo, fortes e estáveis imaginários sociais sobre língua, linguística, jornalismo, jornalista. Assim, a partir da âncora aos sentidos cristalizados socialmente pelo trabalho da repetição de

memórias discursivas, bem como as relações de força que projetam o lugar de (não) autorização, a dinâmica do silenciamento da voz do linguista constrói-se por esse movimento. O “poder dizer” é, antes de tudo, sócio-histórico. O “poder dizer”, nesse caso, constrói-se, não pelo espaço no qual se insere o cientista, mas pela imagem socialmente cristalizada sobre a margem de ciência a que se vincula o linguista e, sobretudo, a relação direta que se tem, pelo imaginário, entre jornalismo e língua (a língua-ferramenta, perfeita, utilizada sobremaneira pelos âncoras dos telejornais).

Nesse movimento de silenciamento, pudemos observar, também, que, embora produza o efeito do “não poder dizer”, exercido pelo silêncio constitutivo, a relação da mídia com a noticialização da língua instaura diferentes modalidades de silenciamento. Em observação ao material analisado, constatamos a possibilidade de pensar em apagamento não como categoria isolada do silenciamento, mas como caminho possível no âmbito do silenciamento. Dessa forma, o *silenciamento pelo apagamento* nos permite ratificar as relações de força exercidas no domínio da mídia, na instauração da (des)autorização para veicular “verdades”.

Por outro lado, o material também nos permitiu observar que a emergência da voz não é, necessariamente, condição para o não-silêncio. A presença pode ser levada à ausência, ao lugar do não significante. O silenciamento pela (des)autorização, representativo no debate analisado, permite-nos ratificar mais uma vez o quão político é não apenas o discurso, mas a própria língua, objeto de reflexão no âmbito da polêmica que circulava no debate. O sentido estabilizado, cristalizado e sedimentado da língua-ferramenta, lançada aos domínios da gramática normativa, produz, também, o silenciamento da contraparte inscrita na FD da ciência linguística. Somado a tal fato, a condição social de autorizado produz o silenciamento da comunidade acadêmica representada pelo linguista.

Chauí (2006, p.8) afirma que as mídias de massa “tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade”. Caminhando pela reflexão, pudemos observar que, de fato, o trabalho da mídia com o *discurso sobre* silencia o lugar do linguista, mas também o seu próprio lugar, criando a ilusão de que transmite algo além da verdade: a própria realidade. Assim, pela credibilidade e confiabilidade social, a mídia funciona como mecanismo entre o mundo e os sujeitos.

Face a esse quadro de marginalização da ciência da linguagem, que é lançada ao domínio do descrédito, saltam à reflexão alguns questionamentos imbricados às

constatações do trabalho. Qual o papel do cientista da linguagem no seio social? Quais são efetivamente as contribuições do linguista à sociedade? O trabalho tem nos mostrado que o saber da linguística, embora tenha se desdobrado ao longo dos anos de sua existência, dificilmente ultrapassa os limites dos muros acadêmicos. As perguntas, embora diretamente relacionadas às conclusões do trabalho, não são o fim primário desta pesquisa. Entretanto, enquanto estudiosos da linguagem, o trabalho ora finalizado nos faz pensar sobre o nosso papel na sociedade enquanto contribuintes para a clareza dos questionamentos que envolvem a linguagem e, portanto, o próprio homem.

As constatações do trabalho nos fazem enxergar (ou ratificar) que as relações interpessoais são essencialmente marcadas pelas relações de força, pelos imaginários sociais, pelo trabalho da repetição. Portanto, o dizer só produz ecos quando se materializa sob as bases do *já-dito* estabilizado na e pela FD dominante. Ao exceder o espaço estável da dominância de sentidos, a voz fala, mas não ressoa. O silêncio é, portanto, indício do possível que, por vezes, dadas as condições de sua produção, é materializado sob a égide do absurdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística geral I. São Paulo: Nacional, 1976.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

_____. **Linguística Cartesiana**: um capítulo da história do pensamento racionalista. Trad. Francisco M. Guimarães. São Paulo: Ed. USP, 1972

CHRIS, H. HARRIS, R. **Faça seu próprio jornal**. Campinas: Papyrus, 1993.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In:_____. MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-126.

COURTINE, Jean-Jaques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Editora UFSCar, 2009.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Revista Organon**, v. 17, n. 35, Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2003.

_____. **Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade**: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese de Doutorado – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: Desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In:_____. BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 37-61.

FLORES, Valdir. ET AL. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. De Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p.95-110.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de Divulgação Científica**: um espaço discursivo intervalar. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2005 (tese de doutorado).

GRIGOLETTO, Marisa. Silenciamento e memória: discurso e colonização britânica na Índia. In: _____. **Organon**. Vol. 17, nº 35. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2003.

GRIGOLETTO, Marisa. Mídia e Discurso sobre Ensino de Línguas na Escola: Circulação de Saber e Posição-Sujeito para o Aluno. In: _____. **EUTOMIA**. Vol. 5, nº 9. Recife: Departamento de Letras, 2012.

INDURSKY, Freda. A escrita à luz da análise do discurso. In: _____. CORINA, A; NASSER, S. M. G. C (orgs.). **Sujeito e Linguagem**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

_____. A memória na cena do discurso. In: _____. INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p.67-90.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: _____. MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p.127-140.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul: manual de comunicação. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: _____. ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1994, p. 15-28.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: _____. PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (orgs). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39-62.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.

MARTINS, André Carvalho Sebastião. **Jornalismo**. 2. ed. Belo Horizonte: LÊ, 1991.

MERTON, Robert; LAZARSFELD, Paul. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: _____ LIMA, Luiz Costa (org). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109-131.

MILNER, J.C. **O amor da língua**. Trad. De Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MOUNIN, Georges. **História da Linguística: das origens ao século XX**. Porto: Despertar, 1970.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996A.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996B.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Ler o arquivo hoje. In: _____. ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-66

_____. Sur la (dé-)construction des theories linguistiques (1982), DRLAV, nº. 27. Tradução brasileira: Sobre a (des) construção das teorias linguísticas. **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS**. 2ª ed. Porto Alegre, n. 04, out. 1998, p. 35-55.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. Ed. Campinas: Editora Unicampo, 2009.

_____. Análise Automática do Discurso (1969). In:_____. GADET, Françoise; HAK, Tony.(org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

QUEIROZ, Érika Karine Ramos. O funcionamento ideológico na textualização de notícias telejornalísticas: a diretividade argumentativa. In:_____. FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. **Análise do Discurso**: objetos literários e midiáticos. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p.253-268.

RASIA, Gesualda de Lourdes dos Santos. **Revista Organon**, v. 24, n. 48, Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística geral** (1916). 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da Linguística**. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2008.